

**POLÍTICA ANTI-LGBT+: UMA ANÁLISE SOBRE
AS CORRELAÇÕES E O *MODUS OPERANDI* DA
INSTITUIÇÃO DO ÓDIO COMO ESTRATÉGIA DE
PODER NA HUNGRIA E POLÔNIA**

Anderson Alex Bach

**Dissertação de Mestrado em
Ciências Políticas e Relações
Internacionais**

Fevereiro de 2022

ANDERSON ALEX BACH

**POLÍTICA ANTI-LGBT+: UMA ANÁLISE SOBRE AS
CORRELAÇÕES E O *MODUS OPERANDI* DA INSTITUIÇÃO
DO ÓDIO COMO ESTRATÉGIA DE PODER NA HUNGRIA E
POLÔNIA**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas e Relações
Internacionais, realizada sob a orientação científica da prof.^a.
Catherine Moury

Lisboa

2022

“A todas as pessoas que amam pessoas”

AGRADECIMENTOS

Ao encarar a dissertação como o último desafio para finalizar um grande ciclo, aqui me deparo com uma surpresa, a de que escrever estes agradecimentos se tornou a parte mais complexa dela. Agradecer pelo caminho que me trouxe até aqui, é na verdade, agradecer por cada pessoa que ajudou a traçar o meu curso, que me orientou a alguma direção ou que me amparou e acompanhou pelo trajeto.

Agradeço a minha família, meus alicerces. À minha mãe, que me construiu navio, me deu o mar de possibilidades e se tornou meu porto seguro. Às minhas irmãs, que na graça do dia-a-dia compartilharam comigo valores, aprendizados e as mais singelas lembranças. Às minhas avós, que por serem tão diferentes, me fizeram ser equilíbrio.

Agradeço também aos amigos da minha terra, que provam diariamente que o amor é atemporal. Aos amigos que fiz aqui, que no meu dicionário lisboeta para amizade viraram verbete, obrigado pelo cuidado e por fazerem meus dias mais felizes. Ao meu amor, que é meu o meu apoio, minhas conversas e meus sorrisos. À minha professora e orientadora Dra. Catherine Moury, que tanto me inspirou em suas aulas, meus sinceros agradecimentos, sua agilidade e consideração foram de extrema importância neste processo tão complexo de escrita.

Muito obrigado!

POLÍTICA ANTI-LGBT+: UMA ANÁLISE SOBRE AS CORRELAÇÕES E O *MODUS OPERANDI* DA INSTITUIÇÃO DO ÓDIO COMO ESTRATÉGIA DE PODER NA HUNGRIA E POLÔNIA

ANDERSON ALEX BACH

RESUMO

Como resultado de décadas de luta organizada, os Direitos LGBT+ tem feito parte da realidade política e social internacional nos últimos 50 anos. Entretanto, inúmeros reveses políticos e sociais têm acometido cidadãos LGBT+ em diversas nações. Analisando a conjuntura da União Europeia, Hungria e Polônia destacam-se a partir de sua agenda nacionalista conservadora como protagonistas de uma política homofóbica dentro do bloco. Este estudo investiga correlações entre estas nações que auxiliam no entendimento da utilização de políticas anti-LGBT+ como estratégia de governo, desde variáveis históricas que possibilitaram suas implementações, até o estabelecimento de padrões entre suas aplicações. Verificou-se a existência de três determinantes que pavimentaram a instauração de um ambiente desfavorável aos avanços das pautas LGBT+ nestes países, onde o inferior desenvolvimento econômico em comparação aos pares, o tardamento na instituição organizada de um movimento LGBT+, assim como o viés religioso fundamentalista foram fatores significativos que possibilitaram o atual desenvolvimento de políticas anti-LGBT+ na Hungria e Polônia. Este trabalho também realizou um levantamento de informação do período de gestão dos atuais governos do Fidesz e PiS que constatou a existência de padrões em suas campanhas eleitorais, discursos de ódio e atuação política anti-LGBT+. Esta investigação também evidenciou a substancial piora nos direitos da população LGBT+ na Hungria e Polônia nos últimos anos, onde estas populações têm vivenciado deteriorados índices de insegurança e discriminação, fomentados principalmente por aqueles que os deveriam proteger, seus próprios governantes.

Palavras-Chave: Políticas anti-LGBT+; Direitos LGBT+; Hungria; Polônia

**ANTI-LGBT+ POLITICS: AN ANALYSIS OF THE CORRELATIONS AND THE
MODUS OPERANDI OF THE INSTITUTION OF HATE AS A STRATEGY OF
POWER IN HUNGARY AND POLAND**

ANDERSON ALEX BACH

ABSTRACT

As a result of decades of organized fighting, LGBT+ rights have been part of the international political and social reality for the last 50 years. However, numerous political and social setbacks have affected LGBT+ citizens in several nations. Analyzing the European Union situation, Hungary and Poland stand out from their conservative nationalist agenda as protagonists of a homophobic politics within the bloc. This study investigates correlations between these nations that help to understand the usage of anti-LGBT+ politics as a government strategy, from historical variables that made their implementation possible, to the establishment of standards among their applications. There were three determinants that paved the way for the establishment of an unfavorable environment for the advancement of LGBT+ agendas in these countries, where the lower economic development compared to peers, the delay in the organized institution of an LGBT+ movement, as well as the fundamentalist religious bias were significant factors that enabled the current development of anti-LGBT+ politics in Hungary and Poland. This work also carried out a collection of information from the period of management of the current governments of Fidesz and PiS that found the existence of patterns in their electoral campaigns, hate speech and anti-LGBT+ political action. This investigation has also highlighted the substantial deterioration in the rights of the LGBT+ population in Hungary and Poland in recent years, where these populations have experienced deteriorating security and discrimination rates, fostered mainly by those who should protect them, their own governments.

Key-words: anti-LGBT+ politics; LGBT+ Rights; Hungary; Poland

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DIREITOS HUMANOS	13
2.1	A construção dos direitos humanos contemporâneos.....	13
2.2	Direitos LGBT+, direitos humanos.....	15
2.3	Direitos LGBT+ na Europa	16
2.4	As determinantes dos direitos LGBT+ entre os países.....	23
2.4.1	Desenvolvimento econômico	23
2.4.2	Movimentos LGBT+	26
2.4.3	Religião	28
3	PANORAMA LGBT+ NOS PAÍSES ESTUDADOS	29
3.1	Hungria.....	29
3.1.1	Campanhas políticas e narrativas utilizadas	29
3.1.2	<i>Hate Speech</i> , discursos políticos anti-LGBT+	32
3.1.3	Propostas, políticas de governo e legislação anti-LGBT+.....	36
3.2	Polônia.....	43
3.2.1	Campanhas políticas e narrativas utilizadas	43
3.2.2	<i>Hate Speech</i> , discursos políticos anti-LGBT+	47
3.2.3	Propostas, políticas de governo e legislação anti-LGBT+.....	50
4	ANÁLISES RELACIONADAS	55
4.1	As determinantes dos direitos LGBT+ nos países estudados.....	55
4.1.1	Desenvolvimento econômico	56
4.1.2	Movimentos LGBT+	60
4.1.3	Religião	65
4.2	Forma de atuação e padrões utilizados	68
4.2.1	Campanhas Políticas e narrativas utilizadas	68
4.2.2	<i>Hate Speech</i> , discursos políticos anti-LGBT+	69
4.2.3	Propostas, políticas de governo e legislação anti-LGBT+.....	71
4.3	Resultados atingidos pelos governos e impacto para a população LGBT+	73
5	CONCLUSÃO	80
6	REFERÊNCIAS	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CoE	Conselho da Europa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
IOs	Organizações Internacionais Europeias
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e mais de 39 outras expressões de sexualidade
ONG	Organização não-governamental
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia

1 INTRODUÇÃO

Ao redor do mundo, os direitos LGBT+ têm sido construídos paulatinamente a pequenos e difíceis passos pela história moderna, e apesar de inúmeros reveses, grandes vitórias foram conquistadas em meio século. Nos últimos 50 anos, 87 países descriminalizaram atividades homossexuais. Nos últimos 40 anos, 70 países proibiram a segregação no ambiente de trabalho. Nos últimos 30 anos, 66 países tornaram a discriminação contra LGBTs ilegal. Nos últimos 20 anos, o número de países que permite o casamento de pessoas do mesmo sexo passou de 5 para 51. Nos últimos 10 anos, a permissão para a adoção por casais do mesmo sexo aumentou 73%, chegando a 45 países¹ (EQUALDEX, 2021).

Embora o progresso na conquista de direitos LGBT+ seja evidente nas últimas décadas, também é perceptível a crescente construção de um organizado e robusto contramovimento ao redor do globo, cujos interesses são fundamentalmente contrários. Ao mesmo tempo que o movimento LGBT impele pela igualdade, liberalização da política e descriminalização das leis de sodomia, do outro lado, grupos conservadores e religiosos pressionam com a mesma força em direção oposta (ASAL; MURDIE; SOMMER, 2017).

No decorrer dos anos recentes, um gradativo nacionalismo tem sido visto em tudo e em todo lugar (BIEBER, 2018). Seja a partir de líderes como Donald Trump nos Estados Unidos, Narendra Modi na Índia, Recep Tayyip Erdoğan na Turquia, em políticas de Estado como o Brexit, ou no sucesso de partidos de extrema-direita nas eleições Alemãs, Austríacas, Polonesas e Húngaras, o nacionalismo está em ostensiva escalada (THE ECONOMIST, 2016). Este nacionalismo têm tido como um dos seus resultados a forte restrição doméstica quanto à expansão de direitos para a população LGBT+, instrumentalizado através da homofobia política (SWIMELAR, 2020).

Ao analisarmos a conjuntura do continente europeu, Hungria e Polônia nitidamente destacam-se dentro desta agenda nacionalista e conservadora, onde seus líderes demonstram uma formação ideológica bastante semelhante, e têm como objetivo a remodelação radical do quadro político e o restabelecimento dos limites da democracia (ZAMECKI; GLIED, 2020). Estes países sobressaem-se internacionalmente por sua homofobia política, estando atualmente

¹ Países ou regiões dependentes

no centro do debate referente aos “valores europeus”, assim como no levante da discussão se eles podem ou devem continuar membros da União Europeia (FAIOLA, 2021).

Procurando ir além da teoria que associa a política anti-LGBT+ e o nacionalismo, o presente trabalho volta seu propósito central a buscar outras correlações entre a homofobia política e estas duas nações. Desde variáveis que pavimentaram historicamente estes terrenos nacionais para a implementação de tais políticas, como o modo que os governos atuais orquestram suas ações anti-LGBT+, também seus resultados atingidos e impactos na sociedade.

A verificação da relevância de variáveis entendidas como determinantes na conquista de direitos LGBT+, assim como a caracterização de padrões de atuação de governos explicitamente LGBTfóbicos fazem-se essenciais na literatura atual, com o intuito de embasar o estabelecimento de estratégias alternativas que busquem o rompimento desta cadeia política discriminatória e violenta, possibilitando maior percepção quanto as características que propiciam um ambiente mais intolerante em certas nações ao mesmo tempo que identifica o *modus operandi* utilizado na homofobia política como forma de capitalização de eleitorado, perpetuação de poder, repressão a certa parte da população. Na busca da compreensão deste processo, este trabalho foi construído dividido em quatro seções principais, além de introdução e conclusão.

Após a introdução, apresentamos a seção voltada aos direitos humanos, onde em um primeiro momento procura-se estabelecer o contexto histórico sobre o tema, entender a concepção dos direitos humanos contemporâneos e a sua instituição como parâmetro internacional. Analisa-se também o processo histórico do enquadramento dos direitos LGBT+ como parte dos direitos humanos, sua linha do tempo e seus principais acordos internacionais. Na sequência da pesquisa, visando compreender a conjuntura na qual os países estudados estão inseridos e fornecer uma realidade comparativa, estuda-se o avanço dos direitos LGBT+ pelo continente europeu, seu pioneirismo, sua forma de atuação, assim como alguns dos seus impasses e contextos políticos. Finalizando a seção, investigam-se três importantes variantes relacionadas ao grau de estabelecimento de direitos LGBT+ entre países, o desenvolvimento econômico, a força dos movimentos LGBT+ e a religião.

Após a pesquisa voltada aos direitos LGBT+, onde é visitada sua trajetória dentro dos direitos humanos, no continente europeu e significativas variáveis para entender sua diferente implementação, a terceira seção desta pesquisa afasta-se do momento histórico que analisa as fundações destes direitos e dedica-se a explorar a realidade política recente dos países

estudados quanto ao tema. Nesta seção, investiga-se diretamente a atuação política na Hungria e na Polônia em seus atuais governos, iniciando-se pela exploração das campanhas eleitorais dos últimos anos, enquadramento histórico, estratégias eleitorais, temas recorrentes e suas abordagens em si. Após a análise sobre as campanhas, pesquisa-se sobre os discursos de ódio de representantes de governo e políticos em geral, declarações públicas que por si só instigam a LGBTfobia, a exclusão e a violência contra esta população. Finalizando a seção, são apurados os projetos de lei anti-LGBT+ apresentados aos parlamentos a nível distrital e nacional, as políticas implementadas durante os governos vigentes, assim como as legislações anti-LGBT+ aprovadas na Hungria e Polônia no período.

A quarta seção deste estudo dedica-se às análises relacionadas às pesquisas realizadas nas seções anteriores. Inicia-se através do confronto das três determinantes consideradas dentro da realidade dos países estudados, desenvolvimento econômico, movimentos LGBT+ e religião, buscando estabelecer possíveis correlações entre estas determinantes e a construção de condições nacionais basilares para os atuais reveses políticos e sociais verificados. Na sequência, procura-se averiguar os padrões destes governos nacionalistas ao instaurar a homofobia política em seus territórios, explorar as diferenças e semelhanças na caminhada eleitoral destes líderes políticos, assim como em seus discursos de ódio e instauração de políticas anti-LGBT+, apurando possíveis padrões utilizados. Por fim, objetiva-se entender os resultados das políticas Anti-LGBT+ em diferentes prismas, principalmente quanto aos seus resultados para aqueles que são mais diretamente afetados, a própria população LGBT+ húngara e polonesa.

Este trabalho foi conduzido através de consultas realizadas na bibliografia acadêmica e construído baseado em análises de pesquisas de varredura ocorridas durante todo o ano de 2021 até janeiro de 2022. Este estudo abrange os períodos do Fidesz e do PiS no poder, respectivamente, de 2010 a 2021 na Hungria e 2015 a 2021 na Polônia. As pesquisas foram realizadas em portais de notícias reconhecidos, relatórios de organizações não-governamentais, agências e organizações intergovernamentais, artigos científicos e editoriais, livros acadêmicos, plataformas oficiais de governos, entidades internacionais e instrumentos de sondagens.

A partir de um levantamento de dados, o presente estudo verificou a ocorrência de três determinantes que prejudicaram a instituição de direitos LGBT+ nestas nações em comparação a outros países do mesmo ambiente, a União Europeia. O inferior desenvolvimento econômico em comparação aos pares, o tardamento na instituição organizada de um movimento LGBT+,

assim como o viés religioso fundamentalista foram significativos fatores para a determinação de um ambiente desfavorável para o estabelecimento de maiores garantias fundamentais a população LGBT+ na Hungria e na Polônia, variando em maior ou menor importância. Da mesma forma, o presente estudo pôde identificar notáveis padrões utilizados por ambos os governos na instauração de políticas anti-LGBT+ no que tange suas campanhas eleitorais, discursos de ódio e no próprio desenvolvimento de políticas e legislações. Sendo estas “justificadas” por deturpadas narrativas que se baseiam em “valores cristãos”, na moral e na caracterização da comunidade LGBT+ como a “inimiga estrangeira”, que precisa ser combatida para a garantia de uma hegemonia dos cidadãos tidos como “puros”, evidenciando as intrínsecas relações destas políticas com as próprias determinantes citadas anteriormente.

Vale ainda salientar que a sigla LGBT é amplamente utilizada ao redor do mundo para identificar a comunidade não-heteronormativa, é o acrônimo mais comumente encontrado na mídia, na política, nos estudos científicos e no dia a dia para referir-se a este grupo. Não há evidências empíricas sobre como deu-se a criação e utilização da sigla LGBT além da sua lógica representação às pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans, assumindo que sua utilização seja a mais difundida apenas por estes grupos serem os mais representados dentro desta comunidade (SCHELLER-BOLTZ, 2017).

Embora utilizada em diversas sociedades em escala mundial, a sigla LGBT não representa todas as minorias de orientação sexual e identidade de gênero, tendo em vista que não engloba pessoas queer, intersexuais, agêneros, pansexuais, entre outros. Contudo, levando em consideração que a utilização da sigla LGBT é a mais aplicada em padrões internacionais e em documentos oficiais da ONU, esta será a sigla utilizada neste trabalho, adicionado do símbolo “+”, pela simples compreensão da importância destas outras letras não retratadas, pelo entendimento de que cada letra não é apenas uma letra, é a representação de vivências, de identidades, de luta e reconhecimento e com o intuito de incluir todas as identidades de gênero e sexualidades que não são abarcadas dentro dos padrões de uma sociedade heteronormativa.

2 DIREITOS HUMANOS

O termo direitos humanos é amplamente estabelecido ao redor do mundo e engloba distintos significados de acordo com a sua área de aplicação. A Organização das Nações Unidas conceitua que:

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos têm direito a estes direitos, sem discriminação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021).

Eles podem ser entendidos de diferentes maneiras nas ciências sociais, na economia, no direito, na filosofia e etc., assim como designados e derivados diversamente, como direitos civis, liberdades fundamentais, direitos do homem, direitos públicos, direitos do cidadão, direitos individuais, entre outros (NETO, 2015). Independentemente de qual seja a área de conhecimento onde os direitos humanos estejam sendo discutidos, elas partem do entendimento de respeito a dignidade humana, referindo-se então ao conjunto de prerrogativas garantidoras da vida, sobrevivência e plenitude de uma existência integral, conceito este que será utilizado dentro deste estudo.

Incluído nos direitos humanos, o direito internacional dos direitos humanos também servirá com o alicerce para a construção deste trabalho, tendo em vista que as políticas públicas anti-LGBT+ aplicadas por governos descumprem tratados internacionais e são intrínsecas às questões legais. A ONU (2021) afirma que o Direito Internacional dos direitos humanos “estabelece as obrigações dos governos de agir de determinada maneira ou de se abster de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de indivíduos ou de grupos. De acordo com o Direito Internacional contemporâneo, os direitos humanos podem ser divididos em duas grandes vertentes: Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Direitos Civis e Políticos, este último abrangendo então a proteção dos direitos das minorias (GORISCH, 2013), foco principal deste estudo.

2.1 A construção dos direitos humanos contemporâneos

Os direitos humanos remontam desde a antiguidade, aparecendo já no primeiro código de leis escritos do qual temos ciência, o Código de Hamurabi de 1772 a.C., que estabelecia o direito à vida, a propriedade e a honra. Ao percorrer da história, direitos individuais foram sendo

determinados em diversos documentos, como por exemplo na Carta Magna em 1215, na Declaração dos Direitos em 1689, ambas na Inglaterra, na Declaração de Independência e Constituição dos EUA e na Declaração dos Direitos da Revolução Francesa, todas durante o século XVIII.

A barbárie cometida na Segunda Guerra Mundial, principalmente contra judeus, ciganos e homossexuais foi o estopim para a criação da Organização das Nações Unidas, que em 1948, firmou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), documento que mudou a forma como os estes são tratados atualmente (CIRERA 2017). Ela foi concebida após o Tribunal de Nuremberg (1945-1946), que sentenciou os crimes da guerra como crimes à humanidade, e foi considerada o primeiro documento com caráter universal, que contemplava todos os seres humanos, sendo proveniente da necessidade de uma proteção em caráter mundial quanto a vida e dignidade, logo após as atrocidades praticadas na guerra (GORISCH, 2013). Conforme Cirera (2017), a DUDH foi proclamada na Assembleia Geral da ONU por 48 votos a favor e 8 abstenções (União Soviética, Ucrânia, Rússia Branca, Tchecoslováquia, Polônia e Iugoslávia, Arábia Saudita e África do Sul), não possui caráter vinculante, sendo orientativa aos seus países membros. Inspirou mais de trinta constituições em nações democráticas ao redor do mundo, sendo atualmente o documento transcrito em mais línguas pelo globo.

A declaração é dividida em 30 artigos que contemplam distintas áreas, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à educação, à igualdade, ao julgamento justo e proteção da lei, a não interferência na vida privada, o direito ao matrimônio, a liberdade de expressão, entre outros (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). De acordo com Soares e Santos (2019) esta larga abrangência em diferentes áreas institui uma característica importante da declaração, a amplitude de direitos, tendo em vista que apresentada desta forma possibilita a construção de uma vida em plenitude ao ser humano. As autoras também relatam que o documento traz ao tema outros novos aspectos relevantes, como a universalidade, considerando que a DUDH institui a não distinção quanto a raça, sexo, cor, idioma, religião, origem nacional ou social, opinião política ou qualquer outra condição, e a indivisibilidade, já que congrega direitos em caráter político, civil, econômico, cultural e social, dando a eles todos os mesmos valores como direitos. Após a DUDH, ao longo dos anos, mais de 20 tratados e instrumentos foram adotados pela ONU dentro desta temática, documentos estes que esmiúçam os direitos humanos sob os mais diversos prismas, no tocante a tortura, genocídio, racismo, direito das mulheres, crianças e pessoas LGBT+.

2.2 Direitos LGBTQ+, direitos humanos

Apesar da DUDH explicitar que absolutamente todos os seres humanos devem ter sua dignidade e seus direitos fundamentais respeitados, a declaração não menciona expressamente a população LGBTQ+. Desta forma, a discriminação e a desigualdade baseada na orientação sexual e na identidade de gênero permaneceram parte da realidade na vida desta população (SILVA et al., 2021).

A Revolta de Stonewall, ocorrida em 1969, é tida como o marco inicial da luta pelos Direitos Humanos LGBTQ+, onde após constantes episódios de agressão, perseguição e discriminação policial, indivíduos LGBTQ+ iniciaram uma rebelião em Nova York. A batalha de rua durou duas noites e pela primeira vez os policiais foram acuados ao som de gritos como “Gay Pride” e “Gay Power”. Logo após a revolta, uma multidão uniu-se as pessoas LGBTQ+, mulheres, negros e heterossexuais, clamando por mais direitos em uma passeata, a primeira Parada Gay, que reuniu mais de duas mil pessoas em Nova York (GORISCH, 2013).

A partir de Stonewall, as reivindicações intensificaram-se internacionalmente, onde ao longo destes mais de 50 anos os direitos LGBTQ+ alcançaram suas maiores conquistas sociais e legislativas ao redor do globo (SILVA et al., 2021). Dentre estas conquistas, a nível internacional, destacam-se alguns documentos e acordos que reconhecem e estabelecem os direitos da população LGBTQ+ como parte dos direitos humanos.

Os Princípios de Yogyakarta foram desenvolvidos em 2006 por um distinto grupo de especialistas em direitos humanos de 25 países, diversas regiões e origens, incluindo juízes, acadêmicos, um ex-Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos, Procedimentos Especiais da ONU, membros de órgãos de tratados e ONGs, entre outros. São um conjunto de princípios referente a aplicação do direito internacional dos direitos humanos em relação à identidade de gênero e orientação sexual, que afirmam normas jurídicas internacionais obrigatórias que todos os Estados precisam cumprir. Os Princípios de Yogyakarta discorrem sobre a não-discriminação, proteção dos direitos de privacidade, garantia de proteção de outros direitos para todos, independentemente da orientação sexual e identidade de gênero, e tendências gerais jurídicas quanto aos direitos humanos que têm importantes implicações para o gozo dos direitos humanos por pessoas LGBTQ+ (YOGYAKARTA PRINCIPLES, [s.d.]). Este documento também objetiva a fiscalização quanto a aplicação de tratados internacionais de direitos humanos referente a violações cometidas a comunidade LGBTQ+, também a partir dos Estados.

Quanto a ações da ONU observam-se várias tentativas de inserção de questões voltadas a população LGBT+ após 1990, seja a partir de conferências internacionais ou resoluções e documentos. Após muitas dificuldades e obstáculos encontrados nas negociações anteriores, finalmente em junho de 2011 o Conselho de Direitos Humanos adotou uma resolução intitulada “Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero” (TERTO; SOUZA, 2015). Assim, pela primeira vez na história, a ONU declarava que o direito das pessoas LGBT+ são Direitos Humanos, afirmando que o país que não proteger seus cidadãos LGBT+ estará desrespeitando tratados internacionais de Direitos Humanos e diversos outros documentos internacionais, tendo em vista sua nova interpretação que alarga o conceito de Direitos Humanos e contempla explicitamente a população LGBT+ (GORISCH, 2013). Em 2014, o Conselho de Direitos Humanos aprovou uma nova resolução quanto aos direitos humanos relacionados às pessoas LGBT+, atualizando informações no tocante a discriminação desta população (TERTO; SOUZA, 2015). Em 2016, o Conselho adotou outra resolução, onde reafirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em sua dignidade e direitos, deplorando fortemente a violência e a discriminação sofrida pela população LGBT+ em todo o mundo (REVERENDO; KAWANO NAGAMINE, 2019).

2.3 Direitos LGBT+ na Europa

A importância da Europa no estabelecimento de direitos para a população LGBT+ é inegável, o pioneirismo presente em alguns países, assim como a instituição de legislações, tratados e a própria incorporação do tema na política é vertiginosamente crescente nas últimas décadas, mantendo a Europa como centro definidor de diretrizes sobre a matéria no passado e no presente. Embora muitos de seus países tenham tido papel vanguardista quanto a temática, em contrapartida, diversos outros apresentam forte resistência as pautas LGBT+, assim como uma nova onda de retrocessos recentes, não sendo possível chegar a um consenso em como caracterizar o continente.

Ayoub e Paternotte (2019) afirmam que a Europa significa muitas coisas quando tratamos dos direitos da população LGBT+, sendo multifacetada, variando de acordo com o que se considerara “Europa”, os ângulos de vista quanto ao tema e os seus propósitos. Os autores apresentam o continente sob diferentes percepções, relacionando-o com os direitos LGBT sob o prisma de quatro diferentes vieses: a Europa como uma entidade institucional, como um projeto ativista, como excludente e como uma ameaça, analisando o continente em seus riscos e oportunidades para a população LGBT+ em cada um desses vieses.

A Europa como uma entidade institucional: No comparativo global, a Europa tem sido exemplar quanto a institucionalização dos direitos LGBT+, inicialmente em resposta a solicitação de maior reconhecimento proveniente de um conjunto de países pioneiros e posteriormente em maior escala, no âmbito das organizações internacionais Europeias (IOs) no final dos anos 1970. Nos anos 1980, a comunidade Europeia (posterior União Europeia), assim como o Conselho da Europa (CoE), deram a partida em diversos eventos formais e informais, iniciando assim o processo de institucionalização dos direitos LGBT+. O Parlamento Europeu, instituição parlamentar democraticamente eleita, também passou a ser considerado como um dos primeiros aliados, tendo em 1984 adotado o relatório de Squarcialupi, que argumentava que a discriminação no ambiente de trabalho, baseada na orientação sexual, violava o pilar da livre circulação da União Europeia (AYOUB; PATERNOTTE, 2019). Em 1994, o “Relatório Roth” (ROTH, 1994) foi apresentado pelo Parlamento Europeu, concebendo a ideia de que a discriminação de gays e lésbicas deveria ser considerada como uma questão de direitos humanos, clamando então a obrigatoriedade da Comunidade Europeia em cumprir com o princípio dos direitos iguais (inclusive legais) para todos os cidadãos, independentemente de suas orientações sexuais. Também no Parlamento, em 1997, foi formado um grupo sobre os direitos da população LGBTI, que em 2007 possuía 152 membros, sendo então o maior dos 28 grupos existentes. Na mesma década, o relacionamento entre o movimento LGBT+ e a Comissão Europeia estreitou-se, ganhando mais visibilidade (AYOUB; PATERNOTTE, 2019).

Ayoub e Paternotte (2019) alegam que as iniciativas e a colaboração entre o movimento LGBT e as instituições Europeias trouxeram resultados efetivos a esta comunidade. A partir da pressão Europeia exercida em países conservadores, como a Irlanda do Norte, Irlanda, Chipre e Romênia, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo passaram a ser descriminalizadas a partir dos anos 1980. Também no âmbito de legislação, a Europa apresentou a primeira lei vinculativa internacional com o intuito de proteger gays e lésbicas, que proibia a discriminação sexual no ambiente de trabalho dentro da União Europeia. Os autores afirmam que na década de 90, muitas das questões enquadradas nos relatórios de Squarcialupi e Roth apresentaram grandes avanços, como a igualdade para consentimento em relações do mesmo sexo, igualdade de tratamento no trabalho, financiamento para organizações LGBT+ e etc. Os países Europeus lideraram iniciativas fundamentais que influenciaram dezenas de nações pelo mundo, como o reconhecimento legal do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, sendo a Dinamarca, em 1989, o primeiro país a registrar a união estável civil entre pessoas do mesmo sexo e os Países

Baixos, em 2001, a primeira nação do mundo a garantir os mesmos direitos maritais a pessoas do mesmo sexo.

A Europa como projeto ativista: O posicionamento institucional europeu, junto das IOs estão relacionados intrinsecamente à longa história dos movimentos LGBTQ+ no continente, sendo que os primeiros registros estabelecendo a Europa como região aliada aos direitos das populações LGBTQ apareceram em discursos de ativistas muito antes de serem adotados pelos europeus ou suas instituições. Ayoub e Paternotte (2019) afirmam que também foi na região que surgiu o ativismo transnacional quanto à temática, estando este fortemente ligado a uma concepção da Europa como âncora normativa de fomento e reconhecimento dos direitos LGBTQ+. O advogado alemão Karl Heinrich Ulrich (1825-1875) é recorrentemente considerado como o primeiro ativista pelos direitos dos homossexuais, tendo-se mobilizado contra a ampliação do Parágrafo 175², o qual criminalizava a prática de atos sexuais entre homens, ação que havia sido descriminalizada antes da unificação alemã em 1871. Também na Alemanha, criada por Magnus Hirschfeld antes do final daquele século, surgiu a primeira organização homossexual, a Wissenschaftlich-humanitäre Komitee, que fez campanha para a descriminalização das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo no país.

Conforme o Memorial do Museu do Holocausto dos Estados Unidos, a partir dos anos 1930, e antecessores à Segunda Guerra Mundial, o ativismo LGBTQ+ foi sendo oprimido, tornando-se basicamente inexistente no período da guerra, devido a perseguição nazista aos homossexuais, que acreditavam que fossem fracos, efeminados, não servindo para lutar pela nação, nem mesmo para procriar, considerados então como um perigo para a raça ariana. Durante o período de 1933 até o final da guerra em 1945, calculam-se que por volta de 100 mil homens foram presos por serem homossexuais, dos quais cerca de 50 mil condenados por homossexualidade cumpriram pena em prisão comum e em menor parte em campos de concentração. Além da perseguição, prisão e morte em campos de concentração, diversos abusos foram cometidos contra os homossexuais durante a guerra, como castração, mutilações e experimentos médicos. Segundo diversos relatos de sobreviventes do holocausto, os prisioneiros homossexuais, marcados com um triângulo rosa para denotar sua orientação sexual, eram tratados com excepcional crueldade, estando dentre os grupos mais violentados

² Medida do código criminal prussiano, em vigor de 1871 a 1994, que tornava crime os atos sexuais praticados entre homens, a bestialidade, o abuso sexual de menores e algumas formas de prostituição.

nos campos de concentração (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, [s.d.]).

Após o final da Segunda Guerra Mundial, o ativismo homossexual voltou a crescer, o movimento homófilo³, segundo Rupp (2011), estabeleceu-se entre os anos 40 e 60, principalmente nos países escandinavos, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Reino Unido e França, promovendo assim o ativismo transnacional. O movimento homófilo, a partir da adoção do ativismo transnacional foi responsável pelo Primeiro Congresso Internacional para a Igualdade Sexual, realizado em Amsterdã, em 1951, que logo após originou uma nova organização, o Comitê Internacional para Igualdade Sexual. Apesar das dificuldades e repressões do pós-guerra, o movimento homófilo, suas organizações e ativistas apoiaram-se além das fronteiras de seus países, trabalhando pela descriminalização da homossexualidade, pela igualdade de idade no consentimento de atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, assim como na persuasão da sociedade quanto a normalidade destas relações, igualdade civil e direitos de homens e mulheres homossexuais, isso tudo durante o ambiente inóspito da Guerra Fria (RUPP, 2011).

Segundo Weeks (2016), por volta dos anos 1970, o movimento da liberação gay foi estabelecendo-se também pela Europa, fomentando a criação de novos grupos, principalmente nos países onde o movimento homófilo era pungente e posteriormente espalhando-se pelo resto do continente. Mais disruptivo, radical e incluindo uma comunidade mais marginalizada, a liberação gay ganhou força junto a outras mobilizações eruptivas, como os movimentos das mulheres e das minorias raciais. O movimento de liberação gay representou para aquela comunidade o momento de encontrar uma nova identidade, rejeitar preconceitos, discriminações e estereótipos, ressignificar nomenclaturas, abraçar o orgulho pela sua sexualidade e revolucionar. Weeks salienta que “gay” inicialmente era utilizado como um termo coletivo e abrangente a homens, mulheres, travestis e transexuais, entretanto a partir do movimento da liberação gay a mudança logo se iniciou, referendando a busca pela validação de novas identidades, descrições e lutas pessoais. De acordo com Balzer e Hutta (2014) assim como as novas identidades foram sendo conquistadas, o ativismo na Europa também começou a se diversificar, nos anos 1990, grupos de direitos trans começaram a surgir na maioria dos países europeus, ganhando mais força na virada do século. Em 2005, foi criada a Transgender Europe Network, a maior rede regional deste tipo no mundo e a principal voz do ativismo trans

³ O termo “homófilo” busca enfatizar o amor (do grego -filia) dentre as relações de pessoas do mesmo sexo, em contrário ao termo “homossexual”, que poderia apresentar um viés mais relacionado ao sexo.

na Europa, que hoje conta com mais de 74 organizações membros em 35 países da Europa e Ásia Central.

Ayoub e Paternotte (2019) afirmam que os ativistas originários acreditaram nos valores Europeus e que estes abarcavam a comunidade LGBT+, e que, portanto, as instituições Europeias, juntamente das Nações Unidas, através do aumento da pressão, poderiam ser utilizadas como plataformas obtentoras de direitos em países resistentes. A tendência de uma maior Europeização do ativismo LGBT+ foi confirmada nos últimos anos, utilizando como exemplo o leque de organizações Europeias em diversos segmentos. Os autores declaram também que para a maioria dos ativistas, a Europa não serve apenas como meio de alcance de novos direitos, e sim como modelo de como o continente deve ser e agente de mudança de suas próprias ações em sua região, tendo em vista a forte relação recíproca entre suas instituições e a difusão do ativismo LGBT+ no contexto europeu.

A Europa como fonte de exclusão: Os dois primeiros tópicos desenvolvidos pelos autores Ayoub e Paternotte (2019) apresentaram a Europa como uma força propulsora dos direitos LGBT+ pela região e até pelo mundo, onde a associação dos direitos LGBT+ e da Europa proporcionou aos ativistas que pressionassem suas pautas adiante, gradativamente. Entretanto, ultimamente, críticos tem questionado as diversas maneiras como a implementação deste projeto pode suscitar a exclusão. Estas vozes contestam tanto a temática como os fundamentos do projeto LGBT+ Europeu, se perguntando-se este determina quem ou o que é considerado europeu.

Os autores afirmam que a atenção dos ativistas tem sido hegemonicamente institucional e reformista, e que por isso diversos quesitos foram deixados de fora da discussão, principalmente os assuntos relacionados a sexo. Por tornar o sexo um não-assunto, os críticos reiteraram a existência de um apagamento deste da cidadania europeia, a construção de um cidadão europeu dessexualizado. A sexualidade foi contida dentro da identidade do ser, não sendo instigada a perspectiva mais emancipatória e fomentadora das liberdades de se ser quem é e agir como desejar, focando apenas na proteção contra a discriminação e na validação das identidades. Esta abordagem resultou em um entendimento de que sexo não abarca a pluralidade de expressões sexuais existentes, criando uma compreensão bastante restrita e eurocêntrica quanto ao tema.

Ayoub (2018) denota outro revés dentro do projeto Europeu LGBT+, homens gays brancos e de classe média/alta são supra representados dentre as lideranças e tomadores de

decisão, inclusive em grupos que tem como objetivo a diversidade. Enquanto isso, as outras esferas do movimento LGBT+, principalmente os transgêneros, intersexuais e bissexuais, assim como suas reivindicações, permanecem sub-representados, fato este reconhecido e debatido dentro da comunidade, todavia ainda existente.

O terceiro debate neste tema baseia-se na progressiva construção dos direitos LGBT+ como um indicador de Europeísmo (AYOUB; PATERNOTTE, 2019). Conforme Ammaturo (2015), as instituições Europeias tem usado a expansão dos direitos LGBT+ como forma de articulação política neoliberal, retratando a Europa como única, tolerante e de “mente aberta”, enquanto define os “outros” como homofóbicos e intolerantes. A partir disso, têm instituído um ambiente de conformismo e não-conformismo, uma forma de euronacionalismo, de implementação de dicotomias morais e o entendimento de uma superioridade moral europeia perante os “outros”. Essa necessidade da criação dos “outros” pode transformar o respeito aos direitos da população LGBT+ em um argumento civilizacional e inclusive tornar os ambientes mais vulneráveis para esta população específica, que também passa a ser utilizada como uma instrumentalização política. Ayoub e Paternotte (2019) afirmam que esta nova utilização de direitos LGBT+ remete a história da civilização europeia, que ao longo dos séculos narrou países, culturas e outros grupos como menos civilizados, sempre atrás de um padrão europeu e que precisam ser “salvos”, onde a associação entre a Europa e os direitos LGBT+ é utilizada como uma criação repaginada destas velhas estruturas, hierarquias especiais, dentro e fora da Europa.

A Europa como ameaça: O conceito de Europa como a força vitoriosa quanto aos direitos LGBT+ vem sendo cada vez mais rebatido, tanto por países pertencentes a União Europeia como pelos de fora dela, a partir de discursos que colocam a Europa como uma ameaça moral aos preceitos nacionais. O conceito pintado de uma Europa liberal e universal, na qual o impulso aos direitos LGBT+ estão fundamentados, vem de encontro com os diferentes entendimentos do que ela deveria ser, onde especificadamente a pauta LGBT+ é compreendida como um ícone do projeto liberal europeu. Os autores Ayoub e Paternotte (2019) apontam três diferentes maneiras, que se relacionam entre si, pelas quais a Europa é considerada como uma ameaça.

A primeira denota a Rússia de Putin, que utiliza o posicionamento europeu como seu próprio contraponto, a Rússia contra o projeto liberal da “Gayropa”, expressão recorrentemente utilizada em propagandas nas ex-repúblicas soviéticas. Estas propagandas têm como objetivo

o incentivo aos “valores tradicionais”, onde Putin coloca-se como defensor da ameaça ocidental para a soberania nacional e valores culturais, atestando que ao se associar a Europa, estes países seriam obrigados a participar do perverso mundo da cultura gay.

Como segundo ponto, os autores denotam a contestação de alguns países europeus de que este projeto atentaria quanto as soberanias nacionais, em face que ao recusá-lo, países poderiam ser obrigados a consentir com atos e comportamentos que consideram moralmente inaceitáveis. Também existem atores políticos e sociais que são contrários a adição de novas incumbências para a UE em temáticas como a discriminação, tendo em vista que direitos legais disponíveis nas esferas nacionais poderiam ser afetados com esta integração europeia. Países como Malta, Polônia e Irlanda são exemplos desta contrariedade, refutando a europeização de direitos reprodutivos, assim como outros países que têm adotado leis anti-LGBT+ ao longo dos últimos anos.

Terceiro ponto, a contraposição de políticos populistas de direita e conservadores religiosos. Os populistas acusam a Europa de utilizar suas instituições internacionais para impor sua agenda LGBT+, especialmente a partir da integração de gênero, acusando as elites de serem corruptas, inatingíveis e manipuladoras. Principalmente em países pós-socialistas, os populistas atestam estar combatendo uma nova forma de totalitarismo, onde se opõem a esta liberdade/liberação sexual, em particular no tocante as crianças, através do que consideram como uma “fadiga de gênero”, o conceito de que a sociedade trata sobre um problema que só abrange uma periférica e pequena parte da comunidade. Ayoub e Paternotte (2019) apontam também que estudiosos vêm percebendo um ressurgimento da religião pública, um retrocesso aos posicionamentos sociais e governamentais a partir de fundamentos religiosos cristãos, com enfoque na igreja católica, e que pregam fortes valores conservadores. A partir deste contexto, estes grupos se unem baseados em valores intrínsecos contra o projeto europeu, com temores particulares quanto a globalização e o futuro da Europa, apresentando-a como um projeto elitista, que nega o senso comum e as vontades dos cidadãos médios, que não são consultados. Acreditam também que a Europa intimida os anseios nacionais, emasculando estas nações e impondo suas entradas em um programa subjetivo, que dá o alvará para que as minorias forcem seus desejos perante a maioria, a partir do “politicamente correto”. Assim como temem a ameaça a soberania de suas nações como brancas e cristãs, colocadas em xeque através da crise econômica, imigratória, pela globalização e tendência de diminuição da reprodução demográfica.

2.4 As determinantes dos direitos LGBT+ entre os países

Nas últimas décadas a expansão dos direitos LGBT+ ganhou protagonismo dentro da discussão sobre direitos humanos, conquistou espaço no espectro político e estabeleceu vitórias legais e de fato em dezenas de países pelo mundo. Apesar do evidente progresso dentro da pauta, observa-se também uma grande variação dentre as nações, enquanto algumas têm dado largos passos na garantia da defesa e inclusão desta população, outras permaneceram praticamente paralisadas e muitas delas inclusive apresentaram retrocessos nos últimos anos. Diversos autores analisam os entraves e os facilitadores que justificam estas diferenças, neste estudo serão apresentados três deles, aqueles que durante a pesquisa mais frequentemente apareceram dentre os trabalhos, o desenvolvimento econômico como fator essencial para os avanços, a força e a relevância dos movimentos LGBT+ e a influência da religião e o seu peso na opinião pública e relação política dos Estados.

2.4.1 Desenvolvimento econômico

Nos últimos anos, cientistas políticos têm ambientado-se cada vez mais com a alegação de que o aumento de renda, associado à urbanização e principalmente com a ampliação da classe média estão correlacionados ao gradativo aumento nas políticas e direitos sociais, incluindo-se o reconhecimento de direitos e integração da população LGBT+ (CORRALES, 2015a). Badgett et al. (2014) corroboram a afirmação de que os principais referenciais teóricos argumentam a conexão entre a inclusão de pessoas LGBT+ e uma economia mais robusta, apresentando três abordagens relacionando o desenvolvimento e a força da economia com as pautas LGBT+: a abordagem das capacidades, a demanda pós-materialista e a perspectiva da modernização estratégica. Os autores realizaram um estudo analisando estas três perspectivas, contemplando 39 países analisados.

A abordagem das capacidades: Iniciada na década de 1980, tendo como mentor o economista e filósofo Amartya Sen e a partir dela pode-se estudar a pobreza e o desenvolvimento em um nível de maior complexidade, onde se leva em consideração diversas dimensões, além da restrição monetária. De acordo com a abordagem das capacitações, a pobreza nada mais é do que privação das capacidades básicas. Milhões de pessoas sofrem privações de diversos tipos, tais como: de nutrição adequada, de saneamento básico, de cuidados de saúde, de educação eficaz, de liberdade política e direitos cívicos entre outras, o

que resulta na impossibilidade de viver da forma que desejam ou na própria privação à vida (SEN, 1981, 2018).

Muitas pesquisas e análises mostram que um país com Produto Interno Bruto (PIB) elevado não necessariamente apresenta índices de desenvolvimento humano adequados ao fator monetário, ou seja, elevado nível de renda não necessariamente é sinônimo de bem-estar social e econômico. Segundo Sen (2018), é importante o papel central da riqueza como determinante nas condições de qualidade de vida, pois através dela é possível adquirir alimentos, roupas, habitação, lazer, entre outros, porém ressalta que este crescimento econômico não pode ser considerado mais do que o meio de obtenção das necessidades/anseios da população, a forma como buscamos para usufruir de nossas liberdades e a maneira que queremos viver.

“Capacidade” é conceituada por Sen (1999) como uma forma de liberdade, a liberdade de escolhermos entre diversos estilos de vida, através da combinação de diferentes funcionamentos que são possíveis de realizar. Os funcionamentos são o que as pessoas consideram importantes ter ou ser em suas próprias vidas, podendo ser fundamentais, como nutrição básica, ou subjetivos, como ser feliz, o que a pessoa pode ou não atingir a partir das oportunidades que tem. A partir disso, a pobreza pode ser entendida como a incapacidade para alcançá-los. A exclusão da comunidade LGBTQ+, segundo a abordagem das capacidades, restringe o progresso do bem-estar social e o desenvolvimento da economia, segundo Badgett et al. (2014), a inclusão de pessoas LGBTQ+ proporciona o crescimento de produtividade dos indivíduos, amplificando o estoque de capital humano na economia e sua utilização mais eficiente, assim como o aumento da própria produção humana.

A demanda pós-materialista: A teoria de valores pós-materialista foi proposta por Ronald Inglehart em 1971, ela indica que os valores intergeracionais mudaram baseados no crescimento da segurança existencial. Segundo Inglehart (2008), a geração mais antiga, nascida antes da Segunda Guerra mundial, por ter vivido um período de mais instabilidade, apresenta fortes valores materialistas, como a segurança econômica e física, enquanto a geração mais nova apresenta uma demanda pós-materialista, voltada a autonomia, autoexpressão e qualidade de vida.

O autor afirma que a contar da formação de sua teoria em 1971, a diferença entre as demandas dos jovens e velhos têm diminuído, tendo em vista que a segurança econômica de uma nação, consolidada em muitos países desde então, permitiu que a preocupação principal das pessoas não fosse mais pela sobrevivência, e pôde migrar para valores mais subjetivos à sociedade em geral, como a luta pelo direito de minorias. Os jovens, que antes cresciam com o sentimento de precariedade, perigo existencial, passaram a crescer em uma outra realidade,

onde a sobrevivência era algo “garantido”, mudando as questões existenciais da sociedade. A possibilidade de mudança de foco no espectro político, a conquista da liberdade de expressão, suportaram a possibilidade de novas questões e a própria formação de novos partidos e movimentos sociais. Embora os principais estudos sejam referentes a países do oeste da Europa, o autor afirma que estas condições se aplicam a qualquer país que a experiência formadora dos jovens tenha sido substancialmente diferente da dos mais velhos, sendo o ponto mais significativo a garantia sentida pelos jovens de ter a sobrevivência como “garantida” (INGLEHART, 2008). Em suma, a ótica pós-materialista, e os estudos empíricos intrínsecos ao tema, indicam que o maior desenvolvimento econômico da nação presumivelmente guiara a alterações nos direitos LGBTQ+ e a conduta quanto a esta comunidade nas questões envolvendo a sua inclusão (BADGETT; WAALDIJK; RODGERS, 2019).

Modernização estratégica: A terceira teoria apresentada relaciona a inclusão da comunidade LGBTQ+ e o desenvolvimento econômico a partir do prisma do interesse estratégico das nações, onde estas desenvolveriam uma estratégia de maior inclusão visando mostrar-se mais modernas e abertas, conforme Weiss (2007, apud. Badgett et al., 2019, 2014). Posicionando-se desta forma, estes países buscam tornar-se mais atrativos, tanto para turistas LGBTQ+ e não-LGBTQ+, assim como para investidores internacionais e possíveis parceiros comerciais, promovendo um crescimento na inclusão e no desenvolvimento simultaneamente, porém não impreterivelmente relacionado de forma causal e direta (BADGETT; WAALDIJK; RODGERS, 2014).

Estudos de Florida (2014) também apontam para a conexão entre métricas de desenvolvimento econômico, progresso social e condutas pró-LGBTQ+. O ambiente tolerante e a existência de pessoas publicamente LGBTQ+ manifestam um clima propício para trabalhadores LGBTQ+ e não-LGBTQ+ qualificados e criativos, mostrando que uma nação é receptora para estes novos talentos e novas ideias. Segundo o autor, existe uma ampla gama de indicadores de progresso relacionados que sustentam a teoria, como nível de empreendedorismo, bem-estar geral e nível de satisfação com a vida, urbanização e desenvolvimento humano, assim como evidências de que estes países apresentam maior PIB per capita no Gallup World Pool.

No trabalho realizado por Badgett et al. (2014) baseados nas teorias supracitadas, foram analisados 39 países, dos quais 29 são consideradas “economias emergentes” e 10 são “países de interesse”, países que têm movimentos LGBTQ+s fortes e que são de considerável importância para as instituições de desenvolvimento globais, ainda que suas economias não cheguem ao patamar para ser consideradas emergentes. Para realizar uma macroanálise, os estudiosos mediram a inclusão da comunidade LGBTQ+ relacionada ao PIB e ao Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH), o que demonstrou uma clara correspondência positiva em diversas nações. Os países que obtêm mais direitos LGBT+ tendem a ter maiores níveis de desenvolvimento econômico, aqueles que apresentam maiores níveis de IDH estão associados a mais direitos LGBT do que aqueles com índices menores, assim como aqueles que apresentam maior PIB per capita fortemente tendem a proteger e incluir mais a população LGBT+. Os autores também apresentaram fortes evidências de que pessoas LGBT+ são cerceadas em suas liberdades e direitos humanos de forma que apresentam como reflexos a perda de produtividade e tempo laboral, alocação ineficiente e subinvestimento dos recursos humanos, resultando em prejuízos econômicos para as nações. Badgett et al. (2019) recentemente realizaram um novo estudo semelhante ao anterior, desta vez analisando 132 países a partir de dados jurídicos e econômicos durante o período de 1966 e 2011. A robusta análise de dados apresentada corrobora os resultados obtidos anteriormente, correlacionando maiores níveis de IDH e PIB per capita a mais direitos legais aos LGBT+, concluindo que apesar de não poder assegurar relação de causalidade, o desenvolvimento econômico é compatível com a expansão dos direitos humanos dos LGBT, onde os dois claramente reforçam-se de forma mútua.

2.4.2 Movimentos LGBT+

De acordo com Corrales (2015b), como alternativa às teorias relacionadas a renda, a evolução dos direitos LGBT+ também estão baseadas na força dos movimentos sociais desta comunidade, centralizando na ideia de que não basta que uma nação seja rica, precisa também ser pátria de movimentos sociais específicos. O autor afirma não haver uma única tática exclusiva para o sucesso, porém cita como a de maior importância a construção de redes estratégicas, onde os movimentos LGBT+ mais exitosos são aqueles que estabeleceram grandes parcerias com movimentos fortes, agentes políticos ou formaram redes de parcerias mais arrojadas. Na Argentina, os movimentos pró-LGBT+ associaram-se a grupos importantes de direitos humanos, principalmente nos focados em descobrir abusos relacionados à época da ditadura. Na Cidade do México, construíram alianças com movimentos democratizantes, atuantes no país desde a década de 1990. No Brasil, os movimentos LGBT+ uniram-se a fortes grupos defensores de um desenvolvimento econômico mais justo, principalmente àqueles voltados a melhoria no âmbito da saúde e fortalecimento democrático. Além da associação a grupos mais fortes, Corrales aponta também a utilização de uma estratégia controversa empregada em alguns países americanos, a promoção do “mercado gay”. A tática consiste em apresentar aos setores público e privado o potencial da comunidade LGBT+, seja como

eleitores, seja como consumidores, e foi utilizada em campanhas como #MéxicoFriendly, destinada a promoção do turismo LGBT+.

Jobin-Leeds (2016) em seu livro sobre movimentos sociais e ativismo “When we fight we win” argumenta que o movimento cultural mais transformador do século XXI é em prol da conquista de amar e construir uma família. O autor sustenta que em 50 anos de ativismo, os movimentos sociais LGBT+ nos Estados Unidos conseguiram transformar derrotas em vitórias, sendo diretamente responsáveis pela conquista de direitos como a derrubada da lei antissodomia, a descaracterização da homossexualidade como doença mental e a equidade para casamentos de pessoas do mesmo sexo.

Grundy e Smith (2007) afirmam que nos Estados Unidos e Canadá a expansão dos movimentos LGBT durante as décadas de 1980 e 1990 utilizou como ferramentas a produção de conhecimento, perícia jurídica e metodologias de ciências sociais para desenvolver estatísticas quanto a população LGBT. Estas análises baseadas em evidências promoveram o estímulo da agenda social a favor dos direitos desta população, abrindo um novo terreno político. Quanto a Europa, Ayoub (2015) afirma que a integração organizacional dos movimentos LGBT influenciou e ainda influencia a adesão de políticas pró-LGBT em países da UE, conforme apresentado no capítulo anterior (ASAL; MURDIE; SOMMER, 2017).

Asal et al. (2017) alegam que ONGs LGBT+ são atores importantes quanto as conquistas obtidas pela comunidade, desde suas atuações em protestos antidiscriminatórios, como também na aplicação da estratégia de “envergonhar e culpar” o estado. Estas ONGs revelam as discriminações cometidas contra a população LGBT+ e chamam a atenção internacional para os abusos sofridos, pressionando seus Estados a abolir leis anti-LGBT+ e legalizando atividades homossexuais. Os resultados do estudo realizado pelos autores em 2017 sugerem que o ativismo é de fato relevante e, pelo menos na questão da discriminação das atividades sexuais entre pessoas do mesmo sexo, é eficaz, onde os Estados tendem a fazer concessões táticas para abrandar a advocacia nacional e internacional existente. Todavia, na análise realizada pelos autores, a efetividade de resultados obtidos por movimentos LGBT+ podem ser bastante reduzidas em ambientes em que atitudes públicas pré-existent não apoiam a questão. Apesar de ser razoável constatar que grande parte da população não é a favor da violação de direitos físicos, o mesmo não pode ser dito quanto a violações de direitos de gênero e minorias sexuais. Estas atitudes pré-existent contrárias a defesa dos LGBT+ acabam por desenvolver um contramovimento, onde diferentes grupos sociais acabam por pressionar o Estado para a direção oposta, baseados em crenças ou questões morais.

A importância do ativismo e dos movimentos LGBTQ+ estruturados é de indiscutível relevância para a conquista de direitos para esta população, seja em escala local como internacional. Embora estes movimentos tenham trazido grandes avanços em diversos países e existem evidências quanto aos resultados atingidos, fatores como o desenvolvimento econômico e a interligação do estado com a religião permanecem fortes na determinação dos efeitos que estes movimentos podem alcançar.

2.4.3 Religião

A influência da religião quanto a temática de direitos LGBTQ+ é de extrema importância, expressando-se de diversas formas na sociedade, seja através do conservadorismo, do nacionalismo ou do populismo, mantendo assim relações intrínsecas com as narrativas anti-LGBTQ+ ao redor do globo. Segundo Corrales (2015), o secularismo é uma das condições mais significativas para a ampliação dos direitos LGBTQ+ pelo mundo, tendo em vista que as ordens religiosas podem ser consideradas historicamente como principais opositoras da causa LGBTQ+. O autor apresenta o Uruguai como destaque na América Latina, sendo considerado fortemente secular, o país possui um número extremamente alto de cidadãos que se identificam como ateus ou agnóstico, totalizando 38% de sua população, o que em parte explica sua significativa expansão dos direitos LGBTQ+ ter sido tão pouco controversa no país.

Estudos de Olson et al. (2006) apontam que nos Estados Unidos, as variáveis religiosas são mais relevantes para explicar a condenação do casamento entre pessoas do mesmo sexo do que as variáveis demográficas. Pessoas não-protestantes são muito mais dispostas a apoiar o casamento igualitário do que protestantes e conservadores, principalmente aquelas mais ligadas a moral e ao não secularismo, em menor grau, também se afirma que aqueles que participam mais ativamente da comunidade religiosa são mais sujeitos a ser contrários a este tipo de união. Um recente estudo de Campbell et al. (2019) chegou a resultados semelhantes, porém desta vez analisando apenas a comunidade transgênero, o trabalho afirma que pessoas que identificam-se como religiosas ou pertencentes a uma religião, em média, apresentam graus mais elevados de preconceito contra pessoas trans, também aumentando a correlação quanto maior o nível de participação nas igrejas, literalismo bíblico e fundamentalismo.

O trabalho de Whitley (2009), que relacionou sete formas de religião baseado em meta-análises, concluiu que pessoas religiosas inclinam-se a ter condutas mais negativas em relação às lésbicas e gays, em grande parte devido ao sistema de crenças religioso ser condenatório à esta população. O autor apresentou três fatores que considera ser mais relevantes: 1) As crenças relativas à natureza da homossexualidade, onde a religião instiga aos fiéis que a

homossexualidade é controlável, uma questão de escolha. 2) A população LGBTQ+ como uma ameaça, onde quanto mais os fiéis acreditam que esta comunidade representa uma ameaça ao seu círculo interior, mais repulsivos são seus posicionamentos quanto a eles. 3) O autoritarismo de direita, onde este posicionamento político, com fortes valores conservadores, media a relação fundamentalista-preconceituosa.

Um estudo realizado em 2017, abrangendo cinco pesquisas, obteve sustentação para um modelo teórico que associou a oposição religiosa ao casamento-gay com preconceito sexual direto e preferências conservadoras que objetificavam a manutenção do *status quo* (VAN DER TOORN et al., 2017). Também foram encontradas evidências que relacionavam o preconceito sexual com ideologias conservadoras, passando por uma série de diferentes etapas, partindo da religiosidade, para o conservadorismo político, para o preconceito sexual e finalizando na oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

3 PANORAMA LGBTQ+ NOS PAÍSES ESTUDADOS

Esta seção apresenta o levantamento de informações realizado referente ao período de poder dos atuais governos húngaro e polonês no poder. Serão observadas suas estratégias e narrativas utilizadas, desde suas campanhas eleitorais, declarações e discursos de ódio e suas atuações práticas, políticas anti-LGBTQ+, projetos de lei e emendas, tanto as propostas quanto as aprovadas.

3.1 Hungria

3.1.1 Campanhas políticas e narrativas utilizadas

Segundo Zamecki e Glied (2020) a crise política e econômica húngara iniciou-se concretamente em meados de 2006 e a partir desta data foi ampliando-se. O crescimento tido nos últimos anos havia sido alcançado sobretudo a partir de crédito e financiamento, piorando a percepção pública quanto ao governo, que atingiu seus piores níveis com o vazamento de um discurso do primeiro-ministro socialista. No discurso vazado, Ferenc Gyurcsány reconhecia que havia mentido aos cidadãos sobre o real estado da nação a fim de conquistar a reeleição, o que resultou em protestos imediatos por todo o país. Alavancado com a crise, o maior partido oposicionista, o nacionalista de direita Fidesz (Aliança Cívica Húngara), aproveitou a

oportunidade para aumentar os ataques ao governo e ganhar mais espaço. Em 2008 a crise econômica mundial piorou de forma significativa a situação húngara, paralelamente, o governo foi perdendo força, não conseguindo aprovar reformas e afundando-se em novos escândalos de corrupção, agravando ainda mais o desequilíbrio econômico e o conflito moral no país. Em 2010 o bloco de oposição que abrigava o Fidesz e o KDNP (Democratas-Cristão) chegou ao poder, vencendo as eleições com dois terços de maioria. Não somente a direita nacionalista ganhou espaço como também a extrema-direita, onde o Jobbik (“Movimento por uma Hungria Melhor”) assegurou mais de 16% dos votos no Parlamento Húngaro (KOVÁCS, 2013).

Embora o regime autoritário do Fidesz tenha iniciado somente em 2010, a nova reformulação do partido e suas estratégias já começaram em 2002. Conforme Greskovitz (2017), após perder a eleição de 2002, Viktor Orbán fundou o movimento dos Círculos Cívicos, que através da estratificação social, metropolitana e urbana, foi responsável pela mobilização da classe média e gradual acúmulo de capital social ao longo da década de 2000, por meio de eventos políticos, atividades de lazer e cultura. O autor ainda salienta que o movimento foi muito expressivo quanto ao ativismo e conquista de membros, conseguiu vincular-se à associações, à mídia, reestabeleceu conexões de um movimento de direita, repaginando o estilo de vida cotidiano, símbolos nacionais e firmando seus heróis, baseados nas prerrogativas do cristianismo, da nação e em conceitos de cidadania. Estes oito anos de espaçamento entre sua criação e a chegada ao poder do bloco de direita nacionalista foram de extrema importância para a solidificação de uma base social e construção de um capital político para o partido e para a direita como um todo.

Em suas campanhas eleitorais, o discurso do Fidesz partia do pressuposto “nós contra eles”, em um tom nacional-conservador, emergia um conceito de Hungria cívica, que colocava os cidadãos em dois contrapontos, destacando que uma parte deles era contra a “nação e seus interesses” e os categorizando não apenas como “cosmopolitas”, mas também como “elites” (KIM, 2020). O discurso abarcava uma política populista e reivindicava uma unidade nacional, a “terra natal” contra o “estrangeiro”.

A crise financeira e econômica de 2008, a enorme insatisfação da sociedade húngara quanto ao governo, o conflito moral, ético e político, abriu grandes vias para os políticos oposicionistas redefinirem valores sociais, a “normalidade”, utilizando métodos tradicionais de propaganda. O discurso de Orbán era claro e apresentava pelo menos três diferentes pontos: 1) O desgoverno e a crise econômica geraram uma lacuna ideológica no país, 2) não havia mais

espaço para a neutralidade empregada pelos seus antecessores, o futuro governo precisaria assumir uma posição ideológica dura, 3) a estruturação de um núcleo de poder centralizado, sem espaço para o pluralismo no debate (BAJOMI-LÁZÁR; HORVÁTH, 2013).

Segundo Batory (2010), a campanha eleitoral para 2010 foi diferente das anteriores, onde os partidos focaram em promessas econômicas impossíveis e irrealistas. A partir da iminente derrota dos governistas, a estratégia do Fidesz foi simples e eficiente, focando nos oito anos de mandato dos socialistas, realçando em seus discursos suas incompetências e os escândalos de corrupção no governo. O Fidesz não apresentou muitas propostas políticas específicas, visando não dar oportunidade aos socialistas de criarem comparações, nem obrigar o próprio partido a ficar restrito a estas propostas quando no poder. Com o intuito de não se expor em questões desafiadoras da política na época, Viktor Orbán negou-se a participar de debates televisivos, comuns nas eleições anteriores.

O Fidesz apresentou um programa político atípico naquele ano, tendo em vista que cada capítulo foi escrito por um dos seus atores políticos, não deixando claro se tais afirmações eram opiniões próprias ou promessas de campanha. Orbán escreveu a introdução, que apresentava ideias vagas, como “a competência de cada homem em manter sua família” e “salários e empregos honestos”, sem qualquer denotação em como estes propósitos seriam atingidos. No tocante as propagandas visuais realizadas durante a campanha, o Fidesz também manteve-se vago, com dizeres como “a hora é agora”, “Chegou a hora, Hungria”, em cartazes com Orbán posando na frente de uma grande fileira de bandeiras húngaras gigantes (BATORY, 2010).

Durante o mandato iniciado em 2010, o governo de Orbán implementou diversas ações dentro do seu projeto autocrático, foram tomadas medidas de centralização de poder no executivo, controle jurídico envolvendo até a suprema corte, restrição e domínio da imprensa e até mesmo uma nova constituição. O partido tinha como objetivo eliminar todos os sistemas de freios e contrapesos, incluindo a rotação parlamentar dos partidos no governo e impor um sistema de valores religiosos e valores tradicionais da família. Todas estas ações contribuíram para a construção de uma sustentação para a sua reeleição em 2014 (HALMAI, 2018).

Nas eleições de 2014, o Fidesz obteve um resultado oito pontos percentuais inferiores, porém ainda manteve a larga maioria e dois terços dos assentos no congresso, fração que continuava permitindo-o alterações constitucionais facilmente. A campanha do partido foi criticada pela Organização para Segurança e Cooperação na Europa em diversas faces, sendo caracterizada como restritiva, possuindo uma mídia estatal tendenciosa, campanhas que

confundiam o partido com o Estado, remoção do sistema de balanços e contrapesos no sistema eleitoral, falta de transparência e inclusão (INNES, 2015).

A partir de 2015, com a crise dos refugiados, o sentimento anti-imigração cresceu dentre os partidos de direita pela Europa, passando a figurar como uma das discussões centrais na Hungria (GOLDSTEIN, 2021).⁴ a estratégia do Fidesz passou a utilizar o argumento central de que Bruxelas, juntamente de Soros⁴, objetivavam abarrotar a Europa com migrantes muçulmanos, e que apenas a continuidade do governo Fidesz poderia impedir que a Hungria branca e cristã fosse destruída (KREKÓ; ENYEDI, 2018). Solt (2017) em seus estudos empíricos confirmou que o governo húngaro utilizou estratégias de campanhas populistas em 2015 e 2016, que possibilitaram o aumento da base aliada aos partidos específicos no poder, assim como o aumento drástico da xenofobia no país.

Em um discurso realizado na Romênia em 2018, Orbán afirmou que o continente europeu tem sofrido uma grande deterioração devido à substituição dos valores cristãos, com a finalidade de construir uma “sociedade aberta” permitidora da imigração, fragilizante ao ideal familiar e a identidade da nação. A retórica xenófoba de Orbán utiliza-se da crise migratória europeia, com o intuito de exaltar o nacionalismo, o culto e ao apoio às tradições nacionais, que segundo ele, estariam ameaçadas pelos estrangeiros (GIFFONI LEMOS; FERNANDES BISPO; PEREIRA MARQUES M DAS NEVES, 2019).

Conforme Kréko e Enyedi (2018), a campanha eleitoral de 2018 obteve grande sucesso com a agregação da questão migratória aos posicionamentos nacionalistas/conservadores já utilizados, sendo que anteriormente a crise dos refugiados, a popularidade do Fidesz estava em declínio. A partir desta abordagem, o partido não apenas reconquistou esta fatia perdida, como conseguiu conquistar meio milhão de novos eleitores.

3.1.2 *Hate Speech*, discursos políticos anti-LGBT+

István Tárlos, prefeito de Budapeste entre 2010 e 2019, apoiador da coligação Fidesz-KDNP, protagonizou diversos posicionamentos homofóbicos durante seu período no governo. Em 2012 declarou não poder apoiar o Eurogames, tendo em vista que o evento seria alheio à sua forma de pensar e que ele se distancia deste “estilo de vida gay”. O KDNP e o Jobbik

⁴ Investidor, filantropo e bilionário Húngaro-Estadunidense, apoiador de causas políticas progressistas e liberais.

lançaram comunicados de imprensa solicitando que as instituições governamentais cancelassem os contratos com os organizadores (ILGA-EUROPE, 2011). Em 2015 o prefeito de Budapeste durante uma entrevista realizada pelo canal de televisão TV2 Mokka, referiu-se a Parada do Orgulho LGBT como “repulsiva” (ILGA-EUROPE, 2016), e atacou a comunidade LGBT com mais comentários homofóbicos:

A título de opinião estritamente pessoal, posso expressar-lhe que todo esse fenômeno não é natural e repulsivo para mim, de modo que as funções básicas dos sexos masculino e feminino não se desenvolveram por acaso. Enquanto os dois não são intercambiáveis, podemos dizer que eles ocorrem na natureza, mas não são uma parte orgânica da natureza. [...]. Essa coisa não é digna de um ambiente histórico como Andrásy út. (INDEX, 2015, tradução nossa).

Em 2013, a coligação KDNP-Fidesz lançou um comunicado depreciando a Parada do Orgulho LGBT, afirmando ser um “circo itinerante” causador de um massivo caos no trânsito, já o Jobbik reuniu 300 contra manifestantes perto da localidade (ILGA-EUROPE, 2014).

Em 2014 afiliados ao Jobbik protestaram durante a Parada LGBT+ e aos gritos declaravam que os homossexuais deveriam ser levados para as câmaras de gás nazistas. Também romperam as barreiras colocadas pela polícia, que acabou conseguindo contê-los novamente, permitindo a continuação da Parada (HUMAN RIGHTS FIRST, 2015). Jobbik e KDNP também manifestaram-se negativamente em frente ao cinema Toldi, durante a parada. O porta voz do Jobbik declarou que o evento era “vergonhoso, pervertido, uma provocação contra a maioria, e que se o partido chegasse ao poder os eventos LGBT+ seriam proibidos no país”, além de afirmar que esta comunidade não era assediada no país. O comunicado do KDNP afirmava que o evento era “chocante, uma provocação política deliberada” (ILGA-EUROPE, 2015). No mesmo ano, após a vitória da drag queen Conchita Wurst na Eurovisão, o Jobbik lançou cartazes instigando o discurso de ódio, onde Conchita era sobreposta em uma bandeira da UE, enquanto uma mulher loira vestida com as cores da bandeira húngara estava sobreposta a bandeira do país. Sobre as imagens estavam dispostas as palavras “você escolha!”. Referente a campanha, a porta-voz do partido Dóra Dúró afirmou a oposição às “mulheres barbadas” era uma forma de apoio do Jobbik a uma “construção social baseada na família e valores tradicionais nacionais”(FEDER, 2014).

Em 2015 a Coalizão Democrática (DK e Liberalismo-Social) desligou László Sütő após o mesmo ter declarado no Facebook que a “homossexualidade era uma doença curável” (ILGA-EUROPE, 2016). Em novembro, o Jobbik exibiu no saguão do prédio parlamentar os cartazes vencedores de um concurso para a ala jovem do partido. Um deles figurava um desenho

intitulado de “O quebra-cabeça para filhos de pais homossexuais”, que apresentava uma criança com olhar confuso e chateada com a ideia de pais do mesmo sexo, ao mesmo tempo que celebrava a ideia de pais de sexos diferentes (ILGA-EUROPE, 2016).

No mesmo ano, após o Dia Internacional contra a Homofobia, em resposta a uma repórter que havia questionado qual mensagem o primeiro-ministro poderia enviar aos homofóbicos e quais seriam as ações que o governo tomaria para que casais homoafetivos pudessem andar de mãos dadas sem medo no país, Viktor Orbán respondeu o seguinte:

[...] A Hungria é um país sério. Baseia-se fundamentalmente em valores tradicionais. A Hungria é uma nação tolerante. Tolerância, entretanto, não significa que aplicaríamos as mesmas regras para pessoas cujo estilo de vida é diferente do nosso. Nós diferenciamos entre eles e nós. Tolerância significa paciência, tolerância significa capacidade de coexistência, esta é a base da Constituição Húngara que distingue claramente entre uma relação conjugal entre um homem e uma mulher e outras formas diferentes de coabitação. Nós vamos manter isso. A propósito, agradeço à comunidade homossexual húngara por não exibir o comportamento provocativo contra o qual várias nações europeias estão lutando e que resulta em um efeito que é exatamente o oposto do que desejam alcançar. Acredito que na Hungria, embora a constituição diferencie claramente entre casamento e outras formas de coabitação, as pessoas com estilos de vida diferentes de nossa própria perspectiva de vida estão seguras, recebem o respeito da dignidade humana básica que merecem. [...] Se nós [...] fizermos regulamentações mais rígidas ou a comunidade de homossexuais começar a ser mais provocativa, acho que o equilíbrio pacífico e calmo atual não existirá mais. Ninguém se beneficiaria com isso. Todos se beneficiam por serem capazes de coexistir. Acredito que como somos agora, podemos viver juntos. (HUNGARIAN SPECTRUM, 2015, tradução nossa).

O primeiro-ministro não respondeu sobre possíveis atitudes que o governo tomaria para garantir a segurança de pessoas LGBT+. Durante uma entrevista em 2016, Orbán declarou que gays “podem fazer o que quiserem, mas não podem ter seu casamento reconhecido pelo estado [...] uma maçã não pode pedir para ser chamada de pera” (AVERY, 2020). Em 2017, Orbán fez o discurso de abertura para o 11º Congresso Mundial das Famílias, dando boas-vindas ao mundialmente conhecido “grupo de ódio anti-LGBT+” norte-americano (TAIT, 2017).

Um membro-sênior do Fidesz, o parlamentar István Boldog, incitou uma campanha de boicote a Coca-Cola em 2019, após uma propaganda que promovia a aceitação gay ser lançada. A peça publicitária apresentava o tema “revolução do amor” e mostrava imagens de casais gays sorrindo e o slogan “zero açúcar, zero preconceito”(THE GUARDIAN, 2019). O departamento de Defesa do Consumidor do Condado de Peste multou a Coca-Cola em 500.000 HUF, por

“prejudicar o desenvolvimento físico, mental, emocional e moral das crianças e menores ” (ILGA-EUROPE, 2020).

Durante a campanha para as eleições europeias em 2019, László Kövér, Presidente da Câmara do Parlamento húngaro e membro fundador do Fidesz, afirmou que “não há diferença moral no comportamento de um pedófilo e homossexuais que desejam adotar. Em ambos os casos, a criança é um objeto, um artigo de luxo, a ferramenta utilizada para a autorrealização e a realização” (ILGA-EUROPE, 2020; KAFKADESK BUDAPEST OFFICE, 2019)

O governo húngaro condenou um livro de contos de fadas moderno publicado por um grupo de lésbicas em 2020, taxando-o como “propaganda homossexual” e declarando que o mesmo deveria ser banido. O livro intitulado “O país das maravilhas é pra todos” foi criticado por diferentes personalidades políticas, um representante do partido de extrema-direita Nossa Pátria rasgou o livro em uma coletiva de imprensa e o Chefe de Gabinete de Orbán, Gergely Gulyas declarou que “A identidade sexual é um assunto privado, mas há um limite [...] a propaganda homossexual não deve ser dirigida às crianças”, afirmando também que a partir disso, as crianças estariam em perigo (THAN, 2020). O Primeiro-ministro Viktor Orbán ao comentar o caso declarou que “os homossexuais deveriam deixar nossas crianças em paz” (ILGA-EUROPE, 2021a).

Em um discurso de inauguração de um monumento em comemoração ao Tratado de Trianon, Orbán afirmou que as nações da Europa central deveriam unir-se para preservar as suas raízes cristãs, em um discurso homofóbico, criticou a Europa Ocidental, que segundo ele “desistiu de uma Europa cristã e, em vez disso, experimentou um cosmos sem Deus, com famílias arco-íris, migração e sociedades abertas” (ILGA-EUROPE, 2021a; KOMUVES, 2020).

Ainda em 2020, vários governos locais hastearam a bandeira do arco-íris em sinal de apoio durante a Parada do Orgulho LGBTQ+, algumas delas foram tiradas a força e outras foram queimadas por ativistas de extrema-direita, ao comentar o assunto, o Parlamentar e Secretário de Estado, Miklós Soltész declarou que “não precisamos desta bandeira do arco-íris, leve isso de volta para o Ocidente, precisamos dos valores que Deus tem escrito nas almas dos homens por mais de 2.000 anos ”(ILGA-EUROPE, 2021a).

3.1.3 Propostas, políticas de governo e legislação anti-LGBT+

Com a vitória do bloco Fidesz-KDNP em 2010 e a conquista de dois terços do Parlamento Húngaro, a elaboração de uma nova constituição foi possível, e com ela, a primeira grande derrota da população LGBT+ no governo de Orbán. O artigo L diz que “A Hungria deve proteger a instituição do casamento como a união do homem e da mulher estabelecida por decisão voluntária, e a família como base da sobrevivência da nação” (HUNGRIA, 2011, tradução nossa). A inserção do artigo conforme escrito impossibilitou constitucionalmente qualquer possibilidade de uma futura aprovação de lei que visasse permitir a instituição do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Também na constituição de 2011, artigo XV, inciso dois, “a Hungria deve garantir os direitos fundamentais a todas as pessoas, sem qualquer discriminação em razão de raça, cor, gênero, deficiência, idioma, religião, opiniões políticas ou outras, origem nacional ou social, financeira, de nascimento ou outras circunstâncias, quaisquer que sejam” (HUNGRIA, 2011, tradução nossa), ou seja, não protegendo expressamente em sua Constituição a discriminação com base na orientação sexual. Mais tarde, como emenda, a nova Lei de Proteção à Família definiu a unidade familiar como heterossexual, afirmando também que a preparação para a vida familiar deve fazer parte do currículo escolar (ITABORAHY; JINGSHU, 2013).

Conforme a Human Rights First (2015), o Jobbik, que conquistou espaço no parlamento húngaro a partir de 2010, é notavelmente responsável por grande parte da hostilidade e perseguição a judeus, ciganos e homossexuais. Em 2012 um de seus parlamentares, Adam Mirkoczi, submeteu um duro projeto de lei anti-LGBT+ ao parlamento, que buscava banir a “promoção de desvios sexuais”, definida como a junção de “homossexualidade, transexualidade, travestismo, bissexualidade e comportamentos pedófilos”. A proposta objetivava a proibição de programas ou propagandas pró-LGBT+, quaisquer que retratassem ou promovessem estes ditos “distúrbios sexuais” como aceitáveis, estando sujeitos a penas de até oito anos de prisão. Após protestos da comunidade LGBT+ e seus apoiadores, o projeto de lei foi rejeitado.

Com objetivos semelhantes, porém a nível local, o Jobbik propôs no mesmo ano um projeto de lei para a Assembleia Geral de Budapeste, para que “a propagação em larga escala de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo como algo socialmente aceitável” fosse punível com multas financeiras. Vários episódios demonstram que este tipo de legislação, mesmo que não aprovadas, favorecem a discriminação e a disseminação de estigmas contra a comunidade LGBT (ILGA-EUROPE, 2013).

Segundo Blumgart (2012), em 2011 e 2012 o governo de Budapeste, também controlado pelo Fidesz, tentou barrar a Parada do Orgulho LGBTQ+, citando preocupações com o tráfego e a presença de crianças pelas ruas. O relatório da ILGA Europa (2013) confirma que vereadores do partido apresentaram em 2012 uma proposta no plenário, depois retirada, que recusaria a permissão de licenças em espaços públicos que “prejudicassem o meio ambiente, representassem um risco a segurança ou saúde pública, e marchas que fossem obscenas ou provocassem indignação pública”. No mesmo ano, outro vereador do Fidesz propôs uma emenda a um projeto na assembleia de Budapeste, a emenda bania “eventos que visavam retratar desvio sexual”, ela obteve o apoio unânime da Comissão de Assuntos Organizacionais, Processuais e Coordenação, porém acabou sendo rejeitada através de contra-argumentos jurídicos. O Jobbik ainda apresentou propostas de emendas semelhantes em outras três cidades húngaras em 2012.

Em 2012, no âmbito da educação, foi criado um novo currículo básico nacional que não fez absolutamente nenhuma menção a qualquer questão relacionada a comunidade LGBTQ+. A Associação LGBTQ+ Húngara realizou uma solicitação para a inclusão de conteúdo relacionado aos LGBTQ+, o que foi negado pelo governo (ILGA-EUROPE, 2013). Em 2013, com a entrada do novo currículo básico nacional, o ensino religioso passou a ser obrigatório (podendo ser alternado para educação moral, se solicitado pelos pais). Um livro didático, apoiado pelo estado e utilizado para o ensino religioso de crianças de 10 anos, referia-se a homossexualidade como um pecado mortal (ILGA-EUROPE, 2014; NIELSEN, 2014), o Ministério de Recursos da Humanidade negou-se a comentar a respeito, afirmando não ter o controle sobre conteúdos religiosos.

Segundo o relatório anual da ILGA-Europa (2018), em 2017 o governo Húngaro continuou a infamar ativistas e ONGs LGBTQ+. Uma nova legislação com o intuito de dificultar o financiamento internacional, importante fonte de custeio para as organizações LGBTQ+, foi aprovada. A polêmica lei instaurou requisitos adicionais para o processo de aprovação e foi considerada discriminatória e desproporcional por grupos de direitos humanos, suscitou também reação da Comissão Europeia por violação das disposições do tratado da UE. Conforme Szigeti (2017), no mesmo ano o conselho local da cidade de Ásotthalom, liderado pelo prefeito do Jobbik, alterou um decreto sobre “regras de coabitação comunitária”, proibindo a cobertura de todo o corpo, da cabeça e do rosto, a abertura de mesquitas e “qualquer atividade de propaganda” que expusesse o casamento de outra forma que não fosse entre a união de um homem e uma mulher. O objetivo do prefeito era criar um refúgio para os Europeus cristãos,

para “pessoas que não queriam viver em uma sociedade multicultural” (HAYDEN, 2017). Posteriormente estas seções foram anuladas pelo Tribunal Constitucional.

Em 2018, um homem nigeriano, que solicitava asilo por sofrer perseguição por ser homossexual em seu país, foi sujeito pelo governo húngaro a testes psicológicos para determinar sua orientação sexual. As autoridades húngaras negaram sua solicitação após sua homossexualidade não ter sido confirmada pelos testes. O Tribunal Superior da UE decidiu que testes psicológicos para determinação de sexualidade para solicitantes de asilo onde a homossexualidade é proibida são ilegais (EURACTIV, 2018; ILGA EUROPE, 2019).

Ainda em 2018, o governo húngaro anunciou o fim do financiamento de cursos de mestrado em Estudos de Gênero (ILGA EUROPE, 2019). O chefe de gabinete do Primeiro-ministro Viktor Orbán, Gergely Gulyas, afirmou que os cursos obtinham pouca adesão e iam contra os posicionamentos ideológicos do governo. Gulyas ainda declarou que “O governo húngaro tem a clara opinião de que as pessoas nascem homens ou mulheres. Eles levam suas vidas da maneira que acham melhor, mas, além disso, o estado húngaro não deseja gastar fundos públicos em educação nesta área ”(REUTERS, 2018). O programa de estudos foi posteriormente substituído por “Economia Política das Famílias e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Humano” (VIDA, 2019).

Com a aprovação de legislações que acabaram com direitos e provocam estigmas à comunidade LGBT+, os anos de 2020 e 2021 foram os que mais apresentaram retrocessos na última década na Hungria. Em 2020, Dóra Dúró, uma parlamentar do Nossa Pátria, propôs um projeto de lei que baniria treinamentos de sensibilização sobre questões LGBT+ nas escolas do país, a proposta foi recusada pelo parlamento (ILGA-EUROPE, 2020).

Conforme um relatório apresentado pela Comissão de Veneza e escrito por Carozza et al.(2021), em meio a crise do COVID-19 o parlamento húngaro aprovou a “Lei de Estado de Emergência”, que permitiu ao Primeiro-ministro Viktor Orbán governar via decreto por tempo indeterminado. Com isso, no mesmo dia e em nome do governo, a Nona Emenda à Constituição foi enviada ao Parlamento, dentro de um amplo pacote de leis que ingressava diversas emendas legislativas. O pacote foi aprovado por completo em apenas algumas semanas, entrando em vigor logo em seguida, sem qualquer consulta pública.

Dentre estas legislações e emendas Constitucionais aprovadas está a alteração do Artigo L da Constituição, da primeira parte, que trata sobre as “fundações” do país (alterações marcadas):

1) A Hungria deve proteger a instituição do casamento como a união de **um** homem e **uma** mulher [anteriormente: homem e mulher] estabelecida por decisão voluntária, e a família como base da sobrevivência da nação. Os laços familiares devem ser baseados no casamento ou a relação entre pais e filhos. **A mãe deverá ser uma mulher, o pai deverá ser um homem** (CAROZZA; KIENER; VERMEULEN, 2021, grifo do autor, tradução nossa).

De acordo com a BBC News (2020), a partir desta alteração casais do mesmo sexo não poderão mais adotar crianças, nem mesmo se um deles se inscrever como solteiro, conforme alegação da própria Ministra da Justiça Judit Varga “A regra principal é que apenas casais podem adotar uma criança, ou seja, um homem e uma mulher casados”. A legislação vigente sinaliza que apenas pessoas casadas podem adotar e pessoas solteiras só poderão fazê-lo com permissão especial do estado, dada diretamente pela Ministra para Assuntos da Família Katalin Novak, pertencente ao Fidesz, conservadora e defensora do modelo tradicional de família (DW, 2020). O Ministério da Família esclareceu que um indivíduo registrado em uma parceria do mesmo sexo não será mais elegível para a adoção, já que não pode ser considerado como uma pessoa solteira (CAROZZA; KIENER; VERMEULEN, 2021). O gabinete do Primeiro-ministro Viktor Orbán elogiou o projeto de lei que proíbe a adoção por casais do mesmo sexo após a sua aprovação e declarou que sua finalidade era “fortalecer a proteção das famílias húngaras e a segurança de nossos filhos”(ISAAC; BRAITHWAITE, 2020).

Em relação aos direitos dos transgêneros também houve enormes retrocessos para a comunidade em 2020, consolidando ainda mais a estrutura anti-trans do país (ILGA-EUROPE, 2021a). Na segunda parte da Constituição, que se dedica a “Liberdade e Responsabilidades” do povo húngaro, o parlamento aprovou alterações no Artigo XV (alterações marcadas):

1) Toda criança terá direito à proteção e aos cuidados necessários para o seu desenvolvimento físico, mental e moral adequado. **A Hungria deve proteger o direito das crianças a uma identidade própria correspondente ao seu sexo de nascimento e deve garantir uma educação a elas que esteja de acordo com os valores baseados na identidade constitucional e cultura cristã do nosso país** (CAROZZA; KIENER; VERMEULEN, 2021, tradução nossa).

A fundamentação explanatória desta proposta declarava que:

O sexo no nascimento é uma dádiva ou um fator que não pode ser alterado: é um princípio biológico. A Dignidade humana, que inclui o direito de cada criança à identidade própria de acordo com o sexo de nascimento, parte do qual deve ser protegida contra interferências mentais

ou biológicas afetando sua integridade física e mental (CAROZZA; KIENER; VERMEULEN, 2021, tradução nossa).

O Parlamento também aprovou alterações no artigo 33 da Lei de 2010 sobre Procedimentos de Registro Civil. Desta forma, pôs fim ao reconhecimento legal para pessoas transgêneros e intersexuais, impossibilitando que estas pessoas trocassem legalmente seus gêneros (ILGA-EUROPE, 2021a). A lei redefiniu a palavra “nem”, que em húngaro significa “sexo” ou “gênero”, e passou a referir-se unicamente como o sexo de uma pessoa no seu nascimento, “sexo biológico com base em características sexuais primárias e cromossomos”. Com esta legislação, o sexo no nascimento, uma vez que registrado, não poderá ser alterado. Em suma, qualquer pessoa que não identificar-se com o seu sexo atribuído ao nascimento não terá o direito legal de alterá-lo de acordo com o que corresponder a sua identidade (KNIGHT; GALL, 2020). Na fundamentação detalhada da proposta de alteração ao artigo 33, consta que:

Sexo não está conceituado na legislação vigente, visto que a determinação do sexo é baseada em fatos biológicos. Pode ser determinado com base em características sexuais primárias e cromossomos. O sexo incluído no registro civil é baseado em fatos determinados por um médico, declarado pelo registro. O registro certifica os fatos e os direitos que estão incluídos nele, e até que provem o contrário, o registro não cria direitos. No entanto, o sexo declarado pelo registro pode criar direitos ou obrigações e, portanto, é necessário definir o conceito de sexo de nascimento. Dado que é impossível mudar completamente o sexo biológico de alguém, é necessário certificar por lei que também não pode ser alterado no registro civil (BALOGH, 2020, tradução nossa).

O Parlamentar Olivio Kocsis-Cake, do Partido Diálogo pela Hungria, entrou como uma representação de alteração ao projeto levando em consideração que consultas públicas prévias com organizações LGBTQ+ não haviam sido realizadas. A Parlamentar independente Bernadett Szél apresentou uma moção de emenda rejeitando a proposta de alteração ao artigo 33, alegando que esta violaria o direito de pessoas transgêneros à identidade. As duas propostas foram negadas e o Parlamento húngaro acabou por aprovar a alteração solicitada pelo governo por 133 votos a 57, conforme a maioria de dois terços da coligação protagonizada pelo Fidesz (BALOGH, 2020). Segundo Walker (2020), desde 2017 as alterações legais nos registros quanto ao gênero estão paralisadas no país, a partir desta alteração na legislação, as solicitações realizadas neste período serão negadas, assim como quaisquer novas que aparecerem.

O relatório da Comissão de Veneza salienta que a lei húngara exige a consulta pública e a divulgação do projeto de lei online e aberto a comentários da comunidade para qualquer projeto de lei ou emenda constitucional dispostos pelos Ministros. O procedimento seguido na aprovação das leis e emendas supracitadas, de forma rápida e sem qualquer tipo de consulta a

população, não está de acordo com as recomendações da Comissão de Veneza e nem é compatível com o Relatório da Comissão sobre Respeito pela Democracia, direitos humanos e Estado de direito durante estados de emergência. Também afirma que não há razões ou relevância ou justificativas para que os conteúdos abordados nas emendas fossem adotados dentro de um estado emergência, ainda mais em um processo tão acelerado (CAROZZA; KIENER; VERMEULEN, 2021).

Com vigência a partir de primeiro de janeiro de 2021, o Parlamento húngaro votou pela abolição da “Autoridade do Tratamento Igual”, órgão governamental independente que protegia quanto aos valores das diretivas de igualdade. A partir desta data estes assunto passaram a ser tratados pelo Comissário de Direitos Fundamentais, o apoiador do governo Akos Kozma, que até então tem mantido-se em silêncio quanto as questões LGBT (ILGA-EUROPE, 2021a).

Em maio de 2021 o governo húngaro colocou em debate o recrudescimento da legislação contra a pedofilia, propondo reforço de penas e registro criminal, aumentando severamente a punição para o crime de pedofilia (VASKI, 2021). As reivindicações iniciais obtinham praticamente o total consentimento da assembleia, porém mesmo não existindo nenhuma confirmação científica sobre a relação entre pedofilia e a comunidade LGBT, o Fidesz fez novas emendas de última hora ao projeto, trazendo restrições relacionadas a conteúdos LGBT e assemelhando-se em alguns aspectos a lei russa anti-propaganda LGBT (VASS, 2021).

Segundo Vass (2021), a emenda era relativa ao artigo XV da Lei Fundamental Húngara. Referente à educação sexual nas escolas, proibia qualquer conteúdo que informasse sobre mudanças de gênero ou promovesse homossexualidade, assim como estabelecia a restrição às aulas de educação sexual apenas a professores da escola ou pessoas/organizações incluídas em um cadastro oficial do governo. A proposta vedava também materiais direcionados a jovens menores de 18 anos com conteúdos pornográficos ou que se apresentem de maneira sexual ou que promovessem, de qualquer forma, a homossexualidade ou uma identidade de gênero diferente da do sexo de nascimento. As mesmas proibições aplicavam-se a anúncios e campanhas publicitárias.

As novas emendas propostas de última hora promoveram uma divisão entre os partidos de oposição, que embora concordassem que as alterações fossem inaceitáveis, uma parte deles temia uma armadilha política armada pelo governo, onde a recusa pela legislação poderia resultar em acusações e ataques das forças governantes. A partir disso, boa parte das forças

políticas opositoras, como LMP, MSZP, DK, Diálogo para Hungria, Momentum e parlamentares independentes, como Bernadett Szél, Ákos Hadházy e Szabolcs Szabó acabaram decidindo boicotar e afastar-se do parlamento para a sessão (VASS, 2021).

Conforme Rankin (2021), ativistas que aprofundaram-se sobre a legislação afirmam que ela na prática expressa que programas de TV e filmes com personagens gays, ou até mesmo que simplesmente exibam a bandeira do arco-íris só podem ser exibidos em horários impróprios para crianças. Segundo o porta-voz do governo húngaro:

Existem conteúdos que crianças menores do que uma certa idade podem interpretar mal, podendo ter um efeito prejudicial em seu desenvolvimento em uma determinada idade, ou que as crianças simplesmente não podem processar e que podem, portanto, confundir seus valores morais em desenvolvimento ou sua imagem de si mesmas ou do mundo (RANKIN, 2021, tradução nossa).

A unidade húngara da gigante da mídia, a alemã RTL, afirmou que a nova legislação pode banir os programas favoritos da família no horário nobre da televisão, tendo em vista que muitos abordam a homossexualidade de alguma forma. Obras como “Billy Elliott”, “O Diário de Bridget Jones”, “Modern Family”, “Friends” e até mesmo alguns filmes de “Harry Potter” seriam abolidos dos horários diurnos e só poderiam ser exibidos tarde da noite (MARTON, 2021). A proposta de emenda foi aprovada pelo parlamento com apoio do Jobbik e do Nossa Pátria, com 157 votos a favor e apenas 1 voto contrário (RANKIN, 2021).

A reação contra a legislação anti-LGBT+ veio de diversos atores, desde ativistas, políticos internacionais, grupos de mídia, empresas multinacionais, e a própria Comissão Europeia. Em um contra-ataque, Orbán anunciou que realizaria um referendo, ainda sem data para sua realização, questionando a população húngara quanto a legislação aprovada, referenciado por ele como referendo da “proteção às crianças”. Orbán declarou no Facebook que “ativistas LGBT+ visitam creches e escolas e ministram aulas de educação sexual. Eles querem fazer isso aqui na Hungria também ”(WALKER, 2021). O referendo teria cinco perguntas, 1) “você apoia que estabelecimentos de ensino público tenham programas educacionais para menores de idade que introduzam orientações sexuais, sem o consentimento dos pais?” 2) “você apoia a propagação de tratamentos de redesignação de gênero para crianças menores de idade?” 3) “você apoia a disponibilização de tratamentos de redesignação de gênero para crianças menores de idade?”, 4) “você apoia o compartilhamento irrestrito de conteúdo de mídia com crianças menores de idade que influencia seu desenvolvimento sexual?”, 5) “você apoia o compartilhamento de conteúdo de mídia com crianças menores de idade que retrate a mudança de gênero?” (KOVÁCS, 2021).

Em agosto, o governo húngaro impôs que livros infantis que retratassem a homossexualidade ou mudança de gênero fossem colocados em “embalagens fechadas” nas livrarias e proibiu que fossem vendidos a 200 metros de escolas ou igrejas, assim como a exibição de quaisquer conteúdos de mídia sobre estes assuntos (THE ASSOCIATED PRESS, 2021).

3.2 Polônia

3.2.1 Campanhas políticas e narrativas utilizadas

Desde a transformação do sistema eleitoral em 1989, somente duas vezes a Polônia realizou eleições presidenciais e parlamentares no mesmo ano, ocorrendo pela última vez em 2015. Naquele ano, as disputas foram dominadas por dois partidos, Plataforma Cívica (PO) e Lei e Justiça (PiS), grandes adversários que manifestam uma rivalidade feroz desde 2005, rivalidade esta que tem-se demonstrado fundamental nas eleições do país (STEPÍŃSKA; LIPÍŃSKI; ADAMCZEWSKA, 2019).

A Polônia dispõe de um sistema político semipresidencialista, onde o Presidente representa o Estado nas relações exteriores, é comandante-chefe das Forças Armadas, nomeia o Primeiro-Ministro e seu gabinete, assim como os juízes do Supremo Tribunal Federal e outros tribunais. O Presidente pode também apresentar uma proposta legislativa Constitucional e detém um relevante poder de veto, que só pode ser revertido com a maioria de 3/5 dos deputados (HEILIG; LENIK, 2020).

Conforme Peszynski (2016), já no início da campanha, a maioria dos partidos considerou a eleição presidencial como uma importante etapa da eleição parlamentar. O PiS constatou que a única forma de levar Duda à presidência seria basear a rivalidade na avaliação dos oito anos de poder dos seus opositores, a coligação PO-PSL, no parlamento. Além da proposta referente a aposentadoria, do aumento da dedução fiscal, o programa de Duda contestava também a entrada da Polónia na Zona do Euro.

O então Presidente Bronisław Komorowski começou sua campanha com altíssimos indicadores de aprovação, tanto pessoal quanto ao seu trabalho na presidência, atingindo mais de 70% nos índices e com possibilidade de ser reeleito já no primeiro turno. Komorowski baseou sua campanha na estabilidade e em representar um consenso político. Entretanto, seu discurso era tido como desconexo da realidade, já que grande parte da população polonesa não

acompanhava o crescimento econômico do país, Komorowski ignorou o crescente sentimento de insatisfação durante o pleito, principalmente dos jovens (SZCZERBIAK, 2015a).

No país, tradicionalmente o presidente quebra laços formais com o seu partido após a eleição, simbolizando que irá representar a nação inteira (THE GUARDIAN, 2015), porém Komorowski, sem partido, mas eleito através da PO, foi retratado pelo PiS como inerte e partidário após ter posicionado uma bandeira da PO ao seu lado em um debate eleitoral televisionado. A atitude passiva de Komorowski, sua incapacidade de posicionar-se como independente e de desassociar-se dos problemas do partido que o havia apoiado no passado foram fatores decisivos para sua derrota (PESZYŃSKI, 2016). Por fim, Duda conquistou 51,55% dos votos no segundo turno (HEILIG; LENIK, 2020).

Ambas as eleições de 2015 apresentaram características bastante singulares, acima de tudo, não terem tido como destaque principal a economia no centro da disputa. A condição econômica polonesa estava em um período de expansão sob os dois mandatos da coligação PO-PSL no Parlamento e do mandato presidencial de Komorowski, o país passou a ser um *player* mais reconhecido no mercado internacional, principalmente no tangente a UE (MARKOWSKI, 2016). A Polônia cresceu 23,8% entre 2008 e 2014 e foi a única economia europeia que conseguiu evitar a recessão de 2008, porém a PO não conseguiu valorizar este recorde econômico de forma eleitoreira para os poloneses, enquanto o PiS aproveitou para explorar o contínuo descontentamento da população, que na época apresentava um salário líquido correspondente a um terço do alemão (CIENSKI, 2015).

O PiS apresentou um conjunto de propostas atrativas, como a revogação da decisão profundamente impopular da PO de aumentar a idade necessária para aposentadoria, dispor de benefícios extras para crianças de famílias pobres e mais numerosas, assim como aumentar o limite de renda livre de tributação. Com esta tática, o PiS capturou muitos poloneses que viviam fora dos grandes centros, especialmente jovens, que não obtiveram melhoria significativa em seus padrões de vida apesar do desenvolvimento da economia do país. O PiS também utilizou como estratégia colocar seus polêmicos líderes em um segundo plano e atribuir mais visibilidade a políticos de segunda categoria do partido, menos conhecidos, e consequentemente mais suscetíveis a atrair eleitores do campo centrista (SZCZERBIAK, 2015b).

O PiS lançou um programa político que visava tirar a Polônia das “ruínas” e concretizar uma “Mudança Boa”. A campanha caracterizava a elite governante da PO como arrogante e alheia à vida comum da população polonesa, tendo o então candidato a presidência Andrzej Duda viajado pelo país inteiro, encontrando cidadãos comuns com o objetivo de distinguir-se

daqueles que “venderam os interesses da Polônia aos estrangeiros” e incorporando aquela população “invisível” aos seus rivais. Duda exaltou o legado histórico e o heroísmo das gerações anteriores, tema evidenciado em seu vídeo inaugural de campanha, o qual mostrava jovens escoteiros no Memorial da Revolta de Varsóvia, imagens da tumba de um soldado, e imagens de poloneses agitando bandeiras da “Polska Walcząca”, símbolo criado em resistência ao nazismo (HEILIG; LENIK, 2020).

Apesar da derrota de Komorowski ter evidenciado uma Polônia ainda muito polarizada, o pleito foi bastante desfavorável para a PO, e contribuiu substancialmente para a legitimação do PiS nas eleições parlamentares. Os partidos mantiveram sua feroz concorrência durante estas eleições, ao mesmo tempo em que ambos adotaram uma estratégia mais adequada às expectativas dos eleitores mais centristas. O resultado da eleição parlamentar certificou a dominação das narrativas da direita na cena política do país, onde o PiS consagrou-se como vencedor, obtendo 37,5% dos votos, e consequentemente, 235 cadeiras dentre as 460 no parlamento polonês. Pela primeira vez desde transformação política de 1989, um partido obteve a maioria definitiva no Parlamento e a presidência, formando um governo de partido único (STEPÍŃSKA; LIPÍŃSKI; ADAMCZEWSKA, 2019).

Após a vitória do PiS, e o claro entendimento de que o partido não precisaria formar qualquer coalizão para governar, o PiS embarcou em uma escalada autoritária, sem restrições aos procedimentos democráticos, disposições constitucionais e conceitos de pluralismo. O partido logo trouxe a cargos de poder seus líderes mais polêmicos e passou a adotar um posicionamento nacionalista e anti-europeu, tendo em seus três primeiros meses de governo retrocedido significativamente o progresso democrático polonês. Paralisou de fato o Tribunal Constitucional, violando suas constituição, tomou o comando direto da mídia estatal com narrativas “nacionalistas-megalomaniacas” e partidárias, e incumbiu-se do controle direto sobre a demissão e nomeação de funcionários públicos, podendo demiti-los arbitrariamente por “má conduta” (MARKOWSKI, 2016).

Conforme Markowski (2020), as eleições parlamentares de 2019 obtiveram a maior participação eleitoral na história da Polônia, onde o PiS novamente saiu como grande vencedor, obtendo o voto de 43,6% dos eleitores ativos e mantendo suas 235 cadeiras e a consequente maioria de 51,1% do parlamento. A campanha iniciou logo no início de 2019 e foi encarada como uma continuação da campanha para o Parlamento Europeu. Com uma narrativa nacionalista e fundamentalista religiosa, foi coberta de ataques humilhantes a grupos LGBTQ+ e a jornais e indivíduos que defendessem os direitos e as liberdades humanas. As elites foram novamente encaradas como as grandes inimigas, enquanto o partido prometia a substituição

destas por novas elites patrióticas, capazes de “defender a família polonesa”, assim como criar um estado de Bem-Estar polonês, o qual o PiS conseguiu desassociar das noções de socialismo e relacionar a “solidariedade”, característica que ressoou bem pelo país. Markowski ainda salienta que as eleições devem ser consideradas livres, porém não devem ser consideradas justas, baseado no fato da mídia pública ser partidariamente viesada pró-governo.

Na campanha presidencial de 2020, segundo Heilig e Lenik (2020), Duda associou plenamente sua presidência ao PiS e seu governo desde 2015. Seu *slogan* de campanha “Vamos defender a Polônia” fez uma perceptível alusão aos diversos programas de bem-estar social bancados pelo governo a contar de 2015. As imagens de campanha apresentavam Duda com o Primeiro-Ministro do PiS, Morawiecki, estampados de forma cooperativa nos anúncios. Duda frisou seu papel na assinatura de legislações, insinuando que um presidente de oposição se negaria a assiná-las e até poderia retirar benefícios existentes dos poloneses.

O viés populista aumentou consideravelmente nestas eleições, a narrativa de Duda que já havia exaltado um povo polonês puro em 2015, restringiu ainda mais os critérios desta definição, onde um dos focos principais de sua campanha passou a ser as famílias tradicionais como núcleo da nação. Desta vez, a homofobia política foi utilizada já durante a campanha pelo Presidente, diversas vezes e por diversos políticos. Em um debate com seu opositor, Duda baseou suas convicções citando que a constituição definia o casamento como a união entre homem e mulher que constroem a base de uma família, narrativa incessantemente utilizada pelo governo. Em seu programa político intitulado como “A verdade histórica e a imagem da Polônia”, o discurso sobre o heroísmo nacional aumentou, sendo recorrente afirmações de Duda a respeito, como a que segue:

A Polônia precisa de um presidente que continue a restaurar o orgulho nacional. Somos uma nação de heróis. Em nossa história, demonstramos coragem e firmeza. Hoje, os poloneses podem e devem se beneficiar da atitude de seus avós, para quem não havia nada mais importante do que a honra (HEILIG; LENIK, 2020, tradução nossa).

Também se nota a utilização do hino nacional de forma constante, “A Polônia ainda não morreu enquanto ainda vivemos”, a utilização de imagens com as cores nacionais, em vídeos com músicas épicas e heroicas, soldados poloneses durante a Segunda Guerra Mundial, um grande foco nas famílias, muitas crianças e jovens em roupas folclóricas tradicionais. Discursos referenciando a elite da PO como arrogante e negligente quanto aos cidadãos comuns reapareceram também durante a eleição de 2020 (HEILIG; LENIK, 2020). Andrzej Duda venceu a eleição com 51,2% dos votos (BBC NEWS, 2020b).

3.2.2 *Hate Speech*, discursos políticos anti-LGBT+

Em 2015, ano que consagrou o PiS nas eleições presidenciais e parlamentares, os ataques a comunidade LGBT+ foram recorrentes, dentro e fora dos períodos eleitorais. Em março, a parlamentar Krystyna Pawłowicz, do PiS, foi citada na mídia por ter dito que “o governo continua a introduzir uma ideologia doentia de gênero, que promove patologias sexuais”, na altura em que alterações no Código Penal estavam sendo discutidas (ILGA-EUROPE, 2016). Em junho, a parlamentar do PiS Beata Kampa, criticou a possibilidade do método de fertilização *in vitro* ser disponível para todas as pessoas e não apenas a casais heterossexuais casados, afirmando que “as comunidades LGBT+ hoje estão felizes porque atravessam pela porta dos fundos e encomendam uma criança. Essa é a lei que vocês criaram” (SZYMCZAK; PACEWICZ, 2019). O discurso de ódio realizado pelo líder e cofundador do PiS, Jarosław Kaczyński, aconteceu em outubro, em um comício durante as eleições parlamentares afirmou que a redesignação de gênero era uma “moda passageira” e um “ataque a família”. Após os ataques terroristas de 2016 em Nice, o Ministro do Interior Mariusz Błaszczak, do PiS, afirmou que os ataques aconteceram porque a UE não respondeu corretamente aos ataques de 2015, relacionando o incidente com o foco da política do bloco, “seu multiculturalismo e suas marchas solidárias com flores e cores do arco-íris” (ILGA-EUROPE, 2016).

Durante uma entrevista a um programa de televisão em 2017, Ryszard Czarnecki, membro do parlamento Europeu pela Polônia, ao responder o que o partido poderia fazer pelos manifestantes da Parada do Orgulho LGBT+, afirmou que não há discriminação à população LGBT+ no país. O parlamentar do PiS ainda afirmou falsamente que “essas pessoas” têm todos os direitos garantidos na Polônia, e que elas estão exigindo mais do que as pessoas heterossexuais, e que por tanto, os heterossexuais podem sentir-se discriminados (PACEWICZ, 2017). Ainda em 2017, a parlamentar Krystyna Pawłowicz referiu-se à homossexualidade como patologia, em mais um ataque a população LGBT+ e aos ativistas, Pawłowicz declarou:

Primeiro, eles propagam atitudes e relações não naturais entre crianças e adolescentes que são suscetíveis a vários comportamentos fora do padrão e, em seguida, quando esses comportamentos perturbados são brutalmente reprovados por seus pares e isso termina tragicamente em casos extremos, os ideólogos esquerdistas das patologias morais transformam tudo ao redor e lamentando falsamente, impertinentemente sobre a “intolerância assassina” de seus pares. Se você não semear patologia, não haverá colheita letal (SZYMCZAK; PACEWICZ, 2019, tradução nossa).

Em um programa de televisão, após a Marcha pela Igualdade de 2018 em Poznań, o então Ministro da Defesa Nacional Mariusz Błaszczak, referiu-se aos participantes como

sodomitas, e afirmou que eles “tentam impor aos outros sua interpretação dos direitos e obrigações cívicas” (GAZETA OLSZTYŃSKA, 2018). A empresa de bonde de Poznan afixou bandeiras do arco-íris em todos os seus elétricos antes da Marcha, porém ao receber críticas, removeu as bandeiras. Błaszczak elogiou a decisão da empresa em voltar atrás, e afirmou que “isso demonstra que a nação polonesa está certa de que tudo isso foi projetado como Deus planejou; é normal. E se alguém tenta nos impor algo que não é normal, encontra resistência” (JACKMAN, 2018; SZYMCZAK; PACEWICZ, 2019).

O na época governador regional Przemysław Czarnek, pertencente ao PiS, em um vídeo postado na internet, acusou os participantes da Marcha pela Igualdade de serem “perversos” e “desviados”, afirmou também que a parada promove “comportamento sexual incompatível com a natureza” e “pedofilia”. Tomasz Pitucha, vereador do PiS na cidade, declarou que a parada “é também homopropaganda e não uma marcha pela igualdade. Apelamos ao prefeito para proibir esta marcha para o bem público (...) querem organizar uma chamada marcha pela igualdade em Lublin para promover a homossexualidade e a pedofilia (SZYMCZAK; PACEWICZ, 2019). Andrezj Duda também fez referência a existência de uma “homopropaganda” no país, conforme Kosminski (2018), em consequência a repercussão de um evento que objetivava garantir a segurança e o bem-estar das crianças LGBT+ nas escolas, o Presidente declarou em uma entrevista que consideraria seriamente a aprovação de uma lei que banisse a “propaganda homossexual”. Em um discurso no interior do país, Kaczyński, líder do PiS, afirmou que “casamentos homossexuais não ocorrerão” e que o governo ira “esperar pacificamente que os países da UE fiquem sóbrios” (ILGA-EUROPE, 2021b)

Em 2019, a Parada do Orgulho LGBT+ mais uma vez esteve sob ataques de autoridades, Kaczynski declarou que “não precisamos imitar aqueles que estão no Ocidente, não precisamos ficar sob a bandeira do arco-íris, podemos ficar sob a bandeira vermelha e branca”. Já o Ministro da Educação Dariusz Piontkowski (PiS), questionou a realização do evento, afirmando que “esse tipo de marcha, iniciada por círculos que tentam promover comportamentos sexuais fora do padrão, suscita enorme resistência. Portanto, devemos pensar se esse tipo de evento deve ser organizado no futuro” (KOZLOWSKA, 2019).

No mesmo ano, o prefeito de Varsóvia Rafael Trzaskowski, pertencente ao partido oposicionista Plataforma Cívica, assinou uma declaração em amparo a comunidade LGBT+. A declaração estabelecia passos tangíveis de apoio e baseava-se em cinco pilares: segurança, educação, cultura e esporte, trabalho e administração. Após o ato, Kaczyński, líder do PiS, afirmou que o suporte de Trzaskowski a população LGBT+ era um “ataque às crianças e às famílias” (ILGA-EUROPE, 2020), declarou ainda “queremos deixar claro: nós dizemos não a

isso, especialmente quando se trata de crianças. Fiquem longe de nossos filhos” (SZYMCZAK; PACEWICZ, 2019). Diversos outros políticos declararam oposição veemente à carta, incluindo o vice-Ministro da Justiça, o vice-Ministro da Educação, três vereadores locais e Pawel Kukiz, líder do partido Kukiz’15, que afirmou que a carta “tem mais probabilidade de humanizar o pedófilo do que de defender a criança” (ILGA-EUROPE, 2021b).

Em 2020 o *hate speech* à população LGBT+ foi recorrente na Polônia, assim como a utilização da homofobia política. Andrzej Duda, em um discurso na cidade de Brzeg, acusou o movimento LGBT+ de promover uma perspectiva mais nociva do que o comunismo, concordando com outro político que havia declarado que “LGBT não são pessoas, é uma ideologia”. O presidente afirmou que seus antepassados não lutaram para livrar-se do comunismo para que agora eles tivessem que apenas admitir “uma ideologia” que ele acredita ser “ainda mais destrutiva para o ser humano” e que “assim foi o bolchevismo, a [doutrinação] das crianças (...) hoje, também há tentativas de empurrar uma ideologia sobre nós e nossos filhos, mas diferente. É totalmente novo, mas também é neobolchevismo” (ASSOCIATED PRESS, 2020).

Em uma entrevista à Rádio Plus, Michael Woś, ministro do Meio Ambiente, afirmou que estava na hora de colocar em prática as promessas feitas desde 2015, quando o atual governo subiu ao poder. Segundo Woś “Ainda há questões que não foram implementadas, como a proibição da promoção da ideologia LGBT+ e da realização de vários estudos de gênero nas universidades (TILLES, 2020a). Ainda em 2020, o Ministro da Educação e Ciência, Przemysław Czarnek, um dos nomes mais conhecidos quando o assunto é ataque aos direitos e a população LGBT, ao se referir a homossexualidade em uma entrevista a TVP Info declarou:

Vamos defender a família contra esse tipo de corrupção, depravação, comportamento absolutamente imoral. Vamos nos defender contra a ideologia LGBT e parar de ouvir essas idiotices sobre alguns direitos humanos ou igualdade. Essas pessoas não são iguais às pessoas normais (LESZCZYNSKI, 2020a)

Meses mais tarde, em uma entrevista ao canal de televisão polonês Posalt News, Czarnek afirmou que:

Não há dúvida de que toda essa ideologia LGBT é decorrente do neo-marxismo e vem da mesma raiz que o nacional-socialismo nazista alemão, que é responsável por todos os males da Segunda Guerra Mundial, a destruição de Varsóvia e o assassinato de insurgentes. A raiz é a mesma (LESZCZYNSKI, 2020b, tradução nossa).

Em 2021, em uma entrevista à emissora estatal de televisão TVP, quando questionado sobre a Parada do Orgulho LGBT, Czarnek respondeu “Vocês viram as fotos da Parada e isso não tem nada a ver com igualdade (...) você já viu as pessoas vestidas de uma forma esquisita,

um homem vestido de mulher? Eles são pessoas normais na sua opinião?”. Czarnek ainda afirmou que os poloneses “sabem quem é normal e quem não é normal”, que isso não tem relação nenhuma com igualdade e tolerância e não passa de corrupção moral pública (TILLES, 2021).

Em entrevista ao jornal *Nasz Dziennik*, o deputado e subsecretário de Estado do Ministério da Justiça, do partido Solidariedade Polônia, afirmou que “não permitiremos a legalização de relações homossexuais e sua adoção de crianças em nosso país. Protegemos a identidade e a cultura polonesa da ideologia LGBT+, que é estranha para nós” (EASTON, 2021). O líder do PiS, Jarosław Kaczyński, afirmou em uma entrevista que a “ideologia LGBT” “limita radicalmente a liberdade de um grande número de pessoas que são aterrorizadas para aceitar esta ideologia” (ILGA-EUROPE, 2021b). Em setembro de 2021, o presidente da Assembleia regional de Małopolska e pai do presidente da Polônia, Jan Duda, do PiS, declarou que “a homossexualidade é contagiosa” e que “ser gay não é legal, é triste” (ILGA-EUROPE, 2021b).

3.2.3 Propostas, políticas de governo e legislação anti-LGBT+

A partir de 2015, com a conquista do governo pelo PiS, a Polônia, que já não era reconhecida como grande apoiadora das causas LGBT+, passou a intensificar a degradação dos seus direitos e o retrocesso nos quesitos relacionados a eles. Em meados de 2015, uma nova legislação sobre fertilização *in vitro* foi aprovada, durante sua discussão no parlamento foi levantada a possibilidade de casais não-heterossexuais usufruírem destes serviços de fertilidade, porém no seu texto final foram excluídos casais do mesmo sexo, mulheres solteiras e homens trans para este tratamento. No mesmo ano, a cidade de Gdansk realizou sua primeira Parada do Orgulho LGBT+, reunindo cerca de dois mil participantes. Uma conselheira local do PiS, Anna Kołakowska, junto de membros da sua família, tentaram bloquear a marcha sentando-se no meio da rua, entretanto, foram retirados pela polícia. O governo polonês também barrou propostas da UE que esclareciam direitos de propriedade para casais LGBT+ casados ou com união registrada, impossibilitando-os de exercer sua liberdade de circulação dentro do bloco (ILGA-EUROPE, 2016).

Ainda em 2015, a proposta da Lei de Acordo de Gênero, que tinha como o objetivo criar um procedimento formal para o reconhecimento de gênero no país, assim como simplificar os critérios legais, foi aprovada pelo parlamento polonês durante o ano. O projeto que havia sido proposto anos antes pela parlamentar Anna Grodzka, do Partido Socialista Polonês, foi vetado por Andrzej Duda em outubro de 2015 (EUROPEAN UNION AGENCY FOR

FUNDAMENTAL RIGHTS (FRA), 2015; ILGA-EUROPE, 2016). Após o veto presidencial, o projeto de reconhecimento de gênero retornou ao legislativo para uma votação que possibilitaria a revogação deste veto, porém a proposta nunca voltou a ser pautada (SZULEKA, 2015).

Em 2018, durante a primeira Parada do Orgulho LGBTQ+ de Częstochowa, alguns ativistas foram fotografados exibindo o brasão nacional da Polônia, imposto a uma bandeira do arco-íris. Após a publicação das fotos, o Ministro do Interior, Joachim Brudziński, publicou um comunicado acusando os ativistas de provocação, afirmando que os mesmos seriam processados e denunciados por desacato e profanação de símbolos nacionais (KELLEHER, 2018).

No mesmo ano, o prefeito de Lublin, Krzysztof Żuk, emitiu uma decisão banindo a primeira Marcha pela Igualdade na cidade. O prefeito argumentou que não teria como fornecer a segurança adequada aos participantes, tendo em vista que estava marcada uma contra demonstração para o mesmo dia, entretanto, após a apelação de um dos organizadores da marcha, a Corte de Apelações garantiu o acontecimento do evento (ILGA EUROPE, 2019). Segundo o TVP World (2018), o cancelamento havia sido solicitado ao prefeito pelo então governador regional Przemysław Czarnek.

Em 2019, o prefeito de Kielce, Bogdan Wenta, anunciou a proibição da primeira Marcha pela Igualdade da cidade. Argumentando razões de segurança, o prefeito afirmou estar preocupado com o clima tenso que poderia ser criado entre os participantes da Marcha e de outros eventos que aconteceriam na cidade. Após a apelação dos organizadores, a justiça revogou a decisão que proibia a manifestação (NIEZALEZNA, 2019). Além de Kielce, governos locais tentaram proibir as Marchas pela Igualdade em Lublin, Nowy Sącz, Gorzów Wielkopolski e Gniezno naquele ano, ativistas conseguiram reverter judicialmente as decisões em todos os casos (ILGA-EUROPE, 2020).

Já na cidade de Białystok, a primeira Marcha Pela Igualdade foi marcada por muita violência e ataques de ódio contra pessoas LGBTQ+, enquanto simultaneamente ocorria o “Piquenique da Família”. Organizado pelo PiS, como forma de protesto contra a marcha, o piquenique tinha atrações para crianças e castelos infláveis, ao mesmo tempo que era protegido por guardas fronteiros com grandes armas, veículos blindados, e transporte de pessoal (DEHNEL, 2019). A entrada de qualquer pessoa proveniente da Marcha pela Igualdade foi proibida pelos guardas de segurança (ILGA-EUROPE, 2020).

Ainda em 2019, por iniciativa de cidadãos, foi submetido ao parlamento uma proposta de lei chamada de “Pare a Pedofilia”. De acordo com os autores, o projeto objetivava alterar a

legislação que versava sobre a prevenção e o combate à pedofilia no país. Como era uma “iniciativa” popular, o projeto exigia 100.000 assinaturas mínimas para ser considerado pelos parlamentares, e foi construído embasado em informações falsas que implicam uma ligação entre a homossexualidade e a pedofilia. Sua fundamentação explanatória apresentou argumentos sem qualquer embasamento científico, contemplando diversas informações enganosas, como 1) na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, a educação sexual foi introduzida por pessoas condenadas por crimes de pedofilia, 2) por meio da educação sexual, as crianças se acostumam com o sexo desde cedo, a educação sexual destrói os mecanismos naturais de defesa também como a inocência de crianças, 3) crianças despertam sexualmente e se acostumam com a homossexualidade por meio da educação sexual, que está sendo utilizada por um chamado “lobby LGBT+” como uma ferramenta para realizar a radicalização dos objetivos políticos, por exemplo, para legalizar a adoção de crianças por homossexuais na Polônia. Nos países que permitiram prática semelhante, ocorreram tragédias neste campo. Em abril de 2020, o parlamento enviou o projeto de volta a uma subcomissão para “mais trabalho”, adiando, portanto, considerações adicionais para uma fase posterior (OFFICE OF THE UNITED NATION HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2020).

Conforme o relatório anual da ILGA-Europa (2019), a ONG Campanha Contra a Homofobia (KPH) organizou em outubro o evento anual “Sexta-feira do Arco-Íris”, que tem o objetivo de promover a garantia da segurança e o bem-estar para os alunos LGBT+. Antes da realização do evento, a mídia de direita o divulgou de forma pejorativa, resultando em um amplo debate público e político, assim como severos ataques aos direitos da população LGBT+. A então Ministra da Educação, Anna Zaleswka (PiS), em uma entrevista, afirmou que as escolas que participassem da “Sexta-feira do Arco-Íris” estariam violando as leis de educação e seriam inspecionadas. No dia do evento, diversas escolas contactaram a KPH informando que haviam sido realizadas inspeções não informadas previamente, com o intuito de verificar a presença de quaisquer materiais ou roupas relacionados ao arco-íris. Professores afirmam ter recebido ameaças de serem demitidos e processados, diretores foram pressionados a aplicar efeitos disciplinares a professores ou alunos que estivessem envolvidos no evento, e também foram relatadas a presença de caminhões com cartazes homofóbicos estacionados no entorno de escolas. No dia seguinte a Ministra da Educação anunciou que mais inspeções iriam acontecer e que a realização do evento teria repercussões. Alunos e professores relataram ainda ameaças aos alunos com redução de notas e expulsão.

Em 2019, a declaração de Varsóvia em apoio a comunidade LGBT+, assinada pelo prefeito Rafael Trzaskowski, serviu de estopim para o início de um intenso contra-ataque em

oposição a comunidade LGBTQ+ no país. A carta que traçava medidas de combate à discriminação e previa suporte a comunidade LGBTQ+, assim como Trzaskowski, foram fortemente atacados pelo governo em diferentes instâncias. Cerca de um mês após a assinatura da declaração de Varsóvia, o condado de Świdnik aprovou a declaração “Świdnik livre da ideologia LGBTQ”, que tinha como objetivo a “defesa das famílias e das crianças” e era contra a “propaganda homossexual”. O documento afirmava ainda que a cidade “não permitiria a imposição de problemas exagerados e conflitos artificiais trazidos pela ideologia LGBTQ+” (TVP INFO, 2019). Após a aprovação pelo parlamento local de Świdnik, mais de 105 cidades polonesas adotaram declarações atestando ser “LGBT-free zone” (ILGA-EUROPE, 2021b).

Paralelamente, uma fundação religiosa de extrema-direita preparou um documento intitulado “Carta do Governo Local sobre os Direitos da Família”, uma declaração objetivando a garantia da manutenção do casamento apenas como o descrito na Constituição polonesa, uma relação entre um homem e uma mulher, e a manutenção da parentalidade exercida somente por uma mãe e um pai, contra a “desmoralização das crianças”. O documento também versa a favor da proibição da alocação de fundos e da propriedade pública para projetos que pretendam “minar” a identidade constitucional do casamento ou os fundamentos da família, a inclusão dos “direitos da família” na implementação de políticas públicas dos governos locais, a promoção de “boas práticas” do “direito das famílias” nos negócios e a implementação e garantia de leis “pró-família” (INSTITUTE ORDO IURIS, 2019a). A “Carta do Governo Local sobre os Direitos da Família” foi assinada por mais de 30 governos municipais na Polônia (ILGA-EUROPE, 2021b).

Estima-se que até 2020, os documentos restritivos aos direitos das pessoas LGBTQ+, que se opunham ao direito à união ou ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, conhecidos no discurso público como “Zonas Livres de LGBTQ”, foram adotados em 30% da área da Polónia (TOMCZAK; IWAŃSKI; ZAWADZKA-WITT, 2021). Ainda em 2019, a assembleia da região administrativa de Podkarpackie, que contém 21 condados e 4 cidades, votou pelo fim do financiamento a qualquer ONG que descredibilizasse a identidade constitucional do casamento como a união entre um homem e uma mulher, alegando o “princípio do fortalecimento da família e do casamento” e o princípio constitucional da proteção da criança contra a “desmoralização”, conforme prezava a “Carta do Governo Local sobre os Direitos da Família” (INSTITUTE ORDO IURIS, 2019b).

Em 2020, após a recusa por parte da Comissão Europeia em incluir algumas cidades polonesas no programa de “Cidades Irmãs” da EU, em razão de suas autodenominações como “Zonas livre de LGBTQ”, o Ministério da Justiça da Polónia prometeu compensar

financeiramente estas cidades pela perda destes fundos provenientes da UE. O Ministério da Justiça ainda alegou que os distritos foram “vítimas da falta de financiamento da UE” e que por isso os valores para as compensações seriam oriundos de um fundo que destina-se a ajudar vítimas de crimes (ILGA-EUROPE, 2021b). Segundo Tilles (2020b), em uma cerimônia oficial, o Ministério da Justiça da Polônia entregou ao distrito de Tuchów, um dos seis rejeitados ao programa “Cidades Irmãs”, um cheque três vezes maior do que ele deveria receber da UE. O Ministro ainda afirmou que iria sempre defender os distritos poloneses “perseguidos pela Comissão Europeia por razões ideológicas” e que havia pedido ao governo a criação de um “mecanismo de apoio permanente” a estes lugares.

De acordo com Machalica (2020), também como resposta a “Carta da Igualdade” de Varsóvia, Andrej Duda e seus apoiadores apostaram na divisão da sociedade polonesa entre os defensores dos valores familiares conservadores e aqueles que buscavam a igualdade de casamento no país. Duda assinou a “Carta da Família”, uma declaração que visava a manutenção das políticas sociais do seu partido, ao mesmo tempo que prometia instaurar “a proibição da propaganda LGBTQ+ nas instituições públicas”. Conforme Walker (2020b), a carta também garantia que não seriam apoiados o casamento entre pessoas do mesmo sexo, nem a adoção por casais gays no país, tendo Duda descrito o último como parte de “uma ideologia estrangeira”.

Segundo o Portal Oficial da Presidência da Polônia, em 2020, Andrzej Duda submeteu ao parlamento polonês uma proposta de emenda à constituição. O projeto propõe alterar a legislação que diz respeito a adoção, pressupondo que uma criança só poderia ser adotada por pessoas casadas, conforme os conceitos de casamento descritos na constituição Polonesa, a união entre um homem e uma mulher. O projeto aponta também que a adoção não poderia ser feita por uma pessoa que tenha como parceiro outra do mesmo sexo. Ao apresentar o projeto, Duda afirmou que estava muito feliz em poder pôr em prática promessas feitas no início de sua presidência, e que desta forma estava apoiando a “família polonesa”, “protegendo as crianças” e agindo para o melhor “desenvolvimento” da sociedade polonesa (PREZYDENT, 2020).

No mesmo ano, após a Ikea demitir um funcionário que postou comentários homofóbicos no site interno da empresa, o governo polonês decidiu processar a companhia por supostamente ter infringido os direitos religiosos do trabalhador. O funcionário foi demitido após negar-se a apagar inúmeros comentários onde afirmava que a promoção da homossexualidade e “outros desvios” era escandalosa, ao lado de versículos bíblicos do velho testamento que afirmam que a morte e o sangue são o destino que os homossexuais deveriam encontrar. Um porta-voz do governo declarou que a Ikea demonstrou preconceito com o

trabalhador que apenas estaria expressando suas “opiniões” sobre os gays, baseadas em “valores católicos”. O Ministro da Justiça da Polônia, Zbigniew Ziobro, classificou as ações da Ikea como “absolutamente escandalosas” e ordenou que o Ministério Público investigasse o caso. A decisão da Ikea em demitir o funcionário seguia as diretrizes do código de trabalho polonês, que exige que os funcionários combatam a discriminação devido à orientação sexual (KELLEHER, 2020).

Em outubro de 2020 um grupo de *lobby* da extrema-direita, chamado “Fundação da Vida e da Família”, coletou 200.000 assinaturas com o intuito de instituir um projeto de lei que banisse de vez as Marchas pela Igualdade na Polônia (PRZYBYLO, 2021). O projeto “Stop LGBT” visa proibir qualquer tipo de Parada do Orgulho LGBTQ+ ou outros gestos públicos em apoio aos direitos LGBTQ+, estipulando que não possam mais ser permitidas quaisquer reuniões públicas que “questionem o casamento como uma relação entre uma mulher e um homem”, “propaguem a extensão do casamento a pessoas do mesmo sexo” ou “promovam a orientação sexual diferente da heterossexual” (DEUTSCHE WELLE, 2021).

Em março de 2021 o Ministro da Justiça da Polônia, juntamente do Procurador-Geral, divulgou a elaboração de um projeto de lei com o intuito de impedir que casais do mesmo sexo adotem crianças, o que foi anunciado no mesmo dia em que o Parlamento Europeu adotou a resolução da “Zona de Liberdade LGBTQ+” em seu território. Em Junho, o vice-Ministro da Justiça revelou em uma entrevista de TV que o governo da Polónia está elaborando também um projeto de lei visando a proibição das “atividades de promoção e propaganda das comunidades LGBTQ+” (ILGA-EUROPE, 2021b).

4 ANÁLISES RELACIONADAS

4.1 As determinantes dos direitos LGBTQ+ nos países estudados

A partir da pesquisa bibliográfica que identificou características determinantes que ajudam a explicar variados níveis de direitos LGBTQ+ entre as nações ao redor do globo, esta seção tem como objetivo analisar informações referentes a estes pontos estratégicos de acordo com as realidades da Hungria e da Polónia, em comparação a países da União Europeia. Portanto assim verificar se estas determinantes são relevantes para a formação de um ambiente propício aos resultados negativos quanto a conquista dos direitos LGBTQ+ nestes países, possibilitando assim a instituição de políticas LGBTQóficas por parte de seus governos. Serão investigados dados

relativos ao desenvolvimento econômico e social dos países, a força e relevância do movimento LGBTQ+ e a relação com a religião e suas influências quanto ao conservadorismo político.

4.1.1 Desenvolvimento econômico

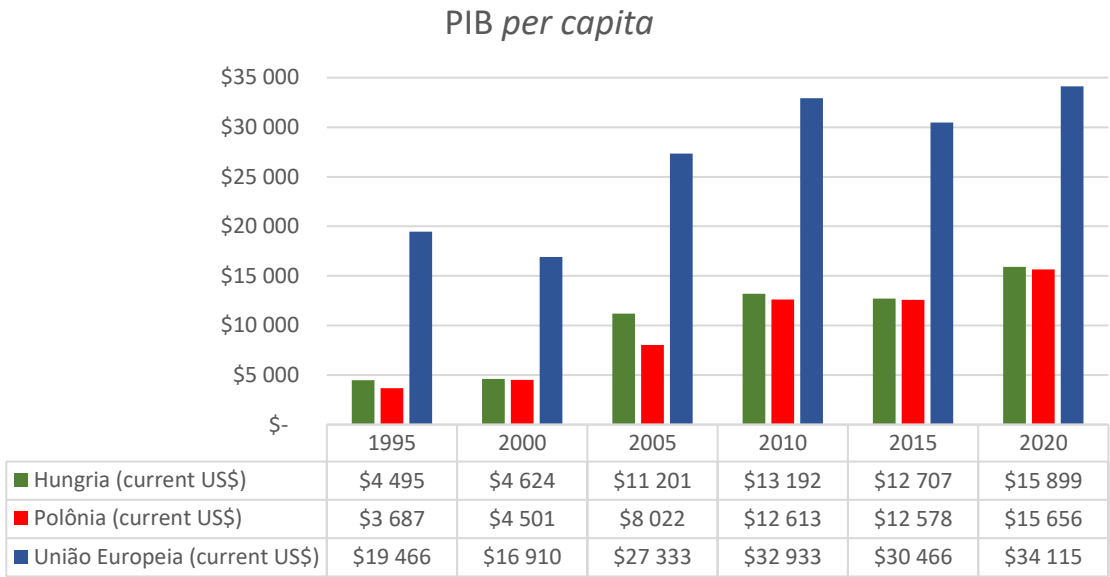
Conforme verificado na sessão que trata sobre o desenvolvimento econômico, diversos estudos apontam para a correlação positiva entre uma economia mais robusta, melhores níveis de desenvolvimento humano e progresso social com a inclusão da comunidade LGBTQ+ e a implementação de seus direitos. Objetivando verificar uma possível relação do desenvolvimento socioeconômico da Hungria e Polônia com os seus deteriorados resultados ao nível de obtenção de direitos e da inclusão de suas populações LGBTQ+, este estudo analisou os dados relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos dois países pesquisados em comparação ao restante das nações pertencentes a União Europeia. Com o propósito de englobar uma análise mais abrangente, no que tange a Abordagem das Capacidades de Sen, que estuda a pobreza e o desenvolvimento em um nível de maior complexidade e levando em consideração outras dimensões, este estudo também se propôs a verificar a correlação entre o PIB, o IDH e o índice Rainbow Europe.

O Rainbow Europe engloba o índice legal de igualdade LGBTQ+ com base no mapa Rainbow Europe e o prisma geral do clima social para pessoas LGBTQ+ em cada país, de acordo com a Revisão Anual da Situação dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais Pessoas. O Rainbow Europe classifica os 49 países europeus em uma escala entre 0% e 100%, sendo 0% a “discriminação total, violação grave aos direitos humanos, e 100% a “igualdade total”, o respeito aos direitos humanos. Os países são classificados de acordo com as leis políticas que apresentam direto impacto sobre o direito dos LGBTQ+ em 6 categorias: igualdade e não discriminação; família; crime de ódio e discurso de ódio; reconhecimento legal de gênero e integridade corporal; espaço da sociedade civil; e asilo (ILGA-EUROPE, 2021c).

O gráfico número 1, abaixo, apresenta o PIB *per capita* húngaro e polonês, assim como a média obtida pela UE, no período de 1995 a 2020. O gráfico mostra que os valores *per capita* observados na Hungria e Polônia ao longo das últimas décadas são bastante inferiores à média obtida pelos países da UE no período. Embora o percentual de crescimento da Hungria e Polônia tenha sido consideravelmente superior ao crescimento médio obtido pela UE, a média do bloco ainda representa um valor mais de duas vezes superior ao alcançado pelos países estudados. Em 2020, referente aos valores alcançados pelos países da União Europeia, o PIB

per capita da Hungria e Polônia foram, respectivamente, o quinto e o quarto menor dentre os 27 países do bloco.

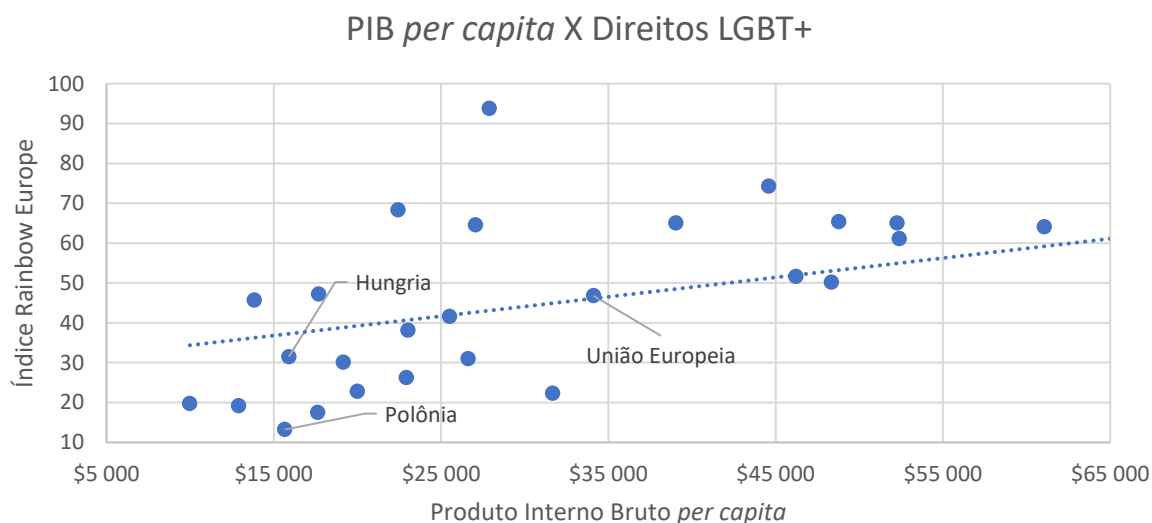
Gráfico 1: Produto Interno Bruto *per capita*



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do World Development Indicators.

No gráfico número 2 verifica-se a correlação entre o PIB *per capita* dos 27 países pertencentes a UE com o índice Rainbow Europe. O gráfico denota que os países da UE que obtêm mais direitos e inclusão LGBT+ tendem a apresentar melhores resultados econômicos em geral. As variantes observadas no gráfico número 2 apresentam um coeficiente de correlação de Pearson de 0,55, indicando a existência de uma correlação positiva moderada entre as duas variáveis.

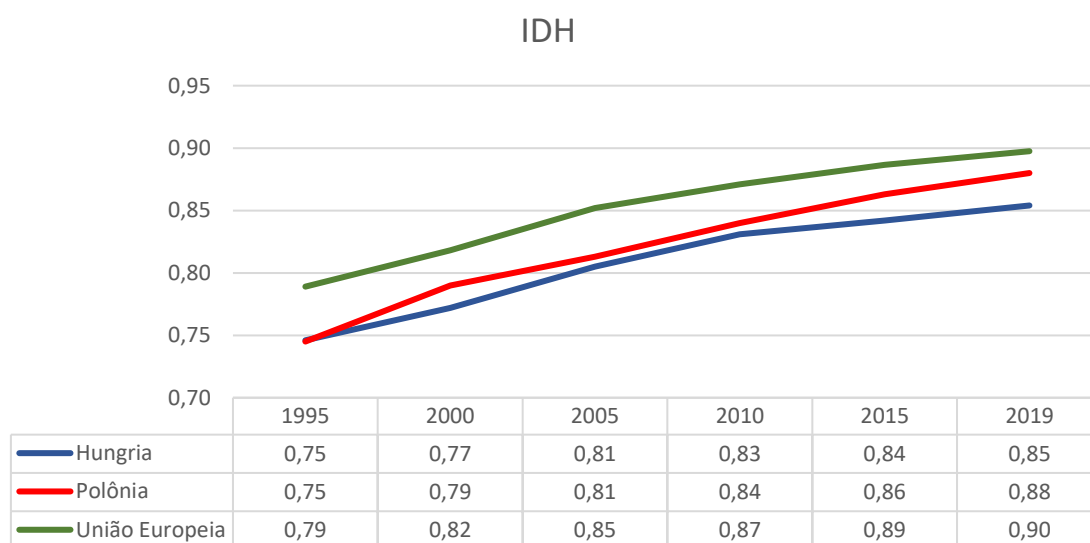
Gráfico 2: Correlação entre PIB *per capita* e direitos LGBT+



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do World Development Indicators e Rainbow Europe.

O gráfico número 3 apresenta os dados relacionados ao IDH da Polônia e da Hungria, assim como a média dos países pertencentes a UE, no período de 1995 a 2019. O gráfico evidencia que o IDH da Hungria e Polônia são inferiores à média do bloco. Durante o período, a Hungria e a União Europeia obtiveram crescimento de cerca de 0,11 pontos, enquanto a Polônia obteve crescimento de cerca de 0,13. Em 2019, o IDH da Hungria e Polônia foram, respectivamente, o 4º e o 8º piores dentre os 27 países pertencentes ao bloco.

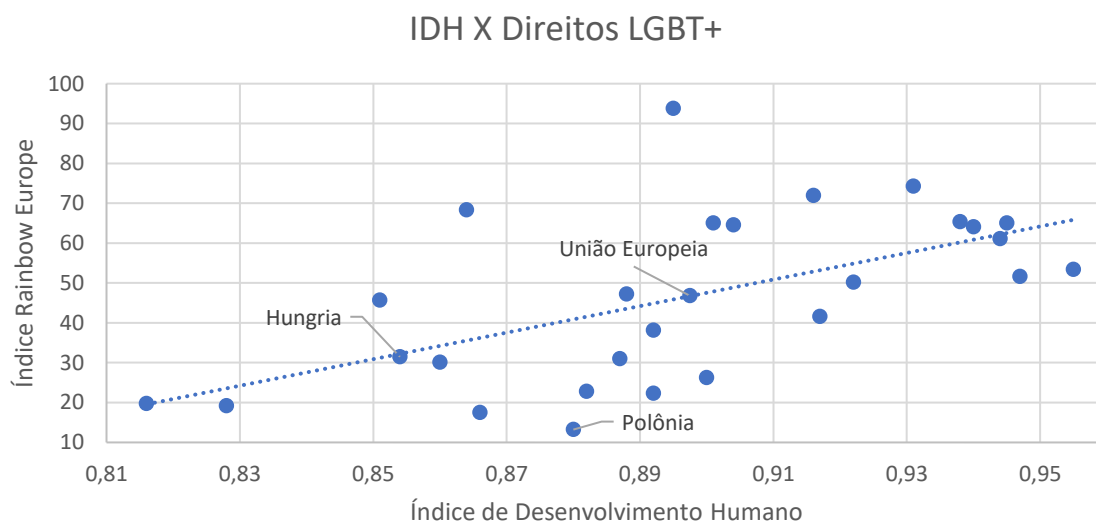
Gráfico 3: Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da United Nations Development Program.

No gráfico número 4 evidencia-se a correlação entre o IDH dos 27 países pertencentes a UE com o índice Rainbow Europe. O esquema identifica que os países da UE que estão associados a mais direitos e maior inclusão LGBT+ tendem a apresentar maiores níveis IDH do que aqueles com índices menores. As variantes observadas no gráfico número 4 denotam um coeficiente de correlação de Pearson de 0,58, apontando a existência de uma correlação positiva moderada entre o IDH e os direitos e a inclusão da comunidade LGBT+.

Gráfico 4: Correlação entre Índice de Desenvolvimento Humano e Direitos LGBT+



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do World Development Indicators e Rainbow Europe.

4.1.2 Movimentos LGBT+

A literatura acadêmica dedicada a análises do ativismo LGBT+ nos países da Europa Central e Oriental é bastante limitada, não devido à escassez de atenção e espaço dada pela sociedade acadêmica, mas em razão dos diversos obstáculos muitas vezes impossíveis de contornar. Em diversos países pós-socialistas, como a Hungria e a Polônia, os próprios movimentos LGBT+ foram pouco institucionalizados, e inúmeras vezes situados em círculos inclusivos, com encontros semi-secretos ou com pouca visibilidade. Nestes países, os estudos dos tópicos LGBT+ também sofrem influência do estado homofóbico, fazendo com que as análises de gênero ou LGBT+ sejam menos aceitas entre os assuntos acadêmicos, que são recorrentemente financiados pelos próprios Estados (BUYANTUEVA; SHEVTSOVA, 2019).

O antropologista e professor de Estudos de Gênero da Central European University, Hadley Renkin, declarou que o movimento LGBT+ na Hungria começou como na maioria dos países sob o socialismo, de forma clandestina, datado de uma longa história. Já nas décadas de 30 e 40, Renkin afirma já existir uma cultura gay documentada em Budapeste, “restaurantes e cafés específicos onde você poderia ir, assim como alguns locais de banhos termais”, comunidades sociais que surgiram, proporcionaram convívio e possibilitaram relações de amizade entre as pessoas LGBT+. Conforme a cultura ocidental ia se espalhando pelos países socialistas, também as ideias e informações foram tomando forma, visando a organização e a

mudança. No final dos anos 1980 os grupos sociais gays passaram a ser mais estruturados, com ideias críticas mais estabelecidas e que levaram a criação das organizações precursoras do movimento LGBT húngaro de hoje (CENTRAL EUROPEAN UNIVERSITY, 2014).

Segundo Renkin (2009), o movimento político sexual organizado começou mais cedo na Hungria do que em comparação aos outros países do leste europeu, só havendo registro de movimentos LGBT+ anteriores na Eslovênia. O primeiro grupo social de gays e lésbicas do país surgiu em 1988, pouco antes da queda do governo socialista. Logo alguns de seus membros fundaram uma nova organização, a Coalização Arco-Íris pelos Direitos Gay, que tinha como principal foco a luta pela conquista de direitos, como a organização teve seus registros oficiais negados, rapidamente se subdividiu em outros pequenos grupos.

Conforme Nagy e Borgos (2017), em 1995 foi fundada a organização LGBT+ mais antiga da Hungria, a Sociedade Háttér, que surgiu com o objetivo de prestar suporte e organizar vários serviços para a população LGBT+. A organização tem um programa de prevenção de HIV desde 1996 e um serviço de assistência jurídica e aconselhamento desde 2001. Além dos projetos principais, a Sociedade Háttér tem desempenhado papel ativo no *lobby* político, visando mudanças nas esferas jurídicas em prol do fim da discriminação da comunidade LGBT+ e suas famílias. Atua também com a oferta de serviços jurídicos em resposta a situações de discriminação, assédio e violência sofridos pela comunidade LGBT+ e desempenha papel importante na compreensão internacional das pessoas LGBT+ na Hungria. Hoje a organização é financiada principalmente por doadores estrangeiros, como a ILGA-Europe e programas da Comissão Europeia.

No mesmo ano foi fundado o Grupo de Trabalho Habeus Corpus, com objetivo de prover serviços de assistência legal e em 1997 a Associação Lésbica Labrys, a primeira organização focada em prestar suporte as mulheres lésbicas, todas estas associações localizadas em Budapeste. Desde então, várias organizações foram fundadas em outras cidades húngaras, porém Budapeste segue sendo fortemente predominante nas questões relativas a políticas sexuais, visibilidade pública e ativismo LGBT+ (RENKIN, 2009).

Conforme Renkin (2009), estas organizações batalharam para apoiar e fortalecer a identidade da população LGBT húngara, principalmente através de eventos públicos, sendo o principal a Marcha do Orgulho LGBT+ de Budapeste. O autor chama a atenção para a complexidade identitária das marchas, que desde o início acompanharam o roteiro das marchas europeias, demonstrando a conexão com o movimento LGBT+ transnacional, ao mesmo tempo

que começaram a ocorrer reivindicações de pertencimento nacional, como a apropriação de espaços simbólicos públicos. Com o decorrer do tempo, o posicionamento nas Marchas passou a lutar também contra o discurso nacionalista do governo (que exclui pessoas LGBTQ+), onde expressões como “sou húngaro, sou gay, sou humano” foram incorporadas às manifestações.

Embora a Hungria não tenha muitas organizações LGBTQ+, elas tem um importante papel na divulgação de informações sobre a situação LGBTQ+ no país, assim como em representar e falar em público em nome das “famílias arco-íris” (BÉRES-DEÁK, 2019). As organizações LGBTQ+ na Hungria são em sua esmagadora maioria contrárias ao governo do Fidesz, que não tem poupado forças para minar a legitimidade destas organizações. O governo tenta silenciar a voz destas ONGs, tendo implementado uma política de assédio contra aquelas financiadas por fontes estrangeiras, as enquadrando como “agentes da União Europeia” com interesses contrários à nação (NUÑEZ-MIETZ, 2019). O movimento LGBTQ+ húngaro tem papel fundamental no apoio a sua comunidade, seja através do *lobby* político, suporte legal, jurídico e social, e apesar de não ter conseguido avançar em questões legislativas, seus ativistas foram responsáveis pela força de resistência no país.

Conforme Struzik (2019), a primeira tentativa de auto-organização de homens gays documentada na Polônia surgiu ainda na década de 1980 em Varsóvia, porém, como na Hungria, nenhum reconhecimento social foi feito pelo Estado naquela época. Foi somente na década de 1990, após a transformação política no país, que a nova estrutura governamental permitiu o ativismo organizado e a discussão sobre temas relacionados a sexualidade não-heteronormativa no debate público. Segundo Mikulak (2019), o movimento LGBTQ+ polonês de fato, é tão antigo quanto a democracia no país, tendo em vista que sob o regime socialista, as minorias sexuais eram completamente invisíveis, onde a homossexualidade era um tabu social, raramente discutida em público e os homossexuais muitas vezes perseguidos. Em 1985, sob o regime socialista, ações persecutórias ainda aconteciam, como a “Operação Jacinto”, quando autoridades entraram em escolas, universidades e locais de trabalho através do país e levaram homens acusados de homossexualidade para os quartéis de polícia, onde cada um deles foi registrado no arquivo “Cartão Homossexual”, contendo suas impressões digitais e fotografias.

A primeira organização gay e lésbica oficial da Polônia, a Associação dos Grupos Lambda, foi registrada em 1990, permanecendo como a única registrada no país durante aquela década. Na época, a organização focava-se no fornecimento de serviços e apoio a população

homossexual, entretanto, grande parte dos seus militantes posicionava-se contra o ativismo público, argumentando que o crescimento da visibilidade poderia ser danoso para a comunidade homossexual devido a possibilidade de atenção indesejada e o consequente fomento à violência (GRUSZCZYNSKA, 2009 apud ADAMSKA, 1998). Apesar do fim do socialismo ter sido de suma importância para o movimento LGBT+, a partir da perspectiva da criação de organizações e o fim da censura estatal, o tabu quanto a homossexualidade continuou vigente no país, influenciando a forma como as pessoas se associavam a estes movimentos e a própria segurança dos seus ativistas. Baseado neste contexto, o foco das organizações estava em aplicar seus esforços em um trabalho mais “positivista” e focado em questões relacionadas a saúde, como o HIV, enquadrando seus objetivos de forma apolítica (MIKULAK, 2019).

No início dos anos 2000, com o intuito de entrar na União Europeia, a Polônia passou a introduzir alguma legislação a favor dos direitos LGBT+, como a proteção contra a discriminação no local de trabalho e a garantia do acesso igualitário a produtos e serviços (BIELSKA, 2021). No decorrer deste período, e neste contexto mais “positivo”, que a Campanha contra a Homofobia (KPH), fundada em 2001, tornou-se um elemento chave no movimento LGBT+ polonês. Desde seu surgimento, a KPH posicionou-se com um perfil muito mais político do que as outras organizações, sendo responsável por consecutivas campanhas que desafiaram a heteronormatividade da população polonesa e reivindicaram o reconhecimento e a igualdade da população LGBT+ (MIKULAK, 2019). A KPH fica localizada na capital do país, assim como as outras duas maiores organizações, tem características de movimento social profissional e obtêm a maioria dos seus recursos de fontes internacionais (BIELSKA, 2021).

A primeira metade da década de 2010 foi relativamente estável para a população LGBT+ (MIKULAK, 2019), embora a Plataforma Cívica não fosse um partido declaradamente homofóbico como o PiS, e até tenha apoiado uma ou outra pauta LGBT+, seu período no poder também não trouxe grandes vantagens a comunidade (STRUZIK, 2019), entretanto, por ter um posicionamento forte pró UE, a face da homofobia que representava era indiscutivelmente mais sutil. A partir de 2015, com a ascensão do PiS ao poder, a política anti-LGBT+ passou a ser uma realidade ativa na Polônia, e é neste contexto que o movimento LGBT+ tem sido fundamental na para esta população, tendo em vista que a completa falta de apoio do Estado e de modificações legislativas o incumbiram de proteger os cidadãos LGBT+ da discriminação no país.

O movimento LGBTQ+ organizado na Europa ocidental, como visto na seção sobre Direitos LGBTQ+ na Europa, foi precursor quanto a temática já no período pós Segunda Guerra Mundial, onde o movimento Homófilo estabeleceu-se entre as décadas de 1940 e 1950, adotando a tática de um movimento transnacional. Nesta época surgiram os primeiros eventos para apoio e discussão sobre o tema, a constituição de organizações e comitês, e o ativismo político propriamente dito. O posterior movimento de liberação gay, mais disruptivo e radical surgiu nos anos 1970 nesta região, e durante os anos 1990, a diversificação e a visibilidade entraram na pauta. Ao analisarmos os movimentos LGBTQ+ organizados na Hungria e Polônia, observa-se que seu surgimento foi muito posterior ao ocorrido na Europa ocidental, dado a realidade do sistema socialista vivido na época. As organizações LGBTQ+ constituíram-se a partir da queda do antigo regime, tornando o movimento húngaro e polonês muito mais jovem e muito menos enraizado.

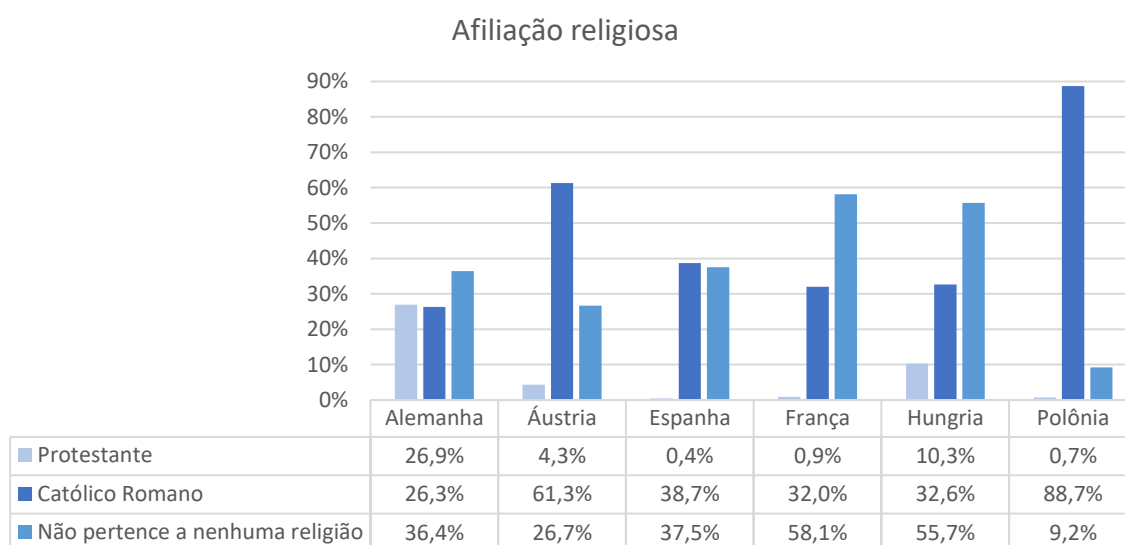
Embora as organizações LGBTQ+ destes dois países beneficiem-se atualmente da estrutura transacional do movimento, seja a partir das Paradas do Orgulho LGBTQ+ ou do próprio financiamento internacional de muitas de suas ONGs, pouco verifica-se a construção de redes estratégicas, grandes parcerias com outros movimentos minoritários fortes, agentes políticos ou a formação de redes parceiras mais arrojadas em seus países, como as feitas na Argentina, Cidade do México e Brasil. Dada a opressão imputada pelos seus governos e o conservadorismo social existente, táticas como a promoção de um “mercado gay”, o desenvolvimento de um potencial comercial nos setores públicos e privados também não é observado na Hungria e na Polônia.

Conforme visto anteriormente, os movimentos LGBTQ+ nos Estados Unidos e Canadá utilizaram a produção de conhecimento para desenvolver estatísticas quanto a população LGBTQ+ visando promover a agenda social entre as décadas de 1980 e 1990. Ao mesmo tempo, observa-se uma carência de estudos científicos, perícia jurídica e metodologias de ciências sociais quanto a temática na Hungria e Polônia nesta época, onde o tema ganhou evidência apenas nos últimos anos, apesar do forte contra-ataque dos seus governos e líderes, que vem deixando de financiar estudos de gênero, insinuando ou propondo a sua proibição. Quanto a estratégia de “envergonhar e culpar”, ambos os movimentos LGBTQ+ húngaro e polonês vêm aplicando esta tática, sendo responsáveis por revelar as diversas discriminações cometidas contra a sua população e por chamar a atenção internacional para os abusos sofridos, ao mesmo tempo, os dois governos tem resistido firmemente em não ceder às pressões recebidas e as utilizado como base para o contra-ataque.

4.1.3 Religião

O gráfico número 5 apresenta um comparativo entre a Alemanha, Áustria, Espanha, França, Hungria e Polônia quanto suas afiliações religiosas. Verifica-se que a Polônia desponta no percentual populacional de católicos em relação aos outros países, onde quase 90% da população identifica-se como pertencente a religião. Quanto a população húngara, apenas 32,6% denomina-se como católica, percentual muito próximo a França, Alemanha e Espanha. Observa-se também que mais da metade da população húngara não pertence a nenhuma religião, colocando o país atrás apenas da França no quesito, novamente a Polônia destaca-se do restante, onde apenas 9,2% de sua população não pertence a nenhuma religião.

Gráfico 5: Afiliação religiosa

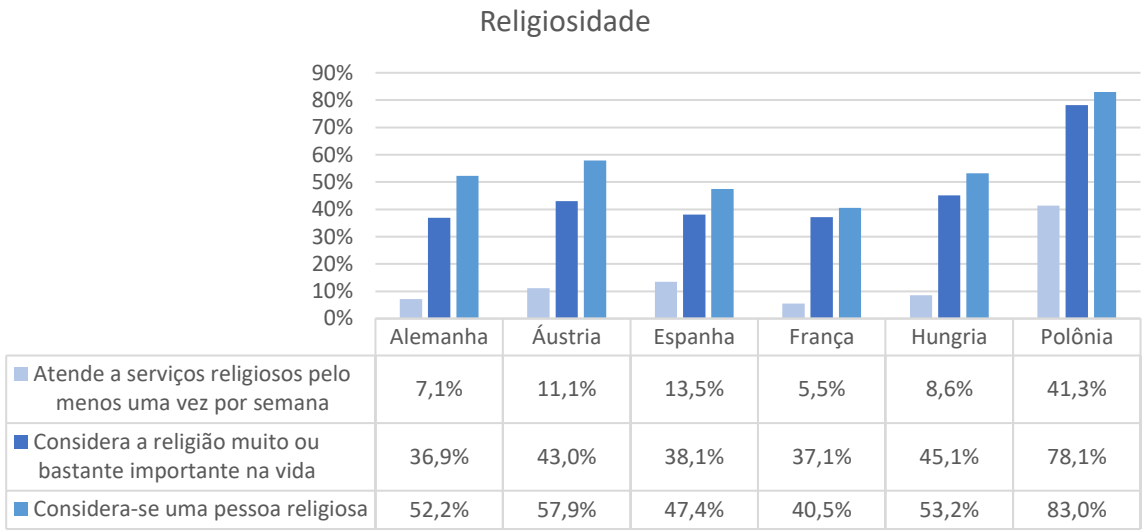


Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Joint EVS/WVS 2017-2021 Dataset

O gráfico número 6 apresenta características sobre a religiosidade dos mesmos países. A Polônia outra vez evidencia-se com valores bastante superiores em todos os quesitos, enquanto a Hungria acompanha os números dos outros países analisados. Observa-se que 41,3% dos poloneses frequentam serviços religiosos ao menos uma vez por semana, o que representa mais de 4 vezes a média obtida no restante dos países em questão, média esta que se iguala ao percentual correspondente a taxa húngara. Quanto ao percentual da população que

considera a religião muito ou bastante importante, a Polônia obtém resultado de 78,1% no índice, praticamente o dobro da média alcançada entre os outros países, seguida pela Hungria com 45,1% e da Áustria com 43%. Relativo à parte dos cidadãos que declaram-se pessoas religiosas, 83% dos poloneses responderam que sim, enquanto 57,9% dos austríacos e 53,2% dos húngaros deram a mesma resposta.

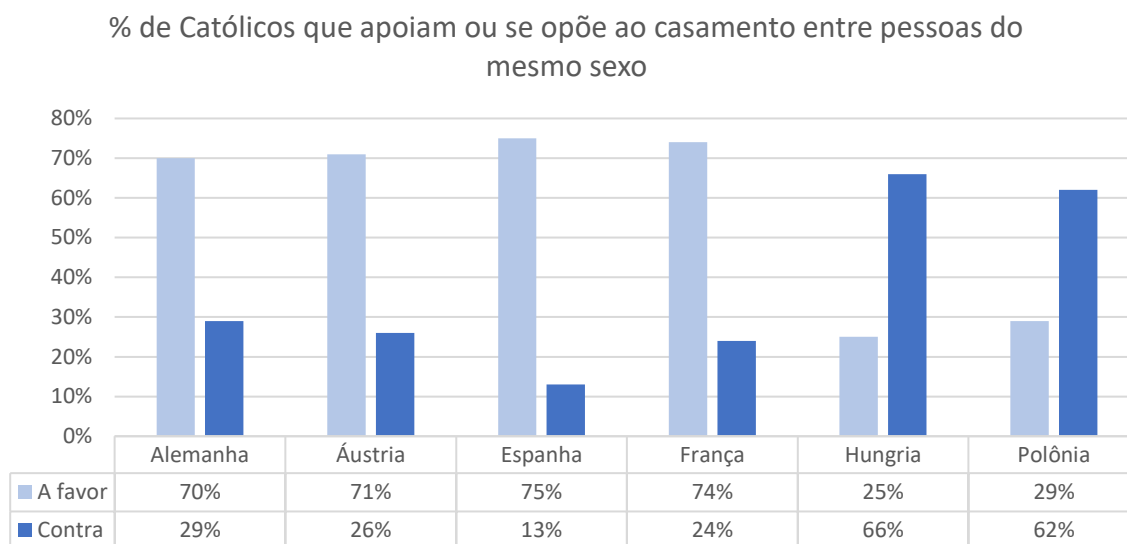
Gráfico 6: Parâmetros religiosos



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Joint EVS/WVS 2017-2021 Dataset

Ao analisarmos o posicionamento político dos governos húngaro e polonês, verificam-se relações intrínsecas principalmente com a religião católica. O gráfico número 7 exibe o posicionamento específico da população católica quanto ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, onde denotam-se robustas diferenças entre a posição dos católicos húngaros e poloneses em referência aos católicos dos outros países em questão. Mais de 70% dos católicos alemães, austríacos, espanhóis e franceses são a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo, enquanto menos de 30% dos católicos húngaros e poloneses aprovam estas uniões.

Gráfico 7: Posicionamento dos Católicos em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo em cada país



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Pew Research Center 2015-2017.

Conforme observado nos gráficos acima, as populações húngara e polonesa relacionam-se de forma bastante diferente com a religião, onde verificam-se índices muito superiores na Polônia quanto a afiliação religiosa e aspectos da religiosidade em geral. Entretanto, ambos os países têm incorporado em seus planos políticos diretrizes religiosas conservadoras que representam forças contrárias a inclusão da população LGBT+ e o estabelecimento de seus direitos.

Nos últimos anos, a retórica agressiva dos líderes e membros da Igreja Católica contra a comunidade LGBT está em escalada na Hungria e Polônia, com padres e religiosos comparando o movimento LGBT+ à pestes e caracterizando-o como uma “ideologia” com aspectos totalitários. Cidadãos LGBT+ têm sido demonizados por lideranças religiosas em discursos públicos e suas marchas têm sido atacadas recorrentemente (PALICKOVA, 2019).

De acordo com Walker (2019), os “valores cristãos” são considerados peça chave para a política interna de Orbán na Hungria, ao mesmo tempo, a política externa também vem manifestando um tom cada vez mais religioso. O líder húngaro que costumava referir-se ao sistema político do país como uma “democracia iliberal” tem em seu terceiro mandato preferido referenciar-se a ela como “democracia cristã”. O Primeiro-ministro chegou a afirmar que “não

está disposto a aceitar a hipocrisia da política moderna, que negligencia o fato de que o cristianismo é a religião mais perseguida no mundo”. Para Michael Ignatief, reitor da Central European University, “não há nenhuma dúvida de que isso é organizado como uma maneira de dizer que ‘cristianismo’ significa ‘Europa branca conservadora’”. Em contrapartida, a Igreja Católica húngara tem sido uma forte apoiadora quanto as duras políticas do governo, inclusive as relacionadas a imigração.

Quanto a Polônia, Markowski (2020) afirma que a política do país torna-se incompreensível se o papel da Igreja Católica não for considerado, não apenas como uma instituição religiosa formadora de opinião, mas sim como um ator político direto. A Igreja Católica polonesa abertamente orienta em quem seus fiéis devem votar, apontando também em quais políticos seria um “pecado” realizar o voto. Ao mesmo tempo, chantageia políticos nacionais e locais com ameaças de excomunhão, na hipótese em que eles apoiem projetos de lei contraditórios aos seus valores religiosos e de interesse econômico. Na Polônia, o estabelecimento do Estado como um grande ator político baseado em narrativas religiosas fundamentalistas contribui para a centralização do poder nas mãos do PiS, que têm utilizado este posicionamento para atrair mais eleitores idosos, pessoas pouco integradas e moradores de pequenas cidades em regiões desprivilegiadas. Kaczyński, líder do PiS, presta apoio incondicional a Igreja Católica, equiparando o polonês ao catolicismo e afirmando que aqueles que são desvinculados da igreja são estranhos à nação.

4.2 Forma de atuação e padrões utilizados

A partir do levantamento de informações realizado quanto as campanhas políticas, discursos de ódio, propostas, políticas de governo e legislações anti-LGBT+ na Hungria e Polônia, serão apresentados nesta seção as conformidades e os padrões observados na atuação destes dois governos.

4.2.1 Campanhas Políticas e narrativas utilizadas

Ao observarmos o período em que os governos autoritários chegaram ao poder na Hungria e Polônia, verifica-se que estes países se encontravam em momentos econômicos diferentes, enquanto a crise financeira húngara foi um fator consideravelmente importante para a vitória do Fidesz na Hungria, o fator econômico se fez pouco relevante para a vitória do PiS na Polônia. Apesar da questão econômica usualmente ser uma das grandes propulsoras para

mudanças políticas, outras características observadas nas eleições dos dois países apresentaram-se capazes de conquistar o eleitorado e a garantia do poder destas nações.

As estratégias de campanha utilizadas apresentam padrões bastante semelhantes, verificando-se que tanto o Fidesz quanto o PiS basearam-se em premissas nacionalistas, que contemplam pontos tipicamente sensíveis a esta estrutura de governo. Ambos os países utilizaram-se de narrativas que emergiam um conceito cívico entre seus respectivos eleitores, que reivindicavam uma unidade nacional e caracterizavam o “estrangeiro” como o grande inimigo, sendo perceptível o tom nacional-conservador, anti-europeu, que exalta a “terra natal”, buscando contrapor-se daqueles que “vendem os interesses nacionais aos estranhos”. Outro inimigo constantemente mencionado é a “elite”, taxada de “arrogante”, “cosmopolita” e alheia a vida da população comum, fomentando um ambiente alicerçado em um sistema de polarização, “nós contra eles”.

Nas campanhas políticas de ambos os governos se verifica um forte apelo as questões relacionadas a religião, moral e os “bons costumes”, valores tipicamente conservadores. Tanto o Fidesz quanto o PiS posicionam-se como guardiões da moral, os únicos que podem impedir que sua população, branca e cristã, seja “destruída”, “protegendo-as” de alcançarem os níveis de “deterioração” que vem acometendo o continente europeu. Vinculada a moral e ao fundamentalismo religioso, a “família tradicional” aparece como grande destaque nas narrativas destas campanhas, sendo utilizada como um dos pilares eleitorais e caracterizadas como o núcleo de suas nações. O discurso populista aplicado nas campanhas eleitorais destes governos reconhece os membros destas famílias tradicionais como os cidadãos “puros”, aqueles que são os “verdadeiros” húngaros e poloneses. Verifica-se também que o conceito de “pureza” da população abrange a narrativa anti imigratória, que mostrou-se recorrente e bastante efetiva na angariação de votos e apoio popular. Os materiais publicitários utilizados nas campanhas seguem a mesma linha nacionalista, constantemente estampando as bandeiras nacionais e elementos relacionados a honra, família e patriotismo.

4.2.2 Hate Speech, discursos políticos anti-LGBT+

O presente estudo verificou que o discurso de ódio contra a população LGBT+ já faz parte do cotidiano político da Hungria e da Polônia, sendo capitaneado principalmente pelos próprios membros dos governos. Os recorrentes ataques ocorrem em todas as esferas de poder, a nível municipal, estadual e nacional, a partir de líderes e membros dos partidos governistas e

partidos aliados, vereadores, prefeitos, deputados, eurodeputados, ministros, e constantemente pelos próprios chefes do executivo destas nações. Observa-se que estes ataques são realizados reiteradamente e fazem parte de uma estrutura de manutenção de poder do Fidesz e do PiS, notadamente utilizando-os como homofobia política, com o objetivo de angariar votos, inflamar a população e enquadrar as pessoas LGBTQ+ como o inimigo, o perigo, o “estrangeiro”. Estes políticos amparam o discurso de ódio em narrativas que “justificam” estes ataques como a forma de defesa das famílias tradicionais, dos cidadãos “puros”, dos valores cristãos e da nação.

Os ataques a comunidade LGBTQ+ são realizados através das mais diversas plataformas, como rádio, televisão, entrevistas a portais de notícias, jornais, redes sociais, materiais oficiais dos governos, coletivas de imprensas, comícios e etc. São incontáveis aqueles que ocorrem de forma implícita, porém como os apontados neste estudo, muitas vezes sucedem-se de forma explícita e direta. Ao analisarmos os discursos de ódio percebe-se que eles seguem um padrão e que podem ser categorizados em diferentes níveis de ofensa e gravidade.

Declarações contrárias a concessão de direitos como o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a adoção a partir de casais LGBTQ+s foram usuais e frequentes ao longo dos últimos anos em ambos os países. Discursos que fomentam ou solicitam a exclusão ou segregação da população LGBTQ+, assim como a proibição de realização de seus eventos são presentes nos pronunciamentos políticos húngaros e poloneses.

Apura-se uma alta ocorrência de ataques baseados em generalizações que atestam inferioridade, regularmente relacionados à moral, traços negativos de caráter, onde a população LGBTQ+ é descrita como “desviada”, “corrupta”, “vergonhosa” ou com termos pejorativos relacionados a atividade sexual, como “depravados” ou “pervertidos”. Palavras que denotam uma inferioridade geral como “estranhos”, “piores”, “anormais” e “tristes” também são recorrentes. Ao analisarmos as declarações políticas de ambos os países, percebem-se contínuos ataques baseados em um discurso desumanizante em formato de comparação, referenciando a população LGBTQ+ como uma “patologia”, “doença”, ou classificando suas sexualidades como “contagiosas”. O discurso desumanizante aparece também em termos que os rotulam como “coisas” ou igualam a “animais de circo”. Da mesma forma, foram verificados ataques relacionados a expressões de desprezo como “repulsivos”.

O *hate speech* presente na política húngara e polonesa chega aos níveis mais extremos possíveis, onde declarações comparando LGBTQ+s a criminosos sexuais como “pedófilos” ou criminosos violentos como “nazistas” também aparecem nas declarações políticas, da mesma

forma, discursos em defesa ou apoio à morte desta população como “deveriam ser levados a câmara de gás” foram realizados. Apesar dos inúmeros ataques explícitos, públicos e documentados à comunidade LGBTQ+, verifica-se por parte dos políticos a frequente utilização de falácias negando a factível discriminação e o assédio sofrido por esta população.

4.2.3 Propostas, políticas de governo e legislação anti-LGBT+

Ao analisarmos o período do Fidesz e do PiS nos governos da Hungria e Polónia, confirmam-se grandes retrocessos para a população LGBTQ+ em poucos anos, muitos destes obtidos ou fomentados a partir de inúmeros projetos de lei, emendas constitucionais e políticas de governo anti-LGBT+ que foram propostos ou implementados no decorrer destes governos. Ao observarmos estas políticas, averigua-se a existência de alguns padrões, que podem ser estabelecidos principalmente quanto as temáticas abordadas.

As narrativas nas quais estas políticas baseiam-se geralmente estão relacionadas a “proteção” daquilo que estes governos consideram como famílias, seguindo preceitos heterossexuais e fundamentada nos “valores cristãos”, evidenciando novamente a visão fundamentalista religiosa e o posicionamento não-secularista destas gestões. Observa-se um grande empenho político na designação e na manutenção de uma estrutura que só reconheça os direitos heterossexuais para a concepção destas famílias, que acaba por servir como grande pilar originário da maior parte das políticas anti-LGBT+ em ambos os países.

Apesar das temáticas seguirem um mesmo modelo, observam-se algumas diferenças quanto aos padrões de atuação dos políticos destes dois países. Na Hungria denota-se que a estratégia política está baseada na instituição de legislações anti-LGBT+, a partir da aprovação de projetos de lei ou emendas constitucionais, enquanto na Polónia destaca-se uma tática mais voltada a retaliação, a censura e o estabelecimento de uma estrutura política persecutória anti-LGBT+.

Referente as alterações constitucionais, durante o governo do Fidesz na Hungria, emendas foram aprovadas para que fosse garantido na Lei Fundamental a impossibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a impraticabilidade de adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo, o estabelecimento de uma mãe e um pai como únicos possíveis progenitores, a definição de família apenas como a baseada na relação heterossexual, entre um homem e uma mulher ou pais e seus filhos, assim como o impedimento de alteração de gênero que divirja

daquele concebido como sexo de nascimento. Estas modificações buscam designar uma “identidade constitucional” heterossexual, baseada na “cultura cristã” do país, conforme adicionado na própria constituição.

No tocante a propostas e legislações anti-LGBT+ evidencia-se um padrão existente exercido pelos políticos húngaros e poloneses. Tentativas de banimento de eventos relacionados a população LGBT+ foram recorrentes em ambas as nações, observaram-se ao menos seis iniciativas políticas que buscavam barrar as Paradas do Orgulho LGBT+ na Hungria entre 2010 e 2021 e seis na Polônia entre 2015 e 2021. Principalmente quanto a estas decisões políticas, salienta-se a importância dos movimentos LGBT+ nestes países, os quais têm sido responsáveis pelos embargos jurídicos que possibilitaram a realização de todas estas marchas. No âmbito da educação, políticas de governo e propostas de legislação anti-LGBT+ também foram constantes, verificando sua ocorrência na censura de materiais, treinamentos e campanhas que conscientizassem sobre o tema ou buscassem a garantia de segurança desta comunidade, assim como a proibição ou retaliação quanto a venda de livros e até o banimento de estudos relacionados a gênero.

Baseados na narrativa que associa a comunidade LGBT+ a um perigo para as crianças e falsamente a relaciona com criminosos sexuais pedófilos, diversos projetos de lei foram propostos. Verifica-se ao menos sete submissões de diferentes projetos de legislações “anti-propaganda” LGBT+ na Hungria antes da proposta de lei ser aprovada em 2021. Já na Polônia, o projeto “Pare a pedofilia” foi submetido em 2019, assim como as primeiras adesões por cidades polonesas às declarações de “Zonas Livre de LGBT”, que contemplam diversas políticas anti-LGBT+, como a contrariedade a “propaganda homossexual” e a “defesa das famílias e das crianças”.

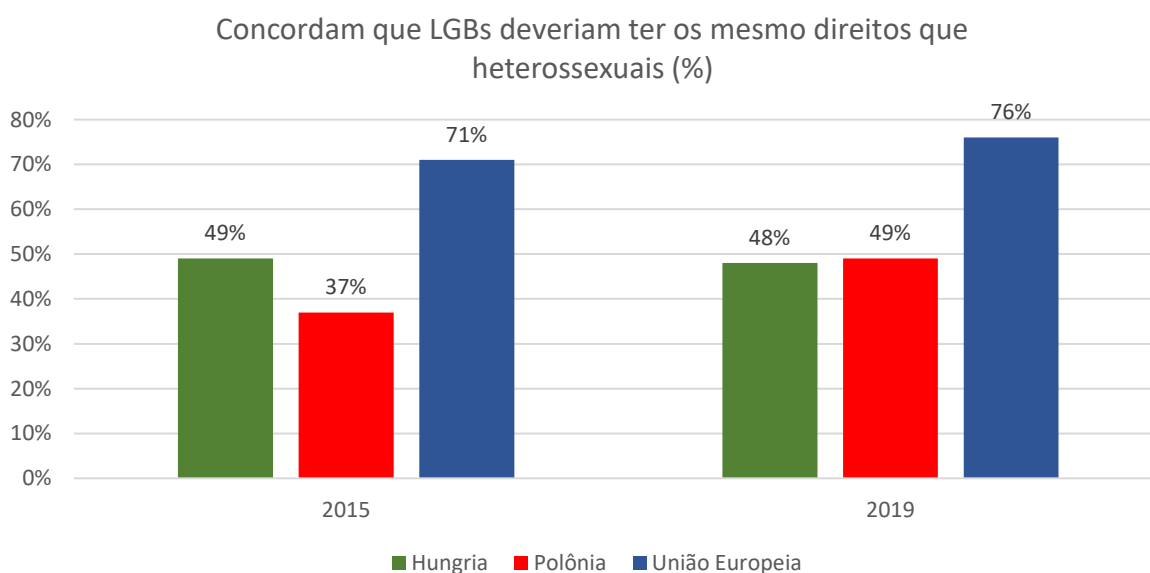
Diferentemente do que ocorre na Hungria, na Polônia observam-se também projetos de políticas anti-LGBT+ submetidos por cidadãos civis, entidades religiosas ou grupos conservadores. Além do “Pare a Pedofilia” proveniente da iniciativa de cidadãos, que coletou mais de 100.000 assinaturas, a “Carta do Governo Local sobre os Direitos da Família”, adotada por mais de 30 cidades polonesas, foi criada por uma fundação religiosa de extrema-direita, já o “Stop LGBT”, que reuniu mais de 200.000 assinaturas, foi proposto por uma organização conservadora antiaborto e anti-LGBT+. Ao analisarmos estas iniciativas, evidencia-se mais uma vez relações intrínsecas da população polonesa com o fundamentalismo religioso católico.

4.3 Resultados atingidos pelos governos e impacto para a população LGBT+

Nesta seção iremos analisar dados relativos à população LGBT+ nos países estudados de acordo com diferentes prismas, iniciando por informações quanto ao posicionamento da população em geral em relação a estas minorias. Posteriormente serão observados dados referentes as percepções da própria população LGBT+ no tocante às realidades vividas em seus países quanto a discriminação, intolerância, segurança e os governos que os representam. Por último evidenciam-se dados que abrangem os impactos das políticas de governo anti-LGBT+ quanto a garantia legal de direitos e o desenvolvimento social destas minorias.

Dados coletados pelo Eurobarometer, instrumento de sondagem de opinião pública na União Europeia, apresentam aspectos interessantes quanto a visão e o posicionamento da população geral em relação a comunidade LGBT+. O gráfico número 8 demonstra o percentual dos cidadãos que acreditavam que gays, lésbicas e bissexuais deveriam ter os mesmos direitos legais que pessoas heterossexuais nos anos de 2015 e 2019.

Gráfico 8: Percentual dos entrevistados que concordam que gays, lésbicas e bissexuais deveriam ter os mesmos direitos legais que pessoas heterossexuais.

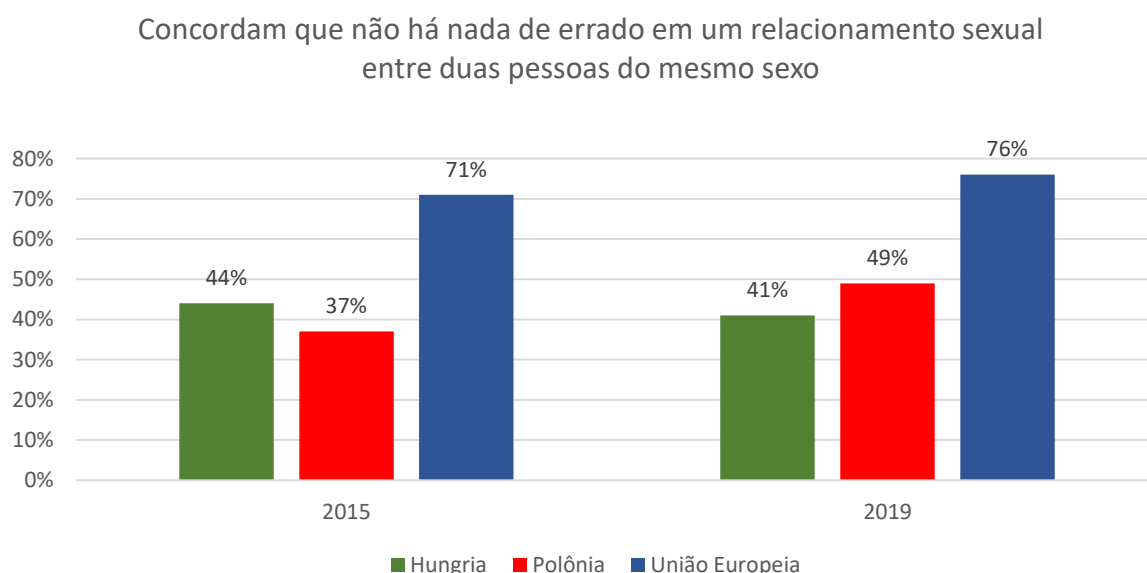


Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Eurobarometer.

Na comparação dos dados de 2015 e 2019 percebe-se um aumento de 5 pontos percentuais na média da população da UE que concorda com a igualdade de direitos independentemente da identidade sexual dos cidadãos, o crescimento verifica-se também na Polônia, que obteve um aumento de 12 pontos percentuais. Quanto aos húngaros, houve diminuição de um ponto percentual na comparação entre os períodos. Apesar de notável melhora nos percentuais poloneses, os resultados do país, assim como os da Hungria, são consideravelmente inferiores à média obtida na UE, que acumula 28 e 27 pontos percentuais superiores no quesito na pesquisa de 2019.

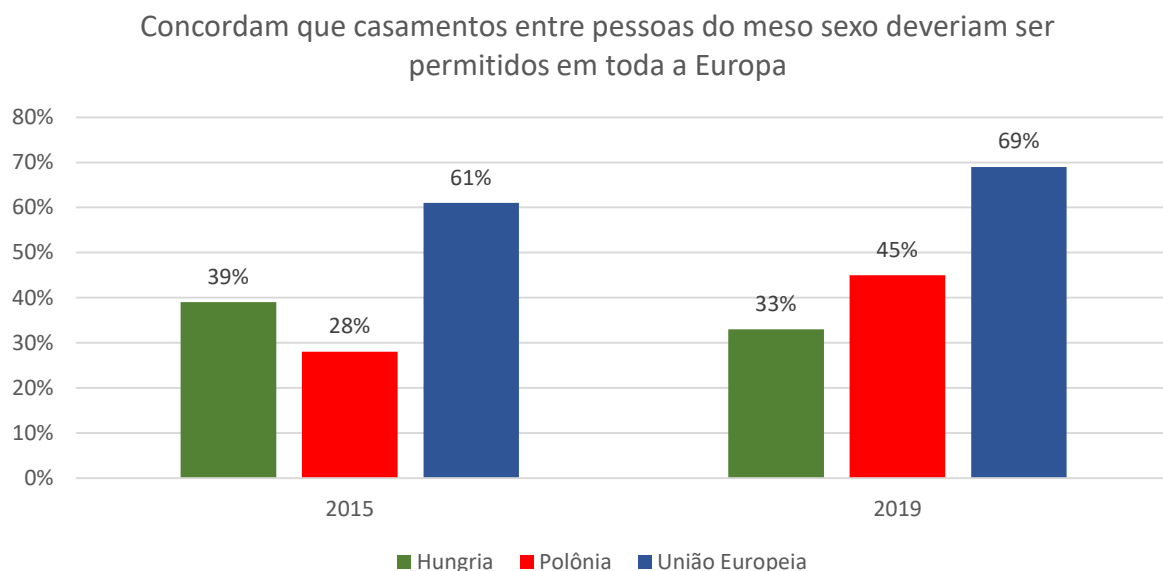
O gráfico número 9, que denota o percentual da população que concorda que não há nada de errado em um relacionamento sexual entre duas pessoas do mesmo sexo, e o gráfico número 10, que apresenta o percentual de entrevistados que concorda que casamentos entre pessoas do mesmo sexo deveriam ser permitidos em toda a Europa apresentam as mesmas tendências do gráfico anterior, demonstrando piora nos índices húngaros e melhora nos índices poloneses e na média geral da União Europeia.

Gráfico 9: Percentual dos entrevistados que concordam que não há nada de errado em um relacionamento sexual entre duas pessoas do mesmo sexo.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Eurobarometer.

Gráfico 10: Percentual dos entrevistados que concordam que casamentos entre pessoas do mesmo sexo deveriam ser permitidos em toda a Europa.



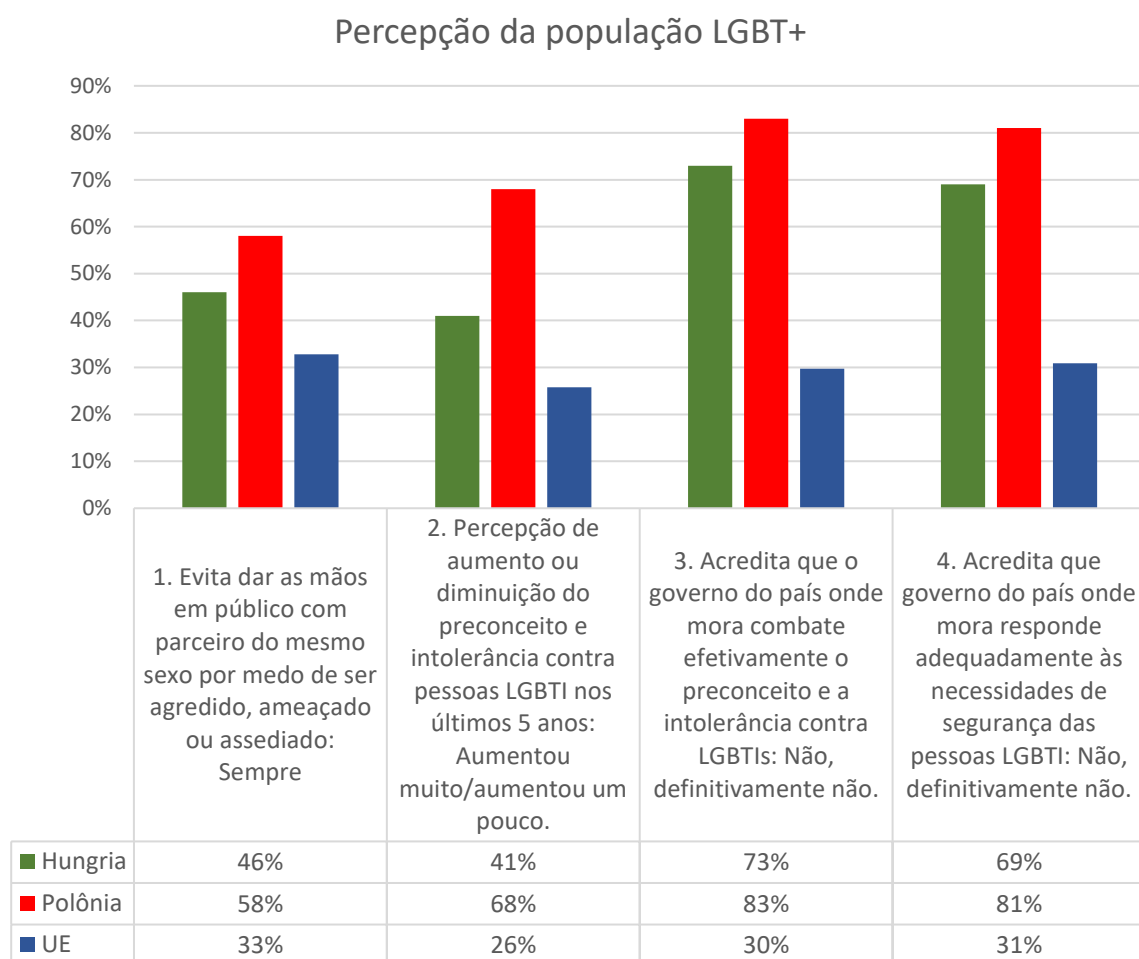
Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Eurobarometer.

Ao analisarmos os resultados comparativos das pesquisas realizadas em 2015 e 2019, verificamos novamente uma piora nos percentuais referentes a discriminação e desigualdade contra a população LGBT nos resultados da Hungria, que apresentou, respectivamente, quedas de 5 e 6 pontos percentuais. Já nos resultados poloneses, observa-se uma melhora considerável nestes quesitos, com índices 12 e 17 pontos percentuais superiores em 2019, respectivamente. A UE obteve aumento de 5 pontos no percentual da população que concorda que não há nada de errado em um relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo e 12 pontos percentuais nos que acreditam que casamentos entre pessoas do mesmo sexo deveriam ser aceitos por toda a Europa. Outra vez, apesar da melhora nos resultados das percepções dos poloneses quanto a população LGBT nestes quesitos, os percentuais médios da população da UE apresentam resultados significativamente superiores aos dois países analisados neste trabalho.

O gráfico número 11 apresenta informações referentes a perspectiva da própria população LGBT+ que vive nos países estudados em comparação a média obtida pela população LGBT+ de todos os países da União Europeia. Os dados a seguir foram obtidos a partir de uma pesquisa realizada com 139.799 pessoas acima de 15 anos, que se descrevem

como lésbicas, gays, bissexuais, trans ou intersexuais. O questionário foi realizado entre 27 de maio e 22 de julho de 2019, pela FRA, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS, 2020).

Gráfico 11: Percepção da população LGBT+ nos países estudados e na União Europeia.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da FRA.

Ao observarmos a pesquisa realizada com a própria população LGBT+ na Hungria, Polônia e União Europeia, evidenciam-se resultados alarmantes quanto a situação destas minorias nos países abrangidos por este estudo. A primeira pergunta presente no gráfico questiona sobre uma atividade simples, porém importante para entendermos a percepção de segurança da população LGBT+ em seu cotidiano. O percentual da população LGBT+ que sempre evita andar de mãos dadas com seu parceiro por medo de sofrer algum tipo de agressão

é 39% maior na Hungria e 75% maior na Polônia do que o percentual da população LGBT+ que evita a mesma situação na União Europeia.

As questões dois, três e quatro mostram-se bastante pertinentes para a temática deste estudo, pois apresentam dados relacionados a percepção da população LGBT+ durante períodos dos governos do Fidesz na Hungria e do PiS na Polônia, evidenciando impactos percebidos por estas minorias a partir de suas realidades. A questão número dois reflete o sentimento quanto ao crescimento da discriminação contra pessoas LGBT+ nos últimos cinco anos, onde 26% das pessoas LGBT+ na UE afirmam ter “aumentado muito” ou “aumentado um pouco” o preconceito e a intolerância contra elas, ao mesmo tempo que 41% dos LGBT+s na Hungria e 68% dos LGBT+s na Polônia percebem este aumento da discriminação, respectivamente 15 e 42 pontos percentuais superiores aos da população LGBT+ do bloco, colocando a Hungria em antepenúltimo e a Polônia em último lugar dentre os países da EU no quesito.

A questão número três aponta informações sobre a percepção dos LGBT+s quanto ao combate efetivo dos seus governos quanto ao preconceito e a intolerância. 30% dos LGBT+s que vivem na União Europeia creem que os governos dos países onde moram “definitivamente não combatem o preconceito e a intolerância contra LGBT+”, enquanto os índices nos países estudados evidenciam resultados substancialmente piores, onde 73% da população LGBT+ húngara e 83% da polonesa acreditam que os governos do Fidesz e do PiS, definitivamente não combatem o preconceito e intolerância contra estas minorias. A Hungria e a Polônia apresentaram o pior percentual entres todos os países do bloco europeu.

A questão número quatro retrata o entendimento dos LGBT+s quanto a segurança provida a sua população em específico por parte do governo de seus países. Enquanto 31% da população LGBT+ de toda a UE afirma que seus governos definitivamente não respondem adequadamente as necessidades de segurança desta comunidade, os percentuais atingidos na Hungria e Polônia são significativamente mais negativos, atingindo 69% e 81%, respectivamente. Novamente, garantindo a Hungria e a Polônia as piores avaliações entre todos os países da União Europeia.

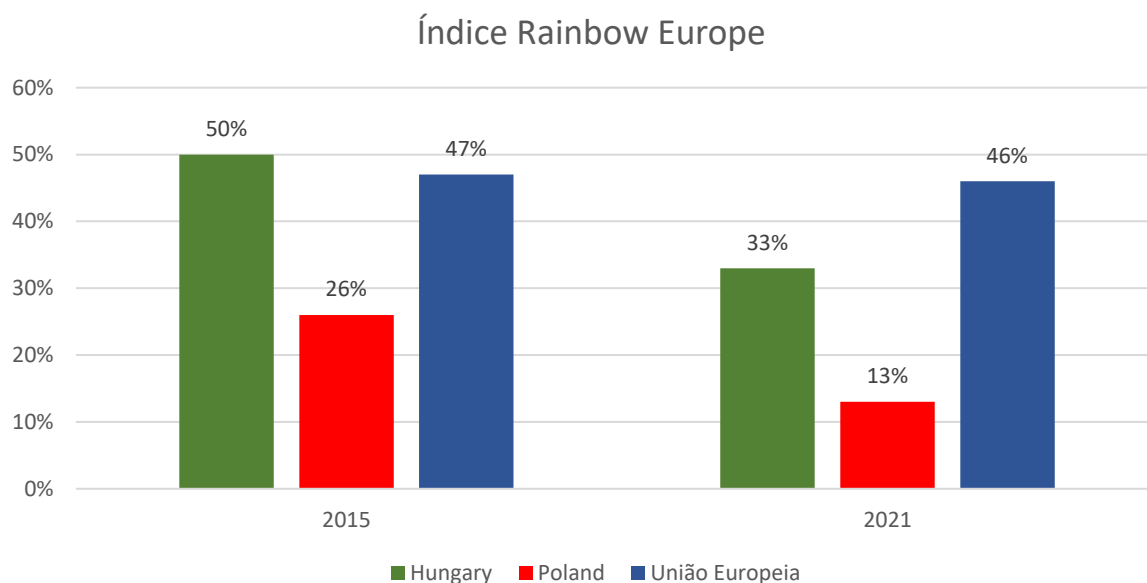
Uma pesquisa realizada pelo Pew Research Center aponta que pessoas que são favoráveis a partidos populistas de direita na Europa são muito menos propensas a dizer que a homossexualidade é aceitável do que aquelas que não apoiam estes partidos. A situação verificou-se semelhante em diversos países, dos quais sobressaem-se a Espanha com o Vox, a República Checa com o SPD, a Alemanha com o AfD, a França com o National Rally, a

Hungria com o Fidesz e a Polônia com o PiS. Na Hungria observa-se que o percentual de pessoas que dizem que a homossexualidade deveria ser aceita pela sociedade é 21 pontos percentuais menor entre os apoiadores do Fidesz do que entre aqueles que não são favoráveis a um partido populista de direita. O mesmo acontece na Polônia, onde os adeptos do PiS apresentam um percentual 23 pontos percentuais menor do que aqueles que não são favoráveis a um partido populista de direita (POUSHTER; KENT, 2020) .

O gráfico número 12 apresenta os resultados comparados dos anos de 2015 e 2021 do índice Rainbow Europe, que classifica os países de acordo com as legislações políticas e o clima social que causam impacto direto sobre o direito dos LGBT+ nas 6 categorias: igualdade e não discriminação; família; crime de ódio e discurso de ódio; reconhecimento legal de gênero e integridade corporal; espaço da sociedade civil; e asilo.

Levando em consideração que o Rainbow Europe abrange as políticas de governo e legislações, assim como o prisma geral e o clima social para pessoas LGBT+ em diversas categorias, o índice auxilia na retratação dos impactos promovidos pelo Fidesz e pelo PiS na população LGBT+ das nações que governam de uma forma ampla e abrangente, não limitando-se as percepções sociais quanto a estas minorias, mas amparando-se também em todo o processo de desenvolvimento político e social destes países. Dentre a classificação realizada na Europa, a escala varia entre 0% (discriminação total, violação grave aos direitos humanos) e 100% (igualdade total, respeito aos direitos humanos), tendo Malta obtido o melhor resultado no continente em 2021, atingindo 94% no índice.

Gráfico 12: índice legal de igualdade LGBT+ Rainbow Europe



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da ILGA-Europa.

Ao observarmos os resultados obtidos pela Hungria, verifica-se que em 2015 o país obtinha resultados superiores aos atingidos pela média dos países da União Europeia, figurando na 13ª posição no ranking geral do bloco. De 2015 a 2021 o país caiu 5 posições e perdeu expressivos 17 pontos percentuais, sendo o segundo país com maior declínio percentual no período. Levando em consideração que o índice de 2021 é referente ao ano de 2020, presume-se uma nova queda considerável no resultado atingido pela Hungria em 2022, tendo em vista que esta nova apuração irá abranger as recentes legislações anti-LGBT+ aprovadas neste país. A Polónia que em 2015 já apresentava a 5ª pior posição no ranking dos países da UE, perdeu metade de sua pontuação até 2021, 13 pontos percentuais, alcançando o último lugar no ranking e estabelecendo-se como o país da União Europeia mais próximo da escala 0, que representaria a discriminação total e a violação grave aos direitos humanos.

5 CONCLUSÃO

A Hungria e Polônia estão em evidência mundial quando o assunto é o retrocesso nos direitos da população LGBTQ+ ao longo dos últimos anos, enquanto as instituições da União Europeia vêm acenando em favor da implementação de novas garantias fundamentais a estes cidadãos, Hungria e Polônia consolidam-se como as maiores barreiras para estes avanços dentro do bloco europeu, paulatinamente estabelecendo-se como fortes contramovimentos a luta destas minorias. Os governos destes partidos compartilham semelhanças políticas, como suas formações ideológicas dentro de uma agenda nacionalista, o redesenho de limites democráticos, dos sistemas de freios e contrapesos e é claro, de um programa de poder que se utiliza da homofobia política como estratégia.

O presente estudo propunha-se averiguar outras correlações entre a Hungria, Polônia e seus governos, buscando verificar a existência de características basilares históricas que permitiram o estabelecimento de ambientes nacionais propícios para a instituição de políticas anti-LGBTQ+ nestes países. Para isto, primeiramente, este estudo definiu três variáveis que mais frequentemente apareceram na pesquisa bibliográfica como determinantes na conquista de direitos LGBTQ+ ao redor do globo: Desenvolvimento econômico, movimentos LGBTQ+ e religião. A partir da definição destas determinantes, foi possível verificar a situação de cada uma delas nos países estudados, assim como comparar estas realidades com o restante dos países da UE.

Para a análise do desenvolvimento econômico, esta pesquisa utilizou informações tangíveis que pudessem abranger tanto o fator renda de forma direta, com o Produto Interno Bruto *per capita*, assim como o fator de desenvolvimento social, através do Índice de Desenvolvimento Humano, que de certa forma, também reflete a “riqueza” de um país. Ao comparar os resultados atingidos pela Hungria, Polônia e União Europeia quanto ao PIB *per capita*, evidencia-se um desempenho bastante inferior destes dois países em todo o período observado (gráfico 1), onde Polônia e Hungria apresentam valores que não chegam, em nenhum momento, nem a metade da média dos países pertencentes ao bloco europeu. Ao analisarmos o IDH dos países estudados em comparação com a média obtida na UE, também denotam-se resultados inferiores ao longo de todo o período analisado (gráfico 3). Juntamente a análise direta do PIB *per capita* e do IDH, este estudo buscou através do coeficiente de correlação de Pearson, que mede o grau de correlação entre duas variáveis, a existência de uma correlação entre os índices de renda e desenvolvimento humano com os níveis de direitos e inclusão da

população LGBT+, onde, de acordo com a escala, foi possível estabelecer uma correlação positiva moderada (gráficos 2 e 4). Ou seja, quanto menor o PIB per capita ou o IDH de um país dentro da UE, menos ele tende a incluir e garantir direitos a população LGBT+, como verifica-se na Hungria e Polônia.

Referente ao Movimento LGBT+ como um importante determinante para o estabelecimento de maiores níveis de direitos e igualdade a estes cidadãos, o presente trabalho pode observar um tardio desenvolvimento organizado deste tipo de ativismo na Hungria e na Polônia, principalmente devido às restrições impostas no bloco socialista. A partir disso, ao contrário do que é verificado nos países do leste europeu, pouco percebeu-se a instauração de práticas importantes na implementação de um movimento LGBT+ potente, como a construção de redes estratégicas, grandes parcerias com agentes políticos ou redes parceiras. Apesar da inegável importância do movimento LGBT+ húngaro e polonês, principalmente como força de resistência e amparo a estes cidadãos, em razão dos diversos obstáculos muitas vezes impossíveis de contornar, não se evidenciam grandes resultados efetivos no protagonismo de mudanças políticas nestes países.

As análises quanto a religião, terceira determinante incluída neste estudo, revelam-se de forma bastante interessante no decorrer desta pesquisa, principalmente por apresentar resultados consideravelmente divergentes entre a Hungria e a Polônia. Os níveis de afiliação religiosa, assim como outros parâmetros de religiosidade, são substancialmente superiores na Polônia do que na Hungria e nos outros países pesquisados, sendo que o percentual da população que se denomina como católico na Polônia é praticamente o triplo do que na Hungria (gráfico 5). Tendo em vista estes resultados, é possível evidenciar diferenças diretas na instauração e no fomento de políticas anti-LGBT+ entre estes dois países. Na Polônia, a Igreja Católica opera como um ator direto no sistema político do país, induz os candidatos que seus fiéis devem votar e até chantageia políticos por interesse próprio, o que não foi identificado na Hungria, onde a Igreja Católica, mesmo que atuante no espectro político, opera mais como uma formadora de opinião. A grande influência da religião na Polônia verificou-se também diretamente nas propostas políticas, levando em consideração que projetos anti-LGBT+ surgiram a partir de entidades religiosas, grupos conservadores e cidadãos civis, o que também não foi constatado na Hungria.

Sendo o catolicismo a religião mais representativa tanto na Hungria quanto na Polônia, é importante frisar o posicionamento divergente dos católicos húngaros e poloneses em relação

aos católicos dos outros países pesquisados neste estudo. Enquanto mais de 70% dos católicos alemães, austríacos, espanhóis e franceses são favoráveis ao casamento LGBTQ+, menos de 30% dos católicos húngaros e poloneses aprovam estas uniões (gráfico 7). Ainda no tocante a religião, apesar da população húngara apresentar índices religiosos semelhantes aos outros países analisados, destaca-se que a importância da religião como fator determinante para o estabelecimento de direitos e inclusão LGBTQ+ não se limita a população do país. Conforme Corrales (2015), o secularismo é uma das condições mais significativas para a ampliação dos direitos LGBTQ+ pelo mundo, e assim como o governo polonês, o governo húngaro tem cada vez mais adotado uma posição não-secular, trazendo os valores cristãos para dentro da Constituição e da política interna e externa do país.

Ao investigarmos o desenvolvimento econômico, o movimento LGBTQ+ e a religião como entraves ou facilitadores que justificam diferentes níveis de direitos LGBTQ+ ao redor do mundo, é possível observar a pertinência destas determinantes na formação de um ambiente desfavorável aos avanços das pautas LGBTQ+ também na Hungria e Polônia, onde estas três determinantes seguem os padrões indicados na literatura (ASAL; MURDIE; SOMMER, 2017; AYOUB, 2015b; BADGETT; WAALDIJK; RODGERS, 2019; CAMPBELL; HINTON; ANDERSON, 2019; CORRALES, 2015a; FLORIDA, 2014; OLSON; CADGE; HARRISON, 2006; WHITLEY, 2009) como barreiras históricas e atuais para o alcance das garantias igualitárias para estas minorias.

Este estudo também realizou um levantamento de informações quanto ao período de poder dos atuais governos húngaro e polonês, tendo em vista que grande parte dos retrocessos observados nos direitos e na igualdade da população LGBTQ+ tenha ocorrido em suas gestões. A partir deste levantamento este estudo tinha como objetivo a verificação de possíveis padrões quanto as formas de atuação destes dois governos nacionalistas em suas campanhas eleitorais, discursos de ódio e atuação política anti-LGBTQ+.

De acordo com os resultados apresentados, foi possível indicar padrões existentes através de toda a atuação política destes dois governos, onde as conformidades podem ser observadas desde o início da análise. No que tange as campanhas políticas realizadas pelo Fidesz e pelo PiS, as narrativas e analogias são as mesmas em sua grande parte, é fomentado um ambiente de “guerra”, “nós contra eles”, sendo o “nós” caracterizado como o cidadão mediano, cristão, pertencente à família “tradicional”, representado como a vítima injustiçada, enquanto o “eles” é caracterizado como o inimigo, o estrangeiro, o “detentor das riquezas”, o imigrante,

o LGBT+ ou qualquer um que seja diferente deste cidadão médio. Já os partidos, Fidesz e PiS, são retratados como os últimos bastiões das suas nações, as únicas forças possíveis para proteger o cidadão comum destes “inimigos maléficos”, os guardiões da moral, dos bons costumes e dos valores cristãos.

Os discursos de ódio, as propostas, políticas de governo e legislações contra a população LGBT+ seguem a mesma lógica, são disfarçados como armas de defesa das “famílias tradicionais”, dos valores cristãos e das raízes da nação. Nos ataques realizados a partir dos discursos de ódio, os LGBT+ entram na categoria de “inimigos”, não sendo reconhecidos como pertencentes a nação, apenas como frutos do “estrangeiro”, alimentando a retórica de polarização, onde os partidos buscam a manutenção de suas posições como os defensores dos cidadãos “verdadeiros”.

Os ataques acontecem frequentemente de forma explícita, são realizados por integrantes dos mais variados níveis hierárquicos políticos e acabam muito potencializados pela cobertura da mídia nacional e internacional. As ofensas seguem os mesmos padrões nas duas nações, onde os ataques mais recorrentes são realizados contra a obtenção de direitos legais, como o casamento e a adoção, e a favor da proibição de eventos públicos como as Marchas pela Igualdade. Os políticos constantemente assediam a população LGBT+ ao referir-se aos seus membros com generalizações que atestam inferioridade, com discursos desumanizantes ou os associando como um “risco” às crianças ou explicitamente como criminosos sexuais pedófilos.

Referente às políticas anti-LGBT+ de governo, verificou-se na Hungria uma estratégia mais voltada à aprovação prática de projetos de lei ou emendas constitucionais, como a impossibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a impraticabilidade de adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo, a definição de família apenas como a baseada na relação heterossexual, o impedimento de alteração de gênero que divirja daquele concebido como sexo de nascimento e a lei “anti-propaganda” LGBT+, todas estas aprovadas durante o período do Fidesz no poder. Já na Polônia destaca-se um maior foco na retaliação e censura aos defensores dos direitos LGBT+, no estabelecimento de uma estrutura política persecutória, inclusive a partir de processos legais movidos por parte do governo, na garantia da manutenção do casamento heterossexual como único possível e na manutenção da parentalidade exercida somente por uma mãe e um pai, conforme descrito na Constituição polonesa. Na Polônia, percebem-se políticas mais baseadas no “compromisso” do que na imposição de novas legislações de fato, como observado pelas declarações de “Zonas livre de LGBT” ou pela

adesão a “Carta do Governo Local sobre os Direitos da Família”, que além de pedir a manutenção constitucional anti-LGBT+, versa sobre a prevenção da “desmoralização das crianças”. Nos dois países fizeram-se recorrentes propostas que banissem as Marchas pela Igualdade ou outro tipo de evento LGBT+, que ao lado de qualquer ação que objetivasse a conscientização, a segurança, a igualdade e o respeito sobre estas minorias fossem reiteradamente condenadas, rejeitadas e categorizadas como “propaganda homossexual”.

Para finalizar as análises quanto a política anti-LGBT+ exercida na Hungria e Polônia, na última seção deste estudo foram examinados seus possíveis efeitos a partir de diferentes prismas. Primeiramente foram observados dados relativos a pesquisas realizadas com a população geral sobre suas perspectivas quanto as pessoas LGBT+, estas informações denotam uma melhora nos resultados gerais da população polonesa, assim como na média da UE, evidenciando um aumento na inclusão destas minorias por estes cidadãos. Todavia, os resultados na Hungria não acompanharam a tendência do bloco europeu, apresentando percentuais inferiores em 2019 em relação a 2015.

Apesar da melhora nos resultados gerais da população polonesa quanto as pessoas LGBT+, é importante destacar que, assim como observado na Hungria, os resultados obtidos são consideravelmente inferiores do que os alcançados pela média dos cidadãos da UE. Mais da metade da população Húngara e Polonesa não concorda que pessoas LGBT+ tenham os mesmos direitos do que os heterossexuais (gráfico 8), mais da metade da população húngara e polonesa afirmam haver algo de errado no relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo (gráfico 9), enquanto menos de ¼ da população da União Europeia pensa da mesma forma. A partir desta análise de dados, ressalta-se que a escalada da política anti-LGBT+ na Polônia despontou após os primeiros anos do governo do PiS, a partir de 2018/2019, verificando-se também a necessidade de análises complementares que contemplem as consequências a médio e longo prazo das políticas anti-LGBT+ neste país, tanto na percepção da população polonesa em geral, quanto na própria vida destas minorias.

As informações referentes a percepção das pessoas LGBT+ destacam-se com extrema importância na análise das consequências da homofobia política praticada na Hungria e Polônia, tendo em vista que são estes cidadãos que sofrem diretamente os resultados dos assédios e agressões praticados por estes governos, assim como são estas pessoas que colhem principalmente os danos emocionais, físicos e legais das políticas anti-LGBT+ impostas. Os dados revelam resultados consideravelmente piores entre a percepção das pessoas LGBT+ na

Hungria e Polônia em comparação a percepção das pessoas LGBTQ+ da União Europeia quanto a segurança, preconceito, intolerância e ações efetivas dos seus governos (gráfico 11). A partir destes dados evidencia-se a profunda insatisfação da população LGBTQ+ húngara e polonesa quanto aos seus governos vigentes, que obtiveram os piores resultados entre todos os governos do bloco europeu. Salienta-se que o percentual dos cidadãos LGBTQ+ destes dois países que definitivamente não acreditam que seus governos combatem o preconceito, a intolerância ou que estes respondem adequadamente suas necessidades de segurança é, ao menos duas vezes, maior do que o percentual médio das pessoas LGBTQ+ da União Europeia que tem estas mesmas percepções quanto aos seus próprios governos.

As últimas análises realizadas neste estudo referem-se ao mapeamento da situação efetiva das pessoas LGBTQ+ na Hungria e Polônia, englobando os reveses legais nos direitos dessa população, assim como diagnósticos quanto a discriminação, equidade, espaço civil na sociedade, crimes e discursos de ódio, entre outros (gráfico 12). A grave deterioração nos índices de ambos os países de 2015 a 2021 denotam a situação alarmante que se encontra a população LGBTQ+ na Hungria e Polônia sob os governos do Fidesz e PiS, enquanto a Hungria aparece como o segundo país com maior queda no índice e um claro afastamento da média da União Europeia, a Polônia apresentou a terceira maior queda no período e o consequente alcance do pior resultado entre todos os países da União Europeia.

A principal contribuição desta pesquisa é a apresentação das diversas conformidades que foram passíveis de identificação, tanto referente as determinantes que propiciaram a criação de ambientes pouco favoráveis a instituição de direitos para as pessoas LGBTQ+ na Hungria e Polônia, como na identificação dos padrões de atuação destes governos na implementação destas políticas anti-LGBTQ+. As informações reunidas neste trabalho podem auxiliar na identificação de desafios que defensores dos direitos LGBTQ+ precisam contornar na luta diária por suas implementações, assim como fornece informações relevantes sobre o *modus operandi* que governos nacionalistas se utilizam da homofobia política para o silenciamento desta comunidade e suas perpetuações no poder, auxiliando na própria estruturação de uma rede de maior proteção a estas minorias e de defesa a estes constantes ataques.

Apesar de possibilitar a formulação de conclusões relevantes sobre as políticas Anti-LGBTQ+ e permitir um conhecimento mais amplo sobre um fenômeno específico, é preciso atentar para as limitações do presente estudo, que se delimita a estabelecer diversas correlações dentro da temática, porém não possibilita o estabelecimento de causalidades. Destacam-se

também como limitantes a reduzida oferta de dados, métricas e trabalhos científicos históricos comparativos quanto a população LGBT+ nestes países, assim como a dificuldade no levantamento destes dados devido a língua.

Sugere-se a condução de novos estudos que focalizem em políticas anti-LGBT+, desde a sua caracterização, formas de atuação e consequências a médio e curto prazo, tanto para o entendimento dos seus efeitos na percepção da população em geral, como referente aos danos causados a estas minorias. Indicam-se também estudos posteriores que analisem outros governos nacionalistas, assim como trabalhos que ampliem o escopo da União Europeia para todo o continente europeu, onde poderão ser realizadas análises referentes a outros países que também fizeram parte do bloco socialista. Assim, o que está claro é que este não é o fim de uma investigação, mas tão só mais um estudo que visa servir de auxílio e incentivo para novas práticas que buscam o estabelecimento de um mundo mais justo, humanitário e que se equalize através de suas diferenças. Somente a partir do conhecimento podemos derrotar a ignorância.

6 REFERÊNCIAS

- ADAMSKA, K. *Ludzie Obok. Lesbijki i Geje W Polsce*. 1998.
- AMMATURO, F. R. The ‘Pink Agenda’: Questioning and Challenging European Homonationalist Sexual Citizenship. **Sociology**, v. 49, n. 6, p. 1151–1166, 2015.
- ASAL, V.; MURDIE, A.; SOMMER, U. Rainbows for Rights: The Role of LGBT Activism in Gay Rights Promotion. **Societies Without Borders**, v. 12, n. 1, p. 13, 2017.
- ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 6 nov. 2021.
- ASSOCIATED PRESS. **Polish president calls LGBT “ideology” worse than communism - Los Angeles Times**. Disponível em: <<https://www.latimes.com/world-nation/story/2020-06-15/polish-president-calls-lgbt-ideology-worse-than-communism>>. Acesso em: 5 dez. 2021.
- AVERY, D. **As the pandemic rages, Hungary ramps up anti-LGBTQ legislation**. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/pandemic-rages-hungary-ramps-anti-lgbtq-legislation-n1248659>>. Acesso em: 6 nov. 2021.
- AYOUB, P. M. **Contested norms in new-adopter states: International determinants of LGBT rights legislation** *European Journal of International Relations*, 2015a.
- AYOUB, P. M. Contested norms in new-adopter states: International determinants of LGBT rights legislation. **European Journal of International Relations**, v. 21, n. 2, p. 293–322, 2015b.
- AYOUB, P. M. *Intersectional and Transnational Coalitions during Times of Crisis: The European LGBTI Movement*. 2018.
- AYOUB, P.; PATERNOTTE, D. Europe and LGBT Rights. **The Oxford Handbook of Global LGBT and Sexual Diversity Politics**, p. 152–167, 2019.
- BADGETT, M. V. L.; WAALDIJK, K.; RODGERS, Y. VAN DER M. The Relationship between LGBT Inclusion and Economic Development: An Analysis of Emerging Economies. 2014.
- BADGETT, M. V. L.; WAALDIJK, K.; RODGERS, Y. VAN DER M. The relationship between LGBT inclusion and economic development: Macro-level evidence. **World Development**, v. 120, p. 1–14, 1 ago. 2019.

BAJOMI-LÁZÁR, P.; HORVÁTH, D. The continued relevance of the concept of propaganda: Propaganda as ritual in contemporary Hungary. **Global Media and Communication**, v. 9, n. 3, p. 219–237, 2013.

BALOGH, L. H. **European network of legal experts in gender equality and non-discrimination**. Bruxelas: [s.n.].

BALZER, C.; HUTTA, J. S. Trans Networking in the European Vortex: Between Advocacy and Grassroots Politics. In: PATERNOTTE, P. M. A. AND D. (Ed.). **LGBT Activism and the Making of Europe A Rainbow Europe?** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014. p. 171–192.

BATORY, A. Election Briefing No 51. Europe and the Hungarian Parliamentary Elections of April 2010. **EPERN Election Briefing**, n. 51, p. 1–12, 2010.

BBC NEWS. **Hungary bans same-sex couples from adopting children - BBC News**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-55324417>>. Acesso em: 30 out. 2021a.

BBC NEWS. **Poland's Duda narrowly beats Trzaskowski in presidential vote - BBC News**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-53385021>>. Acesso em: 2 dez. 2021b.

BÉRES-DEÁK, R. Activism for Rainbow Families in Hungary: Discourses and Omissions. In: **LGBTQ+ Activism in Central and Eastern Europe: Resistance, Representation and Identity**. New Castle: Palgrave Macmillan, 2019. p. 313–340.

BIEBER, F. Is Nationalism on the Rise? Assessing Global Trends. **Ethnopolitics**, v. 17, n. 5, p. 519–540, 2018.

BIELSKA, B. **How Does the Movement Work? Above All, Inefficiently'. Political Outcomes of the Polish LGBT* Movement** Central Europe, 2021.

BLUMGART, J. **Homophobia on the Rise in Eastern Europe as Rightist Extremism Intensifies**. Disponível em: <<https://truthout.org/articles/rising-tide-of-rightist-extremism-in-eastern-europe-includes-homophobia/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

BUYANTUEVA, R.; SHEVTSOVA, M. Introduction: LGBTQ+ Activism and the Power of Locals. In: **LGBTQ+ Activism in Central and Eastern Europe: Resistance, Representation and Identity**. New Castle: Palgrave Macmillan, 2019. p. 1–23.

CAMPBELL, M.; HINTON, J. D. X.; ANDERSON, J. R. A systematic review of the

relationship between religion and attitudes toward transgender and gender-variant people.

International Journal of Transgenderism, v. 20, n. 1, p. 21–38, 2019.

CAROZZA, P.; KIENER, R.; VERMEULEN, B. **Opinion on the Constitutional amendments adopted by the Hungarian Parliament in december 2020 - Venice Comission**. Strasburgo: [s.n.].

CENTRAL EUROPEAN UNIVERSITY. **Tracing the Hungarian LGBT Movement | Central European University**. Disponível em: <<https://www.ceu.edu/article/2014-01-28/tracing-hungarian-lgbt-movement>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

CIENSKI, J. **5 takeaways from Poland’s election – POLITICO**. Disponível em: <<https://www.politico.eu/article/5-takeaways-polish-election-2015-law-justice-civic-voters-kaczynski-tusk-eu-pis-szydlo/>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

CIRERA, L. Q. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: Processo de Elaboração. p. 9–15, 2017.

CORRALES, J. LGBT Rights and Representation in Latin America and the Caribbean: The Influence of Structure, Movements, Institutions, and Culture. **LGBT Representation and Rights**, p. 1–40, 2015a.

CORRALES, J. The Politics of LGBT Rights in Latin America and the Caribbean : Research Agendas Author (s): Javier Corrales Source : European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe , December 2015 , . n. 100, 2015b.

DEHNEL, J. **The struggle for LGBT equality: Pride meets prejudice in Poland | LGBT rights | The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/jul/28/lgbt-gay-rights-poland-first-pride-march-bialystok-rage-violence>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

DEUTSCHE WELLE. **Poland: Parliament debates bill banning LGBTQ pride parades | News | DW | 28.10.2021**. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/poland-parliament-debates-bill-banning-lgbtq-pride-parades/a-59655348>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

DW. **LGBT rights: Hungary passes law banning same-sex adoption | News | DW | 15.12.2020**. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/lgbt-rights-hungary-passes-law-banning-same-sex-adoption/a-55947139>>. Acesso em: 30 out. 2021.

EASTON, A. **LGBT rights: New threat for Poland’s “rainbow families” - BBC News**.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-56412782>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

EQUALDEX. **LGBT Rights by Country & Travel Guide** |Equaldex. Disponível em: <<https://www.equaldex.com/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

EURACTIV. **In blow to Hungary, EU court rejects refugee ‘gay tests’**. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/justice-home-affairs/news/in-blow-to-hungary-eu-court-rejects-refugee-gay-tests/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS. **A long way to go for LGBTI equality Technical report EU-LGBTI II**. Luxemburgo: [s.n.]. Disponível em: <<http://europa.eu>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS (FRA). **Protection against discrimination on grounds of sexual orientation, gender identity and sex characteristics in the EU - Comparative legal analysis**. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2015.

FAIOLA, A. **Europe’s deepening divide on gay rights - The Washington Post**. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/world/2021/11/03/europe-pink-divide-analysis/>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FEDER, J. L. **The Anti-Immigrant And Anti-LGBT Rhetoric That Helped Propel The Right Into The European Parliament**. Disponível em: <<https://www.buzzfeednews.com/article/lesterfeder/the-anti-immigrant-and-anti-lgbt-rhetoric-that-helped-propel>>. Acesso em: 6 nov. 2021.

FLORIDA, R. **The Global Map of Homophobia**. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2014-02-07/the-global-map-of-homophobia>>. Acesso em: 29 set. 2021.

GAZETA OLSZTYŃSKA. **Mariusz Błaszczak: Uczestnicy Marszu Równości to sodomici [SONDA] - Mrągowo**. Disponível em: <<https://gazetaolsztynska.pl/mragowo/531349,Mariusz-Blaszczak-Uczestnicy-Marszu-Rownosci-to-sodomici-SONDA.html>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

GIFFONI LEMOS, C.; FERNANDES BISPO, M.; PEREIRA MARQUES M DAS NEVES, L. a Ameaça Que Vem De Dentro: O Fenômeno Da Degradação Da Democracia a Partir Do Estudo Dos Casos Húngaro E Polonês. **Cadernos De Relações Internacionais**, v. 2019, n. 2,

p. 160–184, 2019.

GOLDSTEIN, A. Right-wing opposition to the mainstream radical right: the cases of Hungary and Poland. **Journal of Contemporary Central and Eastern Europe**, v. 00, n. 00, p. 1–18, 2021.

GORISCH, P. C. V. DE S. O Reconhecimento Dos Direitos Lgbt Como Direitos Humanos. 2013.

GRESKOVITS, B. Rebuilding the Hungarian Right Through Civil Organization and Contention: The Civic Circles Movement. **SSRN Electronic Journal**, 2017.

GRUNDY, J.; SMITH, M. Activist knowledges in queer politics. **Economy and Society**, v. 36, n. 2, p. 294–317, 2007.

GRUSZCZYNSKA, A. Sowing the seeds of solidarity in public space: Case study of the Poznan March of equality. **Sexualities**, v. 12, n. 3, p. 312–333, 2009.

HALMAI, G. Is There Such Thing as ‘Populist Constitutionalism’? The Case of Hungary **Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences**, 2018.

HAYDEN, S. **This Small Hungarian Town Has Banned “Gay Propaganda” to Become a Far-Right Refuge**. Disponível em: <<https://time.com/4688381/asotthalom-hungary-far-right-laszlo-toroczkai-lgbt/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

HEILIG, C.; LENIK, P. **The “Good Change”: Polish populist presidential campaign 2015 and now | UCL SSEES Research Blog**. Disponível em: <<https://blogs.ucl.ac.uk/ssees/2020/06/23/the-good-change-polish-populist-presidential-campaign-2015-and-now/>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

HUMAN RIGHTS FIRST. The Jobbik Party in Hungary: History and Background. n. December, 2015.

HUNGARIAN SPECTRUM. **Viktor Orbán: “Hungary is a serious country” where gays are patiently tolerated**. Disponível em: <<https://hungarianspectrum.org/2015/05/22/viktor-orban-hungary-is-a-serious-country-where-gays-are-patiently-tolerated/>>. Acesso em: 23 out. 2021.

Hungary’s Constitution of 2011. Disponível em: <https://www.constituteproject.org/constitution/Hungary_2011.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

ILGA-EUROPE. **Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay,**

Bisexual, Trans and Intersex People in Europe 2011.Bruxelas, 2011.

ILGA-EUROPE. **Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe 2013.**Bruxelas, 2013.

ILGA-EUROPE. **Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe 2014.**Bruxelas, 2014. Disponível em: <https://www.ilga-europe.org/sites/default/files/Attachments/annual_review_2016-for_web.pdf>

ILGA-EUROPE. **Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe 2015.**Bruxelas, 2015.

ILGA-EUROPE. **Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe 2016.**Bruxelas, 2016.

ILGA-EUROPE. **Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe 2018.**Bruxelas, 2018.

ILGA-EUROPE. **Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe 2020.**BruxelasILGA, , 2020.

ILGA-EUROPE. **Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe 2021.**BruxelasILGA, , 2021a.

ILGA-EUROPE. **Poland Anti-LGBT Hate Timeline.** Disponível em: <<https://www.ilga-europe.org/sites/default/files/Poland-Anti-LGBT-Timeline.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2021b.

ILGA-EUROPE. **About | Rainbow Europe.** Disponível em: <<https://rainbow-europe.org/about>>. Acesso em: 19 dez. 2021c.

ILGA EUROPE. **Annual Review of the Human Rights Situation of LGBTI People in Europe 2019**Bruxelas, 2019.

INDEX. **Tarlós: A Pride visszataszító.** Disponível em: <https://index.hu/belfold/2015/06/04/tarlos_a_pride_visszataszito/>. Acesso em: 25 out. 2021.

INGLEHART, R. F. Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. **West European Politics**, v. 31, p. 130–146, 2008.

INNES, A. Hungary's illiberal democracy. **Current History**, v. 114, n. 770, p. 95–100, 2015.

INSTITUTE ORDO IURIS. **Local Government Charter of the Rights of the**

FamilyVarsóvia, 2019a.

INSTITUTE ORDO IURIS. **Projekty podważające tożsamość małżeństwa nie będą finansowane. Podkarpacie przyjęło postulat Samorządowej Karty Praw Rodzin| Ordo Iuris**. Disponível em: <<https://ordoiuris.pl/rodzina-i-malzenstwo/organizacje-lgbt-negujace-tozsamosc-malzenstwa-nie-dostana-pieniedzy>>. Acesso em: 14 dez. 2021b.

ISAAC, L.; BRAITHWAITE, S. **Hungary passes law effectively barring same-sex couples from adopting - CNN**. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2020/12/15/europe/hungary-lgbtq-adoption-ban-intl/index.html>>. Acesso em: 30 out. 2021.

ITABORAHY, L. P.; JINGSHU, Z. **State-Sponsored Homophobia A world survey of laws: Criminalisation, protection and recognition of same-sex love**. Brussels: ILGA, 2013.

JACKMAN, J. **Poland minister calls LGBT+ march a “parade of sodomites”**. Disponível em: <<https://www.pinknews.co.uk/2018/08/14/poland-sodomites-parade-minister-lgbt-march/>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

JOBIN-LEEDS, G. **When we fight we win! Twenty-first century social movements and activists that are transforming our world**. New York: The New Press, 2016.

KAFKADESK BUDAPEST OFFICE. **Hungarian Parliament speaker’s homophobic comments spark outrage**. Disponível em: <<https://kafkadesk.org/2019/05/19/hungarian-parliament-speakers-homophobic-comments-spark-outrage/>>. Acesso em: 28 out. 2021.

KELLEHER, P. **Polish LGBT people could be prosecuted for “desecrating a national symbol”**. Disponível em: <<https://www.pinknews.co.uk/2018/07/09/prosecute-lgbt-poland-national-symbol-white-eagle/>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

KELLEHER, P. **IKEA sued in Poland for firing employee who made anti-LGBT comments**. Disponível em: <<https://www.pinknews.co.uk/2020/07/23/ikea-poland-sued-lawsuit-gay-homophobic-employee-tomasz-k/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

KIM, S. **Because the homeland cannot be in opposition: analysing the discourses of Fidesz and Law and Justice (PiS) from opposition to power**East European Politics, 2020.

KNIGHT, K.; GALL, L. **Hungary Ends Legal Recognition for Transgender and Intersex People | Human Rights Watch**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2020/05/21/hungary-ends-legal-recognition-transgender-and-intersex-people>>. Acesso em: 29 out. 2021.

KOMUVES, A. **Hungary’s Orban calls for central Europe to unite around Christian**

roots | Reuters. Disponível em: <<https://cn.reuters.com/article/us-hungary-monument-idUSKBN25G0XS>>. Acesso em: 28 out. 2021.

KOŚMIŃSKI, P. **Andrzej Duda zainteresowany ustawą zakazującą “propagandy homoseksualnej”.** Disponível em: <<https://wyborcza.pl/7,75398,24150736,andrzej-duda-zainteresowany-ustawa-zakazujaca-propagandy-homoseksualnej.html?disableRedirects=true>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

KOVÁCS, A. **The post-communist extreme right: The Jobbik party in Hungary.** Londres: Bloomsbury, 2013.

KOVÁCS, Z. **Why Orbán’s ‘child protection referendum’ makes no sense, and why it does – EURACTIV.com.** Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/non-discrimination/opinion/why-orbans-child-protection-referendum-makes-no-sense-and-why-it-does/>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

KOZŁOWSKA, H. **Poles are revealing they are LGBT on Twitter after violent attacks on a pride parade — Quartz.** Disponível em: <<https://qz.com/1678571/poles-are-revealing-they-are-lgbt-on-twitter-after-violent-attacks-on-a-pride-parade/>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

KREKÓ, P.; ENYEDI, Z. Orbán ’ s Laboratory of Illiberalism. v. 29, n. 3, p. 39–51, 2018.

LESZCZYŃSKI, A. **Obrażał osoby LGBT. Za co poseł Czarnek został profesorem?** Disponível em: <<https://oko.press/dowodzil-bicie-dzieci-jest-zgodne-z-konstytucja-za-co-poseł-czarnek-zostal-profesorem/>>. Acesso em: 5 dez. 2021a.

LESZCZYŃSKI, A. **Intelektualiści prawicy o LGBT: nihilizm, bolszewia, hitleryzm. O co chodzi? Tłumaczymy ten obłąd.** Disponível em: <<https://oko.press/intelektualisci-prawicy-o-lgbt-nihilizm-bolszewia-hitleryzm-o-co-chodzi-tlumaczymy-ten-obled/>>. Acesso em: 5 dez. 2021b.

MACHALICA, B. **LGBT rights in the Polish presidential campaign - The Progressive Post.** Disponível em: <<https://progressivepost.eu/lgbt-rights-in-the-polish-presidential-campaign/>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

MARKOWSKI, R. **The Polish parliamentary election of 2015: a free and fair election that results in unfair political consequences** *West European Politics*, 2016.

MARKOWSKI, R. Plurality support for democratic decay: the 2019 Polish parliamentary election. *West European Politics*, v. 43, n. 7, p. 1513–1525, 2020.

MARTON, D. **Harry Potter, ‘Friends’ may fall victim to Hungary’s anti-LGBT law -**

broadcaster | Reuters. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/media-telecom/harry-potter-friends-may-fall-victim-hungarys-anti-lgbt-law-broadcaster-2021-06-16/>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

MIKULAK, M. Between the market and the hard place: neoliberalization and the Polish LGBT movement. **Social Movement Studies**, v. 18, n. 5, p. 550–565, 2019.

NAGY, S.; BORGOS, A. The efforts and plans of Hungarian LGBTQ archives. p. 1–7, 2017.

NETO, S. B. **Direitos Humanos**. 2ª edição ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.

NIELSEN, N. **Hungary and Finland in uphill battle for gay rights**. Disponível em: <<https://euobserver.com/lgbti/124097>>. Acesso em: 22 out. 2021.

NIEZALEZNA. **Przeszedł Marsz Równości. Do zabezpieczenia tęczowej imprezy policja użyła dronów i sprzęt monitoringu - Niezależna**. Disponível em: <<https://niezalezna.pl/279830-przeszedl-marsz-rownosci-do-zabezpieczenia-teczowej-imprezy-policja-uzyla-dronow-i-sprzet-monitoringu>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

NUÑEZ-MIETZ, F. G. **Resisting human rights through securitization: Russia and Hungary against LGBT rights** *Journal of Human Rights*, 2019.

OFFICE OF THE UNITED NATION HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **AL POL 1/2020**. Geneva: [s.n.].

OLSON, L. R.; CADGE, W.; HARRISON, J. T. Religion and public opinion about same-sex marriage. **Social Science Quarterly**, v. 87, n. 2, p. 340–360, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

PACEWICZ, P. **Parodia Równości Ryszarda Czarneckiego. Spełnienie żądań “tych ludzi” oznaczałoby dyskryminację osób heteroseksualnych**. Disponível em: <<https://oko.press/parodia-rownosci-ryszarda-czarneckiego-speelnienie-zadan-tych-ludzi-oznaczałoby-dyskryminacje-osob-heteroseksualnych/>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

PALICKOVA, A. **Catholic church continues battle against LGBT in Visegrád Four – EURACTIV.com**. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/freedom-of-thought/news/catholic-church-battles-against-lgbt-in-visegrad-four-continues/>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

PESZYŃSKI, W. A. Wojciech Peszyński Polish Presidential Election 2015 in the light of first and second order election conception Abstract : n. January 2016, 2016.

POUSHTER, J.; KENT, N. **Views of Homosexuality Around the World | Pew Research Center**. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/global/2020/06/25/global-divide-on-homosexuality-persists/>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PREZYDENT. **Prezydencki projekt zmiany Konstytucji RP \ Prawo \ Inicjatywa ustawodawcza \ Oficjalna strona Prezydenta Rzeczypospolitej Polskiej**. Disponível em: <<https://www.prezydent.pl/prawo/wniesione-do-sejmu/prezydencki-projekt-zmiany-konstytucji-rp,25645>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PRZYBYŁO, E. Rainbow Mary and the Perceived Threat. n. August, 2021.

RANKIN, J. **Hungary passes law banning LGBT content in schools or kids' TV | Hungary | The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2021/jun/15/hungary-passes-law-banning-lbgt-content-in-schools>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

RENKIN, H. Z. Homophobia and queer belonging in Hungary. **Focaal**, v. 2009, n. 53, p. 20–37, 2009.

REUTERS. **Hungary to stop financing gender studies courses: PM aide**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-hungary-government-education/hungary-to-stop-financing-gender-studies-courses-pm-aide-idUSKBN1KZ1M0>>. Acesso em: 28 out. 2021.

REVERENDO, R.; KAWANO NAGAMINE, V. Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016). **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 31, p. 28–56, 30 abr. 2019.

ROTH, C. Report of the Committee on Civil Liberties and Internal Affairs on equal rights for homosexuals and lesbians in the EC. n. January, 1994.

RUPP, L. J. The persistence of transnational organizing: The case of the homophile movement. **American Historical Review**, v. 116, n. 4, p. 1014–1039, 2011.

SHELLER-BOLTZ, D. LGBT? LGBTQ+ ? LGBTTTQQFAGPBDSM? Or just: QUEER! Critical Remarks on an Acronym in Slavonic and Non- Slavonic Languages. 2017.

SEN, A. Commodities and Capabilities. **OUP Catalogue**, 1999.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, B. C. F. et al. **A história dos direitos LGBT+ | Politize!** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/historia-dos-direitos-lgbt/>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

SOARES, A. M.; SANTOS, C. M. F. DOS. A Declaração Universal dos Direitos Humanos.

In: **Ensaaios sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos: uma celebração aos seus 70 anos**. 1ª edição ed. Porto Velho: Itacaiúnas, 2019. p. 18–23.

STEPÍŃSKA, A.; LIPÍŃSKI, A.; ADAMCZEWSKA, K. The 2015 Parliamentary Election in Poland: A Political Déjà vu. In: SALGADO, S. (Ed.). . **Mediated Campaigns and Populism in Europe**. Lisboa: Palgrave Macmillan, 2019. p. 198.

STRUZIK, J. Framing Queer Activism in Poland: From Liberal Values to Solidarity. In: **LGBTQ+ Activism in Central and Eastern Europe: Resistance, Representation and Identity**. New Castle: Palgrave Macmillan, 2019. p. 265–288.

SWIMELAR, S. LGBT Rights in Bosnia: The Challenge of Nationalism in the Context of Europeanization. **Nationalities Papers**, v. 48, n. 4, p. 768–790, 2020.

SZCZERBIAK, A. **Law and Justice now have the momentum in the lead up to Poland's general election | EUROPP**. Disponível em:

<<https://blogs.lse.ac.uk/euoppblog/2015/05/29/law-and-justice-now-have-the-momentum-in-the-lead-up-to-polands-general-election/>>. Acesso em: 1 dez. 2021a.

SZCZERBIAK, A. **Polish election: A final look at the parties and the campaign | EUROPP**. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/euoppblog/2015/10/17/polish-election-a-final-look-at-the-parties-and-the-campaign/>>. Acesso em: 30 nov. 2021b.

SZIGETI, T. **Hungarian Constitutional Court Annuls Local Ordinances Banning Muslim Practices, 'Homosexual' Propaganda in Southern Hungarian Village Ásotthalom**.

Disponível em: <<https://hungarytoday.hu/hungarian-constitutional-court-annuls-local-ordinances-banning-muslim-practices-homosexual-propaganda-southern-hungarian-village-asotthalom-36356/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

SZULEKA, M. **Gender Recognition Is Still Unregulated in Poland | liberties.eu**.

Disponível em: <<https://www.liberties.eu/en/stories/gender-recognition-in-poland-still-unregulated/6045>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

SZYMCZAK, J.; PACEWICZ, P. **PiS' Homophobia. How the president, chairman, ministers and deputies aroused hatred of LGBT in Poland**. Disponível em:

<<https://oko.press/pis-homophobia-how-the-president-chairman-ministers-and-deputies-aroused-hatred-of-lgbt-in-poland/>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

TAIT, R. **Hungary's prime minister welcomes US "anti-LGBT hate group" | Hungary | The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/may/26/hungary->

lgbt-world-congress-families-viktor-orban>. Acesso em: 6 nov. 2021.

TERTO, A. P.; SOUZA, P. H. N. De Stonewall à Assembleia Geral da ONU: reconhecendo os direitos LGBT. **Monções**, v. 5, n. 7, p. 120–148, 2015.

THAN, K. **Hungarian government calls new children’s book “homosexual propaganda”, causing stir**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-hungary-lgbt-book-idUSKBN26T2WY>>. Acesso em: 28 out. 2021.

THE ASSOCIATED PRESS. **Hungary adds new restrictions on sale of LGBT-themed books - ABC News**. Disponível em: <<https://abcnews.go.com/International/wireStory/hungary-adds-restrictions-sale-lgbt-themed-books-79327908>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

THE ECONOMIST. **League of nationalists**. Disponível em: <<https://www.economist.com/international/2016/11/19/league-of-nationalists>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

THE GUARDIAN. **Andrzej Duda victory in Polish presidential election signals shift to right | Poland | The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/may/25/andrzej-duda-victory-polish-presidential-election>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

THE GUARDIAN. **Pro-LGBT Coca-Cola adverts spark boycott calls in Hungary**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/aug/05/pro-lgbt-coca-cola-ads-spark-boycott-calls-in-hungary>>. Acesso em: 28 out. 2021.

TILLES, D. **Minister calls for ban on “LGBT ideology” and gender studies at Polish universities and schools | Notes From Poland**. Disponível em: <<https://notesfrompoland.com/2020/09/10/minister-calls-for-ban-on-lgbt-ideology-and-gender-studies-at-polish-universities-and-schools/>>. Acesso em: 7 dez. 2021a.

TILLES, D. **Polish justice ministry compensates “LGBT ideology free” district for lost EU funds | Notes From Poland**. Disponível em: <<https://notesfrompoland.com/2020/08/18/polish-justice-ministry-compensates-persecuted-anti-lgbt-district-for-lost-eu-funds/>>. Acesso em: 14 dez. 2021b.

TILLES, D. **LGBT “deviants don’t have same rights as normal people”, says Polish education minister | Notes From Poland**. Disponível em: <<https://notesfrompoland.com/2021/06/23/lgbt-deviants-dont-have-same-rights-as-normal>>.

people-says-polish-education-minister/>. Acesso em: 7 dez. 2021.

TOMCZAK, Ł.; IWANŃSKI, R.; ZAWADZKA-WITT, K. Attitudes in Poland Towards the Legalization of Same-Sex Registered Partnerships in the Context of Political Preferences. 2021.

TVP INFO. „**Powiat świdnicki wolny od ideologii LGBT**”. **Rada powiatu przyjęła deklarację wieszwięcej - tvp.info**. Disponível em: <<https://www.tvp.info/41923829/powiat-swidnicki-wolny-od-ideologii-lgbt-rada-powiatu-przyjela-deklaracje-wieszwiecej>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

TVP WORLD. **Lublin mayor bans first LGBT march citing security concerns (tvpworld.com)**. Disponível em: <<https://tvpworld.com/39406546/lublin-mayor-bans-first-lgbt-march-citing-security-concerns>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Perseguição aos Homossexuais durante o Terceiro Reich | Enciclopédia do Holocausto**. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/gay-men-under-the-nazi-regime>>. Acesso em: 23 set. 2021.

VAN DER TOORN, J. et al. In Defense of Tradition: Religiosity, Conservatism, and Opposition to Same-Sex Marriage in North America. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 43, n. 10, p. 1455–1468, 2017.

VASKI, T. **Proposed Anti-Pedophilia Bill Supported in National Assembly**. Disponível em: <<https://hungarytoday.hu/anti-pedophilia-bill-hungary-national-assembly/>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

VASS, Á. **Despite Loud Protests, Fidesz-KDNP Votes in Bill Against “Promoting Homosexuality” - Hungary Today**. Disponível em: <<https://hungarytoday.hu/hungary-homosexuals-law-homosexuality-lgbtqi-bill/>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

VIDA, B. **New waves of anti-sexual and reproductive health and rights strategies in the European Union: the anti-gender discourse in Hungary** *Sexual and Reproductive Health Matters*, 2019.

WALKER, S. **Orbán deploys Christianity with a twist to tighten grip in Hungary | Hungary | The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/jul/14/viktor-orban-budapest-hungary-christianity-with-a-twist>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

WALKER, S. **Hungary votes to end legal recognition of trans people | Hungary | The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/may/19/hungary-votes-to-end-legal-recognition-of-trans-people>>. Acesso em: 30 out. 2021a.

WALKER, S. **Polish president issues campaign pledge to fight “LGBT ideology” | Poland | The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/jun/12/polish-president-issues-campaign-pledge-to-fight-lgbt-ideology>>. Acesso em: 5 dez. 2021b.

WALKER, S. **Hungary’s Viktor Orbán will hold referendum on anti-LGBT law | Hungary | The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2021/jul/21/hungarys-viktor-orban-will-hold-referendum-on-anti-lgbt-law>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

WEEKS, J. Gay liberation and it’s legacies. In: **The Ashgate Research Companion to Lesbian and Gay Activism**. New York: Routledge, 2016. p. 46–57.

WHITLEY, B. E. Religiosity and attitudes toward lesbians and gay men: A meta-analysis. **International Journal for the Psychology of Religion**, v. 19, n. 1, p. 21–38, 2009.

YOGYAKARTA PRINCIPLES. **About the Yogyakarta Principles**. Disponível em: <<http://yogyakartaprinciples.org/principles-en/about-the-yogyakarta-principles/>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

ZAMECKI, Ł.; GLIED, V. Article 7 Process and Democratic Backsliding of Hungary and Poland. Democracy and the Rule of Law. **Online Journal Modelling the New Europe**, v. 34, n. 34, p. 57–85, 2020.

ZSOLT, M. **Populism and the refugee crisis - The communication of the Hungarian government on the European refugee crisis in 2015-2016**. Malmö, 2017.